



Relatório e Contas 2020

VICTORIA – Seguros de Vida, S.A.

índice

Estrutura de Governo da Sociedade	03
Relatório do Conselho de Administração	05
Informação Financeira	
Demonstração da posição financeira	31
Demonstração de resultados	33
Demonstração do Rendimento Integral	34
Demonstração de Fluxos de Caixa	35
Demonstração das alterações nos capitais próprios	36
Notas às Demonstrações Financeiras	37
Relatórios de Fiscalização	
Certificação Legal de Contas	125
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	129
Anexos	
Participação nos Resultados - Ramo Vida	132
Rentabilidade dos produtos financeiros - Ramo Vida	135

Relatório e contas aprovado em AG a 28 de junho de 2021.
Documento escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico.

Estrutura de Governo da Sociedade

VICTORIA – Seguros de Vida., S.A.

Mesa da Assembleia Geral

José António Ribeiro
Presidente

J.A. Pinto Ribeiro & Associados,
Sociedade Advogados
(representada por Marcos Sousa
Guedes)
Secretário

Conselho Fiscal

João de Lara Everard
Presidente

Santiago Gil de Biedma
Vogal

António Vilar
Vogal

Luís Henriques
Suplente

Conselho de Administração

Jacques Chanut
Presidente

Pierre Esparbès
Vogal

Philippe Desurmont
Vogal

Cyrille Mascarelle
Administrador Delegado

Revisor Oficial de Contas

Ernst & Young Audit & Associados -
S.R.O.C., S.A. (SROC nº 178)
(representada por Ricardo Lopes Pinto
(ROC nº 1579)
Efetivo

João Carlos Miguel Alves
(ROC nº 896)
Suplente

Conselho Executivo

Cyrille Mascarelle
Administrador Delegado

Carlos Suárez
Diretor Geral Adjunto

Francisco Campilho
Diretor Geral Adjunto

Estrutura de Governo da Sociedade

Diretores de Departamento

Euclides Carvalho
Dep. Canal Agentes

João Ferreira da Fonseca
Dep. Canal Corretores

Frederico Pereira
Dep. Canal Pessoais

Júlio Gonçalves
Dep. Financeiro e Gestão de Riscos

João Borbinha
Dep. de Informática

Susana Pascoal
Dep. de Marketing

Tiago Monteiro
Dep. de Operações

Alberto Bento
Dep. de Recursos Humanos, Organização e Logística

Ana Aragão
Dep. Técnico Pessoais

Miguel Roque
Dep. Técnico Reais

Two thick, parallel blue curved lines that sweep from the bottom left towards the top right, framing the section header.

1. Relatório do Conselho de Administração

Nos termos do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos, submetemos à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e Notas às Demonstrações Financeiras do exercício de 2020.

SITUAÇÃO ECONÓMICA

O ano de 2020 foi indiscutivelmente marcado pela pandemia pelo SARS-Cov-2 que terá começado ainda no final de 2019 na China, mas rapidamente atravessou fronteiras e atingiu os quatro cantos do mundo. A gravidade da situação e os níveis preocupantes de disseminação do vírus levaram a que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarasse pandemia mundial a 11 de março. O receio do desconhecido levou os países a fecharem-se sobre si próprios numa tentativa de conter o contágio e as palavras confinamento e distanciamento social entraram no vocabulário diário.

À medida que ano foi decorrendo, o conhecimento sobre vírus, a sua forma de disseminação e tratamento foi aumentando, permitindo as economias reabrissem a sua atividade faseadamente e que a esperança de que tudo voltaria ao normal em breve aumentasse. A descoberta de várias vacinas eficazes contra a Covid-19, a doença provocada pela infeção pelo coronavírus SARS-CoV-2, foi também um fator importante de otimismo.

Neste contexto, o ano de 2020 foi dramático em termos de desempenho económico. A economia mundial teve em

2020 uma quebra no Produto Interno Bruto (PIB) de 3,5% (2019: crescimento de 2,8%). A contração económica foi causada por diversos fatores: abrandamento da atividade económica devido aos confinamentos, redução da procura global e impacto em alguns setores mais expostos a esta crise, como as viagens e o turismo.

Para minorar o impacto económico e social da crise que se instalou, os governos e bancos centrais lançaram medidas de apoio numa escala sem precedentes. Nos Estados Unidos da América (EUA), o Senado aprovou um pacote de ajuda financeira a empresas e famílias de 2 biliões de dólares (USD), enquanto na Europa (UE), a Comissão procurou assegurar um elevado nível de coordenação entre países e conseguiu aprovar um programa de apoio global (emergência e recuperação) no valor de 1,800 biliões de euros (EUR). A Reserva Federal (Fed) desceu as taxas de juros para próximo de zero e tal como o Banco Central Europeu (BCE) retomaram os programas quantitativos de compra de ativos.

A economia americana sofreu uma quebra do PIB de 3,4% (2019: crescimento de 2,2%), um pouco menos que a generalidade das economias desenvolvidas, graças à sua

flexibilidade e capacidade de adaptação. Tal como referido anteriormente a Fed desceu por duas vezes as taxas de juro, num total de 150 pontos base (p.b.) para 0,25% e relançou o programa de compra de ativos. O ano encerrou com o anúncio de uma nova administração num processo eleitoral muito mediatizado e tumultuoso. Neste contexto, o nível de desemprego subiu acentuadamente tendo a taxa de desemprego atingido 8,9% no final do ano, face a 3,7% em 2019.

Na UE a economia contraiu-se de forma muito expressiva. O PIB caiu 7,2% (2019: +1,3%) e o desemprego atingiu os 8,9% no final do ano (2019: 7,6%). O BCE, com a crise financeira de 2008 ainda presente, atuou rapidamente injetando liquidez na economia através de relançamento do programa de compra de ativos e procurou evitar a crise nas taxas de refinanciamento das economias mais frágeis. Apesar de algum descontrolo inicial, a UE procurou enfrentar a pandemia em conjunto e parceria, tendo tal como referido anteriormente, acordado um programa de dimensão inédita e já apelidado de Bazuca. As prolongadas negociações para a conclusão do processo de saída do Reino Unido da União, foram concluídas no limite do prazo e abrem agora porta para que possa encontrar uma nova forma de parceria que sirva o objetivo de prosperidade que a Europa procura.

A China, epicentro da pandemia, e o primeiro país a decretar um confinamento de milhões de pessoas (cidade de Wuhan em janeiro de 2020), foi também capaz de ultrapassar esse momento e retomar a atividade económica. Em 2020 o PIB cresceu 2,3% (2019: 6,0%). Por outro lado, os países emergentes apresentaram uma quebra no PIB de 2,4% (2019: + 3,6%).

Tal como no resto do mundo, a pandemia afetou profundamente a atividade económica em Portugal: as medidas de contenção da crise de saúde pública e a atitude de precaução dos agentes económicos determinaram uma forte queda do PIB na primeira metade do ano. No ano completo, o PIB caiu 8,1% (2019: +2,2%). O peso na atividade económica dos setores ligados ao turismo foi um dos fatores que explica o pior desempenho comparativo da economia portuguesa face às suas congéneres europeias. A taxa de desemprego, inverteu a tendência de queda dos últimos anos e encerrou o ano nos 7,2% (2019: 6,5%). Ainda assim a subida foi atenuada pelo regime de layoff simplificado e outras medidas de apoio aos trabalhadores independentes. Se 2019 foi um ano de registo no que se refere às contas públicas, uma vez que pela primeira vez em muitos anos a Administração Pública apurou um saldo positivo (0,1% do PIB), este ano terá um impacto expressivo nas contas públicas, e o défice estimado é de 7,0%.

MERCADOS FINANCEIROS

A declaração de pandemia em março e entrada em confinamento das principais economias criou um sentimento de medo nos investidores e aversão ao risco, levando a fortes correções nos mercados financeiros. Ao longo do ano o controlo sobre a situação pandémica aumentou. Simultaneamente a comunidade científica e a indústria farmacêutica mostraram-se capazes de em tempo recorde desenvolver não uma, mas várias vacinas eficazes e seguras contra a Covid-19. Assim, o otimismo foi regressando aos mercados, financeiros que iniciaram uma recuperação notável. 2020 ficará para os livros, como um ano de volatilidade recorde e com um dos Bear Markets mais curtos de sempre.

O índice global de ações MSCI World teve uma performance de 14,1% em dólares (2019: 25,2%). O melhor desempenho da economia americana, face à europeia levou a que o desempenho das principais bolsas fosse também superior. Assim, nos EUA o índice S&P500 valorizou 16,3% (2019: 28,9%) face a uma quebra de 5,2% no índice Eurostoxx (2019: +24,8%). Considerando os mínimos em meados de março a recuperação destes mercados é de facto notável: 67,9% no índice S&P500 e 42,7% no índice Eurostoxx.

No Reino-Unido o Footsie 100 registou perdas de 14,3%, impactado ainda pela

indefinição do processo Brexit e pelo forte efeito da pandemia. No Oriente, o índice Nikkei 225 valorizou-se 16,0% e o CSI300 chinês subiu 27,2%.

No pico da crise em março, a liquidez nos mercados de obrigações para ativos de maior risco, nomeadamente dívida de empresas, ou dívida pública de Estado com finanças mais frágeis praticamente desapareceu levando a um aumento acentuado dos prémios de risco. Porém a intervenção dos bancos centrais, quer pelo discurso de estabilidade ao mercado, quer através do relançamento dos programas quantitativos de compra de ativos, permitiram uma estabilização nos preços e levaram a uma nova tendência de descida das yields para mínimos. Nos EUA, o rendimento (yield) da emissão de Dívida Pública a 10 anos (Treasuries) desceu de 1,92% para 0,92%, enquanto na Europa a Dívida Alemã a 10 anos (Bund) apresentou uma descida de 38,4 p.b. para 0,57%. A dívida pública portuguesa beneficiou do apoio do BCE e registou no ano uma descida na yield das Obrigações do Tesouro a 10 anos de 0,43% para 0,03%, embora tenha chegado a atingir os 1,35%.

O índice que reúne as emissões de Dívida Pública dos países do Zona Euro (Bloomberg Barclays Euro Government Aggregate) subiu 4,7% (2019: 6,3%). Relativamente às obrigações emitidas por empresas, apesar

da forte volatilidade, o retorno foi inferior à Dívida Soberana: o índice iBoxx Euro Corporate Bond valorizou 4,7% (2019: 6,3%) e face aos mínimos de março registou uma subida de 10,8%.

A paragem de grande parte atividade económica no primeiro trimestre do ano, levou a uma diminuição drástica na procura por petróleo e levou uma queda a pique no preço desta matéria-prima. O valor de mercado de um barril Brent desceu de 66

dólares no final de 2019 para cerca de 17 dólares em meados de abril. Porém a normalização da atividade económica e a perspetiva de uma rápida recuperação no próximo ano contribuíram para inversão da tendência de descida e levaram o barril Brent a cotar 51,2 dólares no final do ano.

A moeda única europeia valorizou em 2020 cerca de 8,9% tendo encerrado o ano nos 1,2225 USD/EUR.

MERCADO SEGUADOR

De acordo com os dados divulgados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), em 2020 a atividade seguradora apresentou um decréscimo de 18,5% (2019: -5,8%) da produção do seguro direto que se situou em 9,9 mil milhões de euros (2019: 12,2 mil milhões de euros). Como no passado, os ramos Vida e Não Vida apresentaram comportamentos distintos.

Com efeito, a produção do ramo Vida registou um decréscimo de 34,6% (2019: -13,9%) situando-se em 4,6 mil milhões de euros (2019: 7,0 mil milhões de euros). Para este comportamento contribuíram as evoluções negativas em todas as modalidades de seguros de vida, com a exceção dos seguros de vida ligados excluindo os Planos Poupança Reforma (PPR). Os PPR que na sua globalidade representam 25,7% da produção total (2019: 44,8%), registaram em 2020 um

decrécimo de cerca de 62,4% (2019: -1,9%).

Esta evolução levou à perda da liderança do Ramo Vida, tendo em conta a redução do peso deste ramo no total da carteira de mercado para 46,0% (2019: 57,3%).

Nos Ramos Não Vida, registou-se em 2020 um crescimento de 3,1% (2019: 8,0%), situando-se em 5,4 mil milhões de euros (2019: 5,2 mil milhões de euros). Manteve-se deste modo, embora com abrandamento, a tendência de crescimento verificada nos últimos anos. O comportamento global revela por outro lado um desfasamento temporal com a evolução negativa dos principais indicadores macroeconómicos do país. Nesta análise, haverá, no entanto, que tomar em consideração o impacto ainda não conhecido das moratórias no pagamento de prémios.

O ramo Saúde registou um crescimento de 8,5% (2019: 8,7%). Num ano marcado pela pandemia esta linha de negócios mostrou um dinamismo que a coloca de novo, em volume de prémios, no segundo lugar no ranking relativamente ao universo dos ramos Não vida. Mantendo a tendência de crescimento dos últimos anos, embora a redução da população empregada contribua para a desaceleração, o ramo de Acidentes de Trabalho registou um aumento de 1,2% (2019: 11,8%). O ramo de Incêndio e outros Danos registou também um crescimento de 4,5%, mas menor que no ano anterior (2019: 6,9%). Apesar da queda de vendas de automóveis e do envelhecimento do parque automóvel, o ramo Automóvel registou ainda assim um crescimento de 2,3% (2019: 7,0%). Relativamente ao enquadramento legal e regulamentar, 2020 foi também impactado pela necessidade de adaptação aos efeitos da pandemia quer ao nível da atividade quer ao nível do reporte à Autoridade de

Supervisão (ASF). O ano foi principalmente marcado pelo Decreto-lei nº20-F/2020, de 12 de maio, que aprovou um regime excecional e temporário relativo ao pagamento de prémios de seguro (moratórias nos seguros) e aos efeitos da redução temporária do risco nos contratos de seguro decorrente da diminuição significativa ou suspensão de atividade. Destacou-se também no ano 2020, a consulta pública e a norma que visa regulamentar os aspetos remanescentes do regime jurídico da distribuição de seguros. Por outro lado, relativamente à implementação das Normas Internacionais de Reporte Financeiro IFRS9 e IFRS17, que deve ocorrer em 2022, a ASF divulgou o plano de adoção pelo mercado cujas atividades foram, entretanto, prorrogadas para 2021. O ano ficou ainda marcado por alterações legislativas de carácter fiscal, nomeadamente a declaração mensal de imposto do selo (DMIS) cuja entrada em vigor foi adiada para 1 de janeiro 2021.

ATIVIDADE DA EMPRESA

A VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. explora em Portugal, e desde 2016 em Espanha em regime de livre prestação de serviços, todas as modalidades de seguro de vida, nomeadamente os produtos tradicionais, produtos financeiros, planos de poupança reforma, rendas e todas as formas de planos de previdência. Assume ainda, no âmbito da

legislação aplicável, a gestão de fundos de pensões. O resseguro aceite não é explorado pela VICTORIA.

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. no decurso do ano de 2020 manteve-se fiel à estratégia de comercialização e perfil de carteira dos últimos anos.

De notar a capacidade da Empresa para se adaptar, de imediato, à conjuntura pandémica, implementando, acelerando e desenvolvendo estratégias, planos e ações que permitiram a continuidade do negócio, o atendimento ininterrupto a distribuidores e clientes e a resposta próxima, junto de todos os seus interlocutores.

Manteve-se a parceria de distribuição com o banco EuroBic, e nos restantes canais, a VICTORIA prosseguiu com a estratégia de identificação de negócio rentável, em todas as vertentes, através de operadores profissionais sensíveis à apresentação diferenciada de soluções e uma proposta de valor própria.

Já em termos institucionais, a VICTORIA reforçou o seu compromisso com as parcerias existentes e, ainda, apostou com a sua presença, comunicação de marca e imagem em novos ecossistemas. Materializando essa estratégia de posicionamento, a VICTORIA inaugurou uma nova colaboração com a Associação Portuguesa de Promotores e Investidores Imobiliários e a Nova Medical School, com o propósito de estabelecer pontes entre o mundo académico e a Empresa e de explorar – através da Cátedra VICTORIA em Edificação Saudável – a relação entre o edificado e a saúde das pessoas que o habitam e utilizam, o ponto de encontro entre a investigação científica e a práxis

construtiva dos espaços públicos e privados que suportam a qualidade de vida e promovem a saúde dos seus ocupantes.

Ao nível de projetos transversais, a VICTORIA cumpriu com a legislação específica da ASF em matéria de Covid-19, acelerou a desmaterialização de informação em formato físico, favoreceu a comunicação digital com os tomadores de seguro, colocou em produção a visão cliente / visão apólice, melhorou as bases de dados de parceiros, iniciou a reformulação da documentação contratual, continuou com os trabalhos preparatórios para a implementação das normas IFRS 9 e 17, nomeadamente em termos de sistemas, avançou no desenvolvimento do plano de continuidade de negócios, na implementação de mecanismos inerentes ao Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais, nas melhorias processuais para o tratamento de dados nas áreas de subscrição e sinistros e aprofundou a integração com os sistemas do EuroBic e Abanca.

Por fim, e apesar das múltiplas dificuldades encontradas para o fazer em 2020, a VICTORIA manteve forte a sua cultura de gestão por projetos, baseada na análise de custo-benefício e na monitorização de resultados, aperfeiçoando e colocando à prova o seu modelo de gestão de riscos

COVID-19

Plano de contingência

O plano de contingência da Covid-19 foi baseado no nosso plano de continuidade de negócios (PCN), que leva em consideração o cenário de dificuldades de acesso às instalações. Procurou-se ainda antecipar a decisão sobre o Estado de Emergência, anunciado a 18.03 pelo Presidente da República e pelo Governo a 20.03.

As iniciativas começaram a ser desenhadas em 13.03, e de 16.03 a 18.03 todos os colaboradores da VICTORIA com funções que não os obrigassem a permanecer no trabalho (98% dos colaboradores) passaram a trabalhar à distância. A prioridade foi garantir que pudessem realizar as suas atividades normais remotamente. Para tal, foi necessário encontrar soluções e ferramentas de portabilidade (ou outro hardware) e/ou acesso via VMWare ou VPN a todos os colaboradores que, no exercício das suas funções normais, ainda não dispunham dessas ferramentas de trabalho. Em particular, o processo associado à gestão de contactos, que, devido à necessidade de retirar do edifício toda a equipa que o realiza, passou a ser efetuado por colaboradores da VICTORIA, normalmente responsáveis por um serviço de segunda linha.

No entanto, dada a tipologia das ferramentas de apoio ao processo implementadas na VICTORIA (arquivo ótico, digitalização de documentos, processo de

cotações (GPN), Portal do Agente, etc.), todos os processos considerados críticos em termos de continuidade foram assegurados à distância.

Contudo, manteve-se a necessidade de presença para as seguintes atividades (a que correspondem 2% dos colaboradores):

- Gestão documental (recebimento e envio de correspondência física e digitalização) – 2 dias por semana;

- Centro de Dados: execução de processos informáticos diários e impressão contínua - diário;

- Manutenção das instalações (por exemplo, eletricitista) – quando necessário.

No sentido de melhor corresponder às necessidades dos nossos clientes efetuámos também os seguintes ajustamentos aos nossos procedimentos:

- Processo de emissão de apólices /modificações, e assinatura de documentos: aceitámos que todos os documentos digitalizados fossem enviados ao distribuidor que os encaminharia através do portal do agente.

- No âmbito do processo de subscrição de risco dos produtos Vida, as grelhas de aceitação foram alteradas com o acordo dos resseguradores (SCOR) e foi introduzido o tele-questionário adaptado à situação atual do COVID19 para determinadas combinações de idades e valores seguros.

-Devido à dificuldade de realização de exames médicos, não foram feitas marcações e os segurados foram informados da suspensão do período legal de exames.

-Foi também introduzida a alteração relativa ao reembolso extraordinário de PPRs, no seguimento da publicação em Abril de uma lei que estabeleceu regimes excepcionais e temporários de resposta à epidemia.

Outras medidas

Mantivemos uma comunicação contínua no site e junto dos canais de distribuição.

Criámos uma Linha telefónica e e-mail dedicados ao Covid-19

Emitimos recomendações, medidas cautelares e ações para clientes, distribuidores e terceiros

Reforçámos a informação nomeadamente garantias, exclusões e serviços de assistência

Publicámos um guia prático em vídeo para trabalho à distância

Todos os questionários de produtos de vida ficaram disponíveis em formato PDF editável, no portal VICTORIA.net

PRÉMIOS

O volume global de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento, registou uma redução de 1,7% face ao ano anterior, atingindo EUR

39.626.403 (2019: EUR 40.291.279), invertendo a tendência do ano anterior (aumento de 9,2 % em 2019 face a 2018).

Analisando mais detalhadamente:

Prémios e entregas	2020	%	2019	%	Var 20/19
VIDA	39 626 403	100,0%	40 291 279	100,0%	-1,7%
Contratos de seguro	29 967 506	75,6%	30 940 838	76,8%	-3,1%
Contratos de investimento	9 658 897	24,4%	9 350 441	23,2%	3,3%

Em 2020 registou-se uma redução de 3,1% na receita proveniente de contratos de seguro (2020: EUR 29.967.506 vs 2019: EUR 30.940.838). Comportamento inverso teve a produção de contratos de investimento, em 2019 o volume de prémios situara-se nos EUR 9.350.838 sendo que em 2020 o

valor registado foi de EUR 9.658.897, o que se traduz num aumento de 3,3% provenientes da comercialização de contratos de investimento.

Mantendo a tendência de 2019, a receita de prémios com origem em contratos de empresas apresentou um aumento, 6,5%,

(2019: 1,3%), totalizando um volume total de prémios de EUR 16.780 (2019: EUR 15.754.780), dos quais EUR 40.398 correspondem a contratos em regime de em Livre Prestação de Serviços (2019: EUR 36.731). A evolução da receita obtida através de contratos celebrados com

particulares que aumentou 13,9%, situando-se os EUR 13.188 (2019: EUR 15.186.330). No seu conjunto, a produção Vida decresceu 1,7%, invertendo a tendência registada no ano anterior (2019: +7,2%).

SINISTRALIDADE E PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

O valor registado em custos com sinistros de contratos de seguro no exercício de 2020, ascendeu a EUR 23.825.936 valor inferior em 12,6% face ao registado no ano transato (2019: EUR 27.271.430) reforçando a tendência registada em 2019 (2019: redução de 5,1%)

Face a 2019 os montantes pagos relativos a Vencimentos, Capitais por morte ou

invalidez, resgates e Custos de gestão imputados e outras, sofram uma redução correspondente a EUR 3.597.218. Em sentido contrário, evoluíram os custos com Rendias, registando um aumento de EUR 151.724, ou seja, 5,4% comparativamente ao registado no ano anterior (2019: redução de EUR 51,919). As indemnizações no ramo Vida apresentaram a seguinte distribuição:

Custos com sinistros	2020	2019	Var 20/19
VIDA	23.825.936	27.271.430	-12,6%
Vencimentos	10.692.800	12.797.865	-16,4%
Capitais morte ou invalidez	1.931.298	2.653.582	-27,2%
Rendias	2.949.492	2.797.768	5,4%
Resgates	7.166.000	7.756.191	-7,6%
Outras	41.475	67.003	-38,1%
Custos gestão imputados	1.044.871	1.199.022	-12,9%

A Provisão para Participação nos Resultados Atribuída, no final do exercício era de EUR 4.009.050 (2019: EUR 3.191.522), por força da seguinte movimentação: EUR 2.677.317 (2019: EUR 2.534.233) por força dos montantes pagos aos nossos segurados e EUR 56.955 (2019: EUR 55.006) utilizados

para aumento dos benefícios, assim como uma dotação em função do resultado do ramo Vida, EUR 3.551.800 (2019: EUR 2.754.532).

As provisões matemáticas sofreram um decréscimo no montante de EUR 4.113.512 (2019: - EUR 4.937.114), considerando a

variação de benefícios mencionada no parágrafo anterior. Foram ainda efetuados testes de adequação das responsabilidades, à semelhança de anos anteriores.

As provisões matemáticas adicionais para garantia de resgate totalizaram EUR 2.913.145 (2019: 3.115.563). No que respeita à provisão para compromissos de taxa, fruto essencialmente da evolução

registada nas taxas de juro ao longo do ano, o valor registado foi de EUR 12.137.216 (2019: EUR 11.959.821), o que representa um aumento de EUR 177.395 no exercício em apreço.

A provisão para participação nos resultados a atribuir, sofreu uma redução face ao valor registado no ano anterior, totalizando em 2020 EUR 543.936 (2019: EUR 689.761).

RESSEGURO CEDIDO

A VICTORIA manteve a sua política de resseguro, transferindo parte dos riscos por si assumidos através de tratados de resseguro adequados ao seu perfil de carteira. A contratação e seleção da pool de resseguradoras é efetuada de uma forma

criteriosa e de acordo com a sua capacidade financeira e a política do Grupo SMA. Continuamos assim, simultaneamente, a privilegiar relações com resseguradores financeiramente sólidos e a proceder a uma adequada dispersão dos riscos.

Resseguro cedido VIDA	2020	2019	Var 20/19
Resultado	-554 774	-804 248	-31,0%
Prémios adquiridos cedidos	-3 548 128	-3 094 701	14,7%
Comissões	2 125 986	1 362 192	56,1%
Participação Resultados Resseguro cedido	647 392	569 994	13,6%
Sinistros e variação de provisões	219 976	358 267	-38,6%

CUSTOS POR NATUREZA A IMPUTAR

Tal como em 2019, com o objetivo de refletir o real custo dos projetos informáticos, a VICTORIA procedeu à incorporação dos custos diretamente imputáveis aos mesmos. Manteve-se a externalização pontual de algumas atividades em detrimento do reforço pontual dos quadros. Esta decisão está

intimamente ligada à evolução do mercado de trabalho especializado em algumas áreas. Por outro lado, em consequência da Pandemia, algumas atividades anteriormente externalizadas, foram incorporadas pela companhia. É disso exemplo, o centro de atendimento telefónico, serviço que passou a ser

assegurado na íntegra, por colaboradores VICTORIA em regime de trabalho remoto. O valor registado em 2020 em custos com pessoal, foi de EUR 4.243.941 (2019: EUR 4.485.957), o que se traduz numa redução de 5,4% face ao registado no exercício anterior. No mesmo sentido, evoluíram os Fornecimentos e Serviços Externos, tendo sido registado uma diminuição de 12,0% acompanhando a evolução registada no ano anterior (2018: (-) 13,9%). O montante afeto a esta rubrica foi de EUR 2.720.017 (2019: EUR: 3.090.925). A rubrica amortizações do exercício registou um agravamento de 16,3% face ao registado no exercício

anterior. Esta evolução, traduz como esperado, o impacto da entrada em produção de alguns projetos informáticos. O aumento registado na rubrica juros e Comissões, está relacionado com a aplicação da norma contabilística IFRS 16, bem como, os juros pagos à VICTORIA Seguros, SA, decorrentes do empréstimo contraído junto desta. Apesar da ligeira redução na produção registada, o rácio de Custos por Prémios brutos adquiridos praticamente sofreu uma redução face a 2019, passando de 22,5% em 2019 para 22,4% no final de 2020.

Custos por natureza a imputar	2020	2019	Var 20/19
Total	8 882 981	9 059 859	-2,0%
Custos com pessoal	4 243 941	4 485 957	-5,4%
Fornecimentos e Serviços Externos	2 720 017	3 090 925	-12,0%
Impostos e Taxas	62 439	65 581	-4,8%
Amortizações	1 436 349	1 234 786	16,3%
Juros e Comissões	420 235	182 611	130,1%
% Prémios brutos adquiridos e entregas	22,4%	22,5%	-0,1%

RECURSOS HUMANOS

No final de 2020 a VICTORIA tinha um total de 293 empregados (85 Vida e 208 Seguros) (2019: 291). A média etária era de 45,47 (2019: 44,49) anos, a antiguidade média no Grupo era de 14,30 (2019: 13,72) anos e a percentagem de colaboradores do sexo feminino era de 55,63 % (2019: 55,7%). Em termos de estrutura de graus de

habilitações literárias, em 2020, 57,0% (2019: 56,4%) dos colaboradores possuíam qualificações ao nível do ensino superior universitário.

Dando seguimento às normas constantes no Acordo Coletivo de Trabalho celebrado entre a VICTORIA e os sindicatos STAS, SISEP e SINAPSA publicado em 08/06/2020, e de

acordo com o Contrato Constitutivo do seu Fundo de Pensões, nomeadamente quanto ao seu Plano de Pensões de Contribuição Definida, a VICTORIA efetuou em 2020 contribuições no total de EUR 149.553,41 (2019: EUR 146.288,07) para o mesmo Plano de Contribuição Definida, para afetação aos planos individuais dos seus Colaboradores.

O anterior Plano de Pensões de Benefício Definido, mantém-se em vigor para garantir o pagamento das pensões dos beneficiários que já se encontravam a receber uma pensão através do Fundo de Pensões VICTORIA e as atualizações de pensões dos Colaboradores já reformados ao abrigo deste Plano de Benefício Definido, agora alterado.

Formação

O novo contexto que vivemos durante 2020 caracterizou-se pela mudança de paradigma na formação. O avanço acelerado das novas tecnologias permitiu que muitas das metodologias formativas então totalmente orientadas para a vertente presencial passassem a ser desenvolvidas remotamente. A formação à distância ganhou assim um novo espaço, apresentando-se como uma oportunidade de valorização pessoal e profissional muito interessante, quando encarada com rigor e qualidade nas metodologias pedagógicas adotadas.

A VICTORIA, através do seu Campus fez este percurso e adaptou-se rapidamente aos novos contextos da formação à distância e exponenciou a formação e-learning e o live training através das suas plataformas colaborativas. Proporcionou aos seus colaboradores formação contínua,

nomeadamente em matérias regulatórias e no portfólio de Produtos em comercialização.

Desenvolveu competências tecnológicas, entre outras áreas de competências específicas, por forma a colmatar e desenvolver as necessidades de formação identificadas.

Destaca-se o Programa de Liderança, transversal a todas as hierarquias intermédias, numa primeira fase desenvolvido em formato presencial e posteriormente com sessões de follow-up em formato de webinar, integrado na Academia de Gestão e Liderança. O seu objetivo foi dotar os nossos responsáveis de equipa a exercer a sua liderança de forma mais eficaz, desenvolvendo a comunicação, motivação e acompanhamento do desempenho das suas equipas. Destacamos como principais indicadores de formação:

2020 Indicadores Globais de Formação	TOTAL
Ações de formação realizadas	35
Horas de formação realizadas	6189
Nº de participações de colaboradores em formação	541

Os diversos programas de formação desenvolvidos através das Academias de Formação que integram o nosso Campus

VICTORIA, apresentam a seguinte distribuição:

CAMPUS VICTORIA Academias de Formação	Distribuição (horas de formação)
Academia de Conteúdos Técnicos	88,6%
Academia de Gestão e Liderança	10,1%
Academia de Vendas	1,3%

Destacamos ainda que 92,3% do total de horas de formação foram desenvolvidos por entidades formadoras externas, nomeadamente em ações de formação orientadas ao desenvolvimento de competências técnicas, tecnológicas e comportamentais.

A formação interna representou 7,7% do total de horas de formação e incidiu, como acima mencionado, em matérias regulatórias como a Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, a Conformação para Empresas de Seguros e a

oferta de Produtos de diversos Ramos de Seguros em comercialização na VICTORIA.

No âmbito da Formação a Canais de Mediação, foram desenvolvidas 409 horas de formação, num total de 24 programas de formação a diversos públicos-alvo, como Mediadores de Seguros e outros parceiros de negócio. Do total das horas ministradas, destaca-se ainda o Plano de Formação destinado aos Consultores do Canal Pessoais que contou com 234 horas ministradas ao longo do ano.

Comunicação Interna

Também a comunicação interna assumiu em 2020 uma relevância fundamental. Foi ela que nos permitiu manter a VICTORIA continuamente mais próxima de todos os colaboradores. Utilizámos a comunicação de forma consistente, com maior empatia e humanização; assente numa preocupação constante de garantir um conjunto de informação que demonstrasse o empenho da VICTORIA com a segurança dos colaboradores e suas famílias e por outro lado fosse essa mesma comunicação um catalisador dos valores e cultura da empresa numa lógica de facilitar a não interrupção da operação.

Desde o início do contexto de pandemia, que a VICTORIA tem adotado diversas iniciativas, utilizando amplamente os canais

de comunicação da empresa por forma a assegurar que a informação chega aos nossos colaboradores de forma direta e assertiva.

Destacamos, para além da informação de cariz institucional, o lançamento da nossa newsletter interna digital - **#VICTORIAemcasa** – que contempla temas originais, artigos de interesse, *Tedtalks*, e ainda uma rubrica que pretende dar conhecer um conjunto de ações e projetos relevantes que estamos a desenvolver a cada momento na VICTORIA, em alinhamento com a nossa missão e valores, e que nos permite conhecer o outro lado da nossa grande família VICTORIA, partilhando aquilo que de melhor se faz dentro de casa... da NOSSA casa!

Responsabilidade Social

Numa época em que a solidariedade e entreajuda ganham ainda mais ênfase, a VICTORIA quis fazer a diferença através de várias iniciativas solidárias, maioritariamente externas.

Sabendo que a saúde é um bem essencial mais do que nunca, é preciso ajudar os mais frágeis a continuarem a aceder aos serviços de saúde, medicamentos e produtos de que necessitam para viver. Por isso mesmo, continuámos a ser membros da Dignidade e a apoiar o seu programa solidário Abem, e ajudámos com um donativo para a missão

desta associação que visa precisamente um bem maior junto daqueles que se encontram em situação de carência económica e não conseguem comprar os medicamentos que precisam.

Também a Fundação Salvador que tem como missão promover a inclusão das pessoas com deficiência motora na sociedade e melhorar a sua qualidade de vida, potenciando os seus talentos e sensibilizando para a igualdade de oportunidades, contou este ano com o apoio da VICTORIA. Passámos um Natal

mais próximo desta Fundação contribuindo com a aquisição de enfeites que coloriram as árvores de todas as nossas casas.

Mais uma vez a Helpo fez parte do portefólio de associações de responsabilidade social que apoiámos.

A Helpo e o seu trabalho junto das instituições locais, para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente das áreas ligadas à infância, educação e saúde materno-infantil e nutricional, como setores chave de intervenção, nomeadamente nos países em via de desenvolvimento e em particular neste caso, em Moçambique, mereceu a nossa atenção.

O seu trabalho a providenciar bens e cuidados básicos de sobrevivência a mais de 16 mil deslocados, sobretudo mulheres, muitas delas grávidas, crianças e bebés, que chegaram às comunidades apoiadas pela Helpo, em Cabo Delgado e Nampula mereceram a nossa atenção.

A Associação “CASA – Centro de Apoio ao Sem Abrigo” foi também uma das instituições eleitas para nossa parceira nestas ações de olhar para o outro como alguém que precisa da nossa ajuda.

A sua missão é auxiliar aqueles que se encontram em situação de Sem-Abrigo, que integrem Famílias em Risco ou Famílias Carenciadas, através de ações de solidariedade social, disponibilizando um

contacto próximo, bens alimentares, artigos de vestuário e serviços de reintegração social, independentemente do estrato social, etnia, religião ou género. A VICTORIA não ficou alheia a esta missão.

E a VICTORIA também olhou para a sua zona de inserção geográfica apoiando o Centro Paroquial de São Romão em Carnaxide. Participámos na campanha “Há amor nesta CA(U)SA produzindo t-shirts cujo valor da venda reverteu para o apoio na aquisição de matérias de proteção para idosos.

Mantivemos igualmente os nossos programas de responsabilidade social interna, como a reutilização pelos nossos Colaboradores de manuais escolares e/ou doação ao Banco Alimentar contra a Fome e convertidos em bens alimentares, o Programa Grão a Grão que visa apoiar um conjunto de famílias carenciadas ou mesmo a recolha de tampinhas de plástico, contribuindo assim para a melhoria do meio ambiente e para apoio a causas específicas). Este foi um ano de novas experiências para todos. Exigiu que nos tivéssemos que adaptar e até reinventar. Pediu-nos resiliência, criatividade e perseverança. Para além de tudo isso, conseguimos de alguma forma contribuir com o melhor de nós, ajudando a VICTORIA a cumprir este seu compromisso de ter a responsabilidade social presente no seu dia a dia.

INVESTIMENTOS

A VICTORIA – Seguros de Vida S.A., faz parte do grupo VICTORIA em Portugal e a nível internacional do grupo SMA. A gestão de investimentos é efetuada através de mandato celebrado com a empresa SMA Vie.

No corrente ano manteve-se a linha orientadora da estratégia de investimentos, continuando a dar prioridade à seleção de ativos com maior segurança, em alternativa a ativos que pudessem eventualmente gerar mais rendimento.

A gestão foi acompanhada de forma regular pelo Comité de Gestão Ativo Passivo, constituído por representantes das áreas financeira, atuarial, técnica e de risco.

Foram também definidos processos locais de monitorização do risco de crédito e do

risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

A carteira de investimentos aumentou em 2020 para um montante global de EUR 228.477.781 (2019: EUR 220.741.265), o que representa uma variação anual inferior a 3,5%. Tal como no ano anterior, a carteira de investimentos concentra-se principalmente na rubrica Títulos e Participações Financeiras. Assim, o investimento em Imóveis corresponde a 16,7% (2019: 17,4%) e as aplicações em títulos e participações financeiras totalizam 79,9% (2019: 78,8%). A carteira de investimentos apresenta a seguinte distribuição:

Carteira de Investimentos	2020	%	2019	%	Variação 20/19
Total	228.477.781	100,0%	220.741.265	100,0%	3,5%
Titulos e Participações Financeiras	182.463.193	79,9%	174.033.475	78,8%	4,8%
Imóveis	38.215.513	16,7%	38.506.808	17,4%	-0,8%
Outros Activos Financeiros	7.799.075	3,4%	8.200.982	3,7%	-4,9%

A carteira de títulos foi avaliada em EUR 182.463.193 (2019: EUR 174.033.475) e a 31

de dezembro de 2020 apresentava a seguinte distribuição:

Carteira de Títulos	2020	%	2019	%	Variação 20/19
Total	182.463.193	100,0%	174.033.475	100,0%	4,8%
Divida Publica	54.046.052	29,6%	61.980.624	35,6%	-12,8%
Acções e Participações	112.306	0,1%	58.276	0,0%	92,7%
Obrigações Diversas	97.922.176	53,7%	99.936.574	57,4%	-2,0%
Outros	30.382.659	16,7%	12.058.000	6,9%	152,0%

A exposição à classe de ativos Dívida Pública regrediu 12,8%, passando a representar 29,6% (2019: 35,6%) da carteira de títulos. Esta redução foi acompanhada pela diminuição de 2,0 milhões de euros na classe de ativos Obrigações Diversas que manteve o estatuto de classe de ativos mais representativa com 53,7% (2019: 57,4%). Relativamente aos restantes ativos, resultado do investimento feito em fundos

de tesouraria e em fundos de investimento de ações, atingiram o peso relativa na carteira de títulos correspondente a 16,7% (2019: 6,9%).

No que se refere à qualidade de crédito da carteira de títulos é de registar que 74,9% (2019: 84,5%) detém notação de crédito de investimento, ou seja notação superior ou igual a BBB.

Rating	2020	2019	Variação anual
Total	100,0%	100,0%	0,0%
AAA	9,7%	9,5%	0,2%
AA	14,7%	17,8%	-3,1%
A	26,1%	28,9%	-2,9%
BBB	24,4%	28,3%	-3,9%
BB	1,0%	1,0%	0,0%
B	0,0%	0,2%	-0,2%
NR	24,2%	14,3%	9,8%

O resultado de investimentos decresceu acentuadamente em 2020 comparativamente com o exercício de 2019, -62,9% mais concretamente. O fenómeno explica-se fundamentalmente, pelo desempenho do mercado imobiliário como se pode aferir dos registos na rubrica Ganhos realizados - forte valorização em

2019 (EUR 6,8 Mio), ligeiro decréscimo em 2020 (EUR 0,2Mio). É de referir que a rubrica de rendimentos apresentou num contexto de taxas de juro bastante adverso um ligeiro decréscimo de 0,1%. O total de rendimentos obtidos perfaz em 2020 o montante de EUR 5.210.408 (2019: EUR 14.026.493).

Proveitos de Investimentos	2020	2019	Var.
Total	5.210.408	14.026.493	-62,9%
Rendimentos	5.178.096	5.181.299	-0,1%
Ganhos Realizados	581.702	9.065.564	-93,6%
Perdas Provenientes de Alienação	-540.007	-220.369	145,0%
Perdas por Imparidade	-9.383	0	n.d.

FUNDOS DE PENSÕES

Durante o exercício de 2020, os ativos relativos a Fundos de Pensões apresentaram uma variação

de -0,7% para EUR 15.668.901 (2019: EUR 15.779.816), distribuídos por 5 fundos distintos

MEIO AMBIENTE

Em resposta à situação de pandemia decretada em 2020 – COVID-19 e, como principal medida de mitigação do risco de contágio, todos os Colaboradores da VICTORIA com funções compatíveis para uma situação de trabalho por acesso remoto, passaram a exercer as suas funções a partir dos seus domicílios, no período compreendido entre 19 de março a 31 de maio de 2020, numa primeira fase, e de 04 de novembro a 31 de dezembro 2020, numa segunda fase.

Mesmo assim, no período intercalar destas fases, o regresso dos Colaboradores às instalações foi progressivo e faseado, tendo-se optado pela prática de desfasamento de horários e regimes de turnos, com recurso ao trabalho remoto total, sempre que as situações individuais assim o requeriam.

Consequência óbvia deste plano de proteção desenhado para mitigação do risco de contágio foi a natural redução de consumíveis em 2020.

A VICTORIA, no entanto, manteve a atenção especial que sempre dedica à proteção do meio ambiente. Neste contexto inserem-se medidas que visam a poupança de energia e a utilização de meios de trabalho que reduzam o mais possível os efeitos negativos em termos ambientais.

Assim verificámos que, para além dos impressos publicitários e de alguns outros formulários de menor volume, o nosso consumo de papel assenta primordialmente em folhas A4, cujo consumo foi de 1,3 (2019: 1,9) milhões de folhas. Acreditamos que esta continuada e progressiva redução de consumo de papel, que se tem verificado nos últimos anos, é uma consequência direta de alguns mecanismos implementados pela empresa (apostas na digitalização, na portabilidade, nas medidas de controlo de desperdício, etc.) e na consciencialização de todos para uma melhor atitude ambiental. Não parecendo por isso, neste

caso particular, uma consequência direta da situação pandêmica.

Com a separação do nosso lixo, enviámos para reciclagem 1,7 (2019: 7,2) toneladas de papel e cartão, utilizando para o efeito o sistema de recolha Ecoponto da Câmara Municipal de Oeiras. Os consumos de energia e água no nosso Edifício de Miraflores, situaram-se em 705.510 (2019: 756.754) KW/H de energia elétrica, 18.466 (2019: 23.366) m3 de gás natural e 2.633 (2019: 3.539) m3 de água. Reduções dos consumos na ordem

dos 7% na eletricidade, 21% no gás natural e 26% na água.

Esta é uma indicação clara e rápida de que muitos dos custos relacionados com estas três tipologias de consumo estão associadas a uma não exclusiva presença no edifício, mas a um assegurar permanente de todas as atividades necessárias para que não exista disrupção na nossa operação. O consumo nas nossas Delegações e Escritórios, excluindo o situado no Edifício VICTORIA, foi de 70.490 (2019: 87.794) KW/H de energia elétrica e de 278,00 (2019: 575,00) m3 de água.

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLO INTERNO

Em 2020, manteve-se o alinhamento do modelo de gestão de risco e sistema de governação da VICTORIA à realidade do grupo SMA. A estrutura organizacional que suporta o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno manteve-se também assente no modelo das três linhas de defesa, suportada pela existência de Comités específicos.

No que diz respeito à área de Gestão de Riscos, enquadrando-se na segunda linha de defesa, integrou no ano em análise a Direção Financeira e de Gestão de Riscos, tendo como principal missão garantir a existência de um Sistema de Gestão de Riscos adequado e eficaz, que permita identificar, mensurar, monitorizar e comunicar os riscos nas suas diversas vertentes e dimensões, possibilitando à gestão e tomada de decisão incorporar este conhecimento.

Os Comités que suportam diretamente e garantem o desenvolvimento contínuo da gestão baseada no risco são: Comité de Risco, Comité Gestão Ativo Passivo, Comité de Subscrição e Comité de Risco Operacional. Todos eles mantiveram o âmbito e a estrutura face ao ano transato. Nestes comités participam as funções chave, nomeadamente no Comité de Risco que tem uma periodicidade mínima trimestral e conta com a participação do Responsável da função chave gestão de risco.

Dando continuidade à implementação do novo regime de Solvência II, destaca-se um aumento do nível de maturidade deste sistema e respetiva integração na gestão e tomada de decisão, assinalando-se as seguintes atividades:

- Reporte extraordinário de SII determinado pela ASF no âmbito do contexto de pandemia;

- Reporte quantitativo e narrativo anual integral;
- Reporte quantitativo trimestral;
- Certificação por parte do Revisor Oficial de Contas e dos Atuários Responsáveis dos resultados de Solvabilidade, bem como da informação a disponibilizar ao público;
- Revisão anual da matriz de grandes riscos, mantendo o alinhamento da mesma com a metodologia do grupo e métricas de solvência II de forma a monitorizar de perto e mitigar a exposição aos riscos de maior impacto;
- Revisão anual das políticas existentes garantindo o contínuo alinhamento com o grupo;
- Elaboração do reporte Avaliação Interna do Risco e da Solvência, a nível solo e de grupo, permitindo analisar e dando suporte à tomada de decisão para a estratégia definida para os próximos 5 anos;
- Manteve-se a nível do grupo um Comité específico de Qualidade de Dados, reunindo todas as filiais do grupo e garantindo o cumprimento de um adequado desenvolvimento e implementação de uma Política de Qualidade de Dados, tendo por base a fiabilidade dos valores apurados em termos de solvência e gestão do negócio, nomeadamente com a identificação dos dados sensíveis e respetivos controlos;

- Formalização da identificação das funções-chave junto do supervisor.

No sentido de reforçar a cobertura do requisito de capital de solvência foram tomadas as seguintes medidas:

- A empresa contraiu um Empréstimo Subordinado junto da VICTORIA-Seguros, SA, no montante de 5 Milhões de euros com uma maturidade de 30 anos e uma taxa de juro fixa de 4% ao ano.
- Considerando os artigos 17º e 18º do Regulamento delegado (EU) nº 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014 (Regulamento Delegado), procedeu-se à alteração dos limites contratuais de um universo de contratos vida temporário anual renovável (TAR).

Relativamente ao Sistema de Controlo Interno, em particular no âmbito do Risco Operacional, destacam-se em 2020 as seguintes atividades na gestão e mitigação deste risco:

- Manteve-se o desenvolvimento da gestão do risco operacional e respetivos controlos alinhados com a metodologia do grupo;
- Continuação da atualização dos processos e da matriz de risco operacional;
- Gestão do Registo de Incidentes/Perdas, na ferramenta eFront;
- Gestão do Registo sobre a avaliação dos riscos e controlos na ferramenta eFront;
- Acompanhamento e gestão de implementação de melhorias;

- Realização de ações de formação sobre Risco Operacional e sistema suporte (eFront), aos GeCIPs (Gestores de Controlo Interno Permanente).

As ações estratégicas delineadas pela área de Gestão de Riscos para o ano de 2021, são as seguintes:

- Continuação da implementação integral do regime de Solvência II e otimização do mesmo, nomeadamente a nível de reporte quantitativo e qualitativo, aumentando a cada ano o nível de maturidade deste sistema;
- Continuação do desenvolvimento de uma gestão de riscos eficaz, com o desenvolvimento de modelos robustos que permitam efetuar análises individuais (por produtos e/ou linhas de negócio) e análises agregadas dos riscos, com maior ou menor nível de granularidade;

- Suporte a nível de análises e respetiva comunicação que permita uma gestão e tomada de decisão conhecedora do risco a que se encontra exposta, a curto e médio prazo;
- Consolidação da nova metodologia de gestão de risco operacional, e consequente atualização das respetivas matrizes para os vários processos e a avaliação da eficácia do Sistema de Controlo Interno;
- Iniciar a implementação das Normas contabilística IFRS 17 e IFRS 9 no âmbito da gestão de riscos;
- Dinamização da cultura de risco por toda a organização.

O rácio de cobertura do SCR e o rácio de cobertura do MCR dos dois últimos exercícios foi o seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
SCR	22.314.341	22.105.332
Rácio de Cobertura SCR	140,1%	120,0%
MCR	8.904.649	7.979.332
Rácio de Cobertura MCR	307,3%	324,0%
Fundos Próprios Elegíveis SCR	31.252.241	26.516.998
Fundos Próprios Elegíveis MCR	27.360.081	25.851.369

OUTRAS INFORMAÇÕES

Não existem quaisquer compromissos financeiros, significativos para a apreciação da

situação financeira da empresa, que não figurem no balanço.

LIGAÇÕES DE GRUPO, RECURSOS COMUNS

A VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. é uma empresa do Grupo Segurador SMA com sede social em Paris, França. O Grupo SMA opera em todas as linhas de negócio Vida e Não Vida, e é, em conjunto com as mútuas filiadas à SGAMBTP, líder no setor de seguros para a indústria da construção em França. A aquisição da VICTORIA enquadra-se na estratégia de crescimento e diversificação do Grupo SMA.

Em Portugal, o Grupo é representado pelo nosso acionista único VICTORIA Internacional de

Portugal S.G.P.S., S.A. que detém também a totalidade do capital social da VICTORIA – Seguros, S.A. As duas empresas de seguros utilizam estruturas comuns, com uma colaboração muito estreita nas áreas administrativa e comercial. A imputação de custos a cada uma das empresas é efetuada na base de critérios objetivos, observando a natureza e o fim da despesa.

RESULTADO DO EXERCÍCIO E PROPOSTA DA SUA APLICAÇÃO

O resultado da conta técnica do seguro de vida é de EUR 71.519 (2019: EUR 764.638). O resultado do exercício, após constituição da provisão para IRC e atribuição à Provisão para Participação nos

Resultados, é de EUR 191.301 (2019: EUR 364.001). Propomos que após a dotação de EUR 19.130 à reserva legal, o remanescente de EUR 172.171 seja levado a resultados transitados.

CONSOLIDAÇÃO DE RESULTADOS

Para efeitos de consolidação no Grupo Segurador SMA, França são também elaboradas contas em

conformidade com as Normas de Contabilidade Francesas.

PREVISÕES PARA 2021

O volume total de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento em janeiro de 2021 atingiu EUR 3.982.248 (2020: EUR 4.237.42).

Se o exercício 2020 supôs um verdadeiro desafio às suas capacidades de adaptação como Empresa, a VICTORIA defronta, em 2021, um ano

que irá oferecer uma visão das suas habilidades para se adaptar a uma realidade em contínua transformação, no âmbito duma pandemia sanitária, derivada da doença ocasionada pelo vírus SARS-Cov-2 (Covid-19), que demora em dar sinais de erradicação e uma conjuntura nacional de abrupta quebra económica e degradação da taxa de desemprego, acompanhadas duma incerteza e volatilidades crescentes, quer no nosso país quer a nível internacional.

Assim sendo, a VICTORIA desenhou, para o exercício 2021, um plano assente na sua estratégia basal de segurador generalista concentrado em determinados nichos de especialidade, procurando o crescimento rentável em todas as linhas de negócio, no intuito de continuar a responder aos princípios retores que a tem guiado nos últimos anos, nomeadamente os da sustentabilidade e rentabilidade do negócio.

O plano 2021, apoia-se, principalmente, nas seguintes ações:

- Reorganização do modelo de organização comercial interno
- Acentuada dinamização das parcerias de distribuição
- Aumento da proximidade com os distribuidores chave
- Dinamização das parcerias com a COFACE e a PRÉVOIR
- Lançamento de novas parcerias institucionais
- Aumento das ações de proximidade com o cliente digital

- Reforço da presença institucional e da marca VICTORIA
- Penetração de novos mercados, nomeadamente em regime LPS
- Novo simulador no Portal Agentes
- Alargamento do Campus VICTORIA à rede de distribuição
- Renegociação com a rede de prestadores
- Aperfeiçoamento das ferramentas de apoio à venda
- Prossecução das atividades inerentes aos projetos regulamentares
- Aumento das capacidades derivadas da obtenção de informação de gestão
- Reforço das estruturas e tecnologias inerentes à segurança dos sistemas de informação
- Implementação de nova ferramenta de avaliação dos recursos humanos
- Lançamento do Portal do Colaborador
- Avanço na implementação do plano de continuidade de negócios
- Desenvolvimento e melhoria dos Portais de Agentes e Clientes

Em 2021, reforçar-se-á, portanto, a execução da estratégia de negócio dos últimos anos, apostando ainda mais na dinamização e proximidade junto da rede de distribuição profissional rentável, o reforço das parcerias estratégicas e a presença institucional VICTORIA nos vários ecossistemas onde a sua oferta diferenciada de produto e posicionamento de

especialização são reconhecidos como partes integrantes duma proposta de valor distinta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Queremos agradecer aos Acionistas e aos restantes Órgãos Sociais todo o apoio prestado ao Conselho de Administração e ao Conselho Executivo.

Agradecemos igualmente a todos os Colaboradores da VICTORIA e a todos os Parceiros pela sua dedicação, indispensável para a concretização do projeto da VICTORIA.

30 de março de 2021

O Conselho de Administração

Two thick, parallel blue curved lines that sweep from the bottom left towards the top right, framing the section header.

2. Informação Financeira

Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro 2020 e 2019

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício			Exercício Anterior
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
	ATIVO				
1	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3.805.799		3.805.799	7.417.952
3	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	591		591	591
	Ativos financeiros detidos para negociação			-	-
4	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	28.100.746		28.100.746	24.527.690
	Investimentos em outras participadas e participantes				
	Instrumentos de capital e unidades de participação	10.555.250		10.555.250	5.634.477
	Títulos de dívida	17.545.496		17.545.496	18.893.213
	Outros				
	Derivados de cobertura				
5	Ativos disponíveis para venda	148.685.157	15.285	148.669.872	143.824.322
	Investimentos em outras participadas e participantes				
	Instrumentos de capital e unidades de participação	19.954.408	15.285	19.939.123	6.481.208
	Títulos de dívida	128.730.749		128.730.749	137.343.114
	Outros				
6	Empréstimos e contas a receber	7.799.075	-	7.799.075	8.200.982
	Depósitos junto de empresas cedentes				
	Outros depósitos			-	282.574
	Empréstimos concedidos	7.753.637		7.753.637	7.772.081
	Contas a receber	45.438		45.438	146.327
	Outros				
7	Investimentos a deter até à maturidade	5.691.984		5.691.984	5.680.871
2	Terrenos e edifícios	38.215.513	-	38.215.513	38.506.808
	Terrenos e edifícios de uso próprio	1.123.700	-	1.123.700	1.455.285
	Terrenos e edifícios de rendimento	37.091.813		37.091.813	37.051.523
9	Outros Ativos tangíveis	4.968.266	4.315.897	652.369	371.008
9	Inventários	36.563		36.563	31.775
10	Ativos sob direito uso	1.783.267	851.598	931.669	1.444.590
	Goodwill				
11	Outros Ativos intangíveis	11.102.846	8.014.086	3.088.760	3.353.512
15	Provisões técnicas de resseguro cedido	194.838	-	194.838	262.305
	Provisão para prémios não adquiridos				
	Provisão matemática do ramo vida			-	-
	Provisão para sinistros	194.838		194.838	262.305
	Provisão para participação nos resultados				
	Provisão para compromissos de taxa				
	Provisão para estabilização de carteira				
	Outras provisões técnicas				
13	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	968.324		968.324	958.065
12	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	4.335.634	259.434	4.076.200	4.074.385
	Contas a receber por operações de seguro directo	1.080.879	117.087	963.792	1.407.311
	Contas a receber por outras operações de resseguro	687.729	74.227	613.502	614.664
	Contas a receber por outras operações	2.567.026	68.120	2.498.906	2.052.410
14	Ativos por impostos	1.910.575	-	1.910.575	2.116.292
	Ativos por impostos correntes	287.631		287.631	350.043
	Ativos por impostos diferidos	1.622.944		1.622.944	1.766.249
17	Acréscimos e diferimentos	333.820		333.820	525.988
	Outros elementos do Ativo				
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				
	TOTAL ATIVO	257.932.998	13.456.300	244.476.698	241.297.136

Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro 2020 e 2019

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício	Exercício Anterior
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO		
15	Provisões técnicas	169.449.563	172.558.269
	Provisão para prémios não adquiridos	1.375.806	1.320.427
	Provisão matemática do ramo vida	143.012.003	146.980.489
	Provisão para sinistros	8.371.552	8.416.249
	De vida	8.371.552	8.416.249
	De acidentes de trabalho		
	De outros ramos		
	Provisão para participação nos resultados	4.552.986	3.881.283
	Provisão para participação nos resultados a atribuir	543.936	689.761
	Provisão para participação nos resultados atribuída	4.009.050	3.191.522
	Provisão para compromissos de taxa	12.137.216	11.959.821
	Provisão para estabilização de carteira		
	Provisão para desvios de sinistralidade		
	Provisão para riscos em curso		
	Outras provisões técnicas		
16	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	28.878.516	28.361.098
17	Outros passivos financeiros	5.000.000	
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados	5.000.000	
	Depósitos recebidos de resseguradores		
	Outros		
13	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	119.734	124.784
18	Outros credores por operações de seguros e outras operações	7.558.145	6.933.596
	Contas a pagar por operações de seguro directo	5.379.530	5.165.404
	Contas a pagar por outras operações de resseguro	15.116	9.140
	Contas a pagar por outras operações	2.163.499	1.759.052
14	Passivos por impostos	1.929.351	1.853.468
	Passivos por impostos correntes	383.454	387.933
	Passivos por impostos diferidos	1.545.897	1.465.535
19	Passivos de locação	996.668	1.460.796
20	Acréscimos e diferimentos	1.995.907	1.874.495
34	Outras Provisões	243.537	356.701
	Outros elementos do passivo		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
	TOTAL PASSIVO	216.171.421	213.523.207
21	CAPITAL PRÓPRIO		
	Capital	8.500.000	8.500.000
	(Acções Próprias)		
	Outros instrumentos de capital		
	Reservas de reavaliação	5.529.488	5.272.942
	Por ajustamentos no justo valor de Ativos financeiros	5.249.853	4.935.490
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	279.635	337.452
	Por revalorização de Ativos intangíveis		
	Por revalorização de outros Ativos tangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
	Reserva por impostos diferidos	(1.364.305)	(1.491.335)
	Outras Reservas	10.709.591	10.716.720
	Resultados Transitados	4.739.202	4.411.601
	Resultado do exercício	191.301	364.001
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	28.305.277	27.773.929
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	244.476.698	241.297.136

Demonstração de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro 2020 e 2019

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício			Exercício Anterior
		Técnica Vida	Não Técnica	Total	
24	Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	26.346.670		26.346.670	27.647.510
	Prêmios brutos emitidos	29.967.506		29.967.506	30.940.838
	Prêmios de resseguro cedido	(3.548.128)		(3.548.128)	(3.094.701)
	Provisão para prêmios não adquiridos (variação)	(72.708)		(72.708)	(198.627)
	Provisão para prêmios não adquiridos, parte resseguradores (variação)				
25	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	331.290		331.290	352.239
26	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(23.605.960)		(23.605.960)	(26.913.163)
	Montantes pagos	(23.583.191)		(23.583.191)	(26.690.215)
	Montantes brutos	(23.870.633)		(23.870.633)	(27.022.362)
	Parte dos resseguradores	287.442		287.442	332.147
	Provisão para sinistros (variação)	(22.769)		(22.769)	(222.948)
	Montantes brutos	44.697		44.697	(249.068)
	Parte dos resseguradores	(67.466)		(67.466)	26.120
27	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(177.395)		(177.395)	(6.783.973)
27	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	4.113.512		4.113.512	4.937.114
	Montantes brutos	4.113.512		4.113.512	4.937.114
	Parte dos resseguradores			-	-
27	Participação nos resultados, líquida de resseguro	(2.641.093)		(2.641.093)	(2.404.574)
28	Custos e gastos de exploração líquidos	(7.015.511)		(7.015.511)	(7.630.056)
	Custos de aquisição	(5.101.699)		(5.101.699)	(4.728.790)
	Custos de aquisição diferidos (variação)	(70.741)		(70.741)	(108.889)
	Gastos administrativos	(3.969.057)		(3.969.057)	(4.154.569)
	Comissão e participação nos resultados de resseguro	2.125.986		2.125.986	1.362.192
29	Rendimentos	4.974.858	203.238	5.178.096	5.181.299
	De juros de Ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	4.434.741	203.238	4.637.979	4.926.392
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
	Outros	540.117		540.117	254.907
30	Gastos financeiros	(1.129.577)	(12.769)	(1.142.346)	(904.607)
	De juros de Ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas			-	-
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
	Outros	(1.129.577)	(12.769)	(1.142.346)	(904.607)
31	Ganhos líquidos de Ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	(62.412)	(112.463)	(174.875)	8.092.065
	De Ativos disponíveis para venda	24.196	-	24.196	122.738
	De empréstimos e contas a receber				
	De investimentos a deter até à maturidade				
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado				
	De outros	(86.608)	(112.463)	(199.071)	7.969.327
32	Ganhos líquidos de Ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	(1.212.976)	-	(1.212.976)	(865.484)
	Ganhos líquidos de Ativos e passivos financeiros detidos para negociação			-	-
	Ganhos líquidos de Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(1.212.976)		(1.212.976)	(865.484)
	Diferenças de câmbio				
	Ganhos líquidos pela venda de Ativos não financeiros que não estejam classificados como Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				
	Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(9.383)	-	(9.383)	-
	De Ativos disponíveis para venda	(9.383)		(9.383)	-
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado				
	De investimentos a deter até à maturidade				
	De outros				
33	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	159.496		159.496	184.114
34	Outras provisões (variação)		113.164	113.164	(52.483)
35	Outros rendimentos/gastos		46.682	46.682	(271.410)
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas				
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				
	Ganhos e perdas de Ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda				
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	71.519	237.852	309.371	568.591
14	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes			(60.601)	(83.891)
14	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos			(57.469)	(120.699)
	RESULTADO LÍQUIDO DO IMPOSTOS	71.519	237.852	191.301	364.001

Demonstração do Rendimento Integral para os exercícios findos em 31 de dezembro 2020 e 2019

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO ANTERIOR
Resultado líquido do exercício	191.301	364.001
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		
Por via de valorizações/desvalorizações	381.685	1.349.544
Por via de alienações	(191.806)	(331.600)
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edificios de uso próprio	(79.158)	12.877
Participação nos Resultados a atribuir ("shadow")	145.825	(214.161)
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	127.030	(184.232)
Ganhos e perdas actuariais reconhecidas	(43.529)	55.588
Impostos diferidos e correntes decorrentes dos ganhos e perdas actuariais		
Total do rendimento integral	531.348	1.052.017

Demonstração de Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO ANTERIOR
1 ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos:	115.748.114	162.695.811
Clientes (prêmios recebidos)	30.170.217	34.047.300
venda/amortização de activos financeiros (Inv)	81.948.401	124.888.273
Juros e dividendos (Inv)	3.341.199	3.332.020
Recebimentos de taxas e impostos		-
Regularização c/c Seguradoras	288.297	428.218
Pagamentos:	123.006.137	155.419.919
Clientes (sinistros & estornos)	26.703.828	30.471.065
Comissões	2.364.251	1.775.231
Resseguradores	149.266	900.615
Outros prestadores	(1.303.958)	(1.911.883)
Fornecedores diversos	852.215	3.196.783
Pagamentos a colaboradores	1.600.103	2.131.419
Compra de activos financeiros (Inv)	89.208.763	115.402.948
Pagamento de taxas e impostos	3.427.492	3.440.873
Despesas de Viagem	3.590	11.986
Fundo Fixo Caixa	587	882
Regularização c/c Seguradoras		
Fluxo das actividades operacionais	(7.258.023)	7.275.892
2 ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos:		
Investimentos Financeiros (reembolso de Emp. Conc.)	-	-
Imobilizações corpóreas (alienação)		
Imobilizações incorpóreas (alienação)		-
Juros de Emp. Conc.		
Dividendos de participações		
Pagamentos:	994.007	1.199.161
Investimentos Financeiros (Const. Emp. concedidos)	-	-
Imobilizações corpóreas (aquisição)	380.884	290.650
Imobilizações incorpóreas (aquisição)	613.123	908.511
Fluxo das actividades de Investimentos	(994.007)	(1.199.161)
3 ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos:	5.000.000	
Empréstimos Obtidos (Pela constituição)	5.000.000	
Aumentos de Capital		
Doações		
Pagamentos:	360.123	451.088
Empréstimos Obtidos (Juros \$ reembolsos)		
Amort. De contratos de locação financeira	360.123	451.088
Dividendos		
Fluxo das actividades de financiamento	4.639.877	(451.088)
Total do Fluxo de Caixa	(3.612.153)	5.625.643
Caixa e seus equivalentes no início do período	7.417.952	1.792.309
Caixa e seus equivalentes no final do período	3.805.799	7.417.952

Demonstração das alterações nos Capitais Próprios em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Demonstração de variações do Capital Próprio	Capital Social	Reservas de reavaliação		Reserva por impostos diferidos	Outras Reservas			Resultados transitados	Resultado do Exercício	TOTAL
		Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		Reserva Legal	Prémios de emissão	Outras Reservas			
Balanço a 31 de Dezembro 2018	8.500.000	4.107.252	349.030	(1.307.103)	2.465.204	2.500.000	5.658.194	4.071.998	377.337	26.721.912
Correcções de erros (IAS 8)										-
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)										-
Balanço de abertura alterado	8.500.000	4.107.252	349.030	(1.307.103)	2.465.204	2.500.000	5.658.194	4.071.998	377.337	26.721.912
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		1.017.944								1.017.944
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			12.877							12.877
Participação nos resultados a atribuir ("shadow")		(189.706)	(24.455)							(214.161)
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				(184.232)						(184.232)
Aumento de reservas por aplicação de resultados					37.734					37.734
Distribuição de reservas										-
Distribuição de lucros/prejuízos								339.603	(377.337)	(37.734)
Outros ganhos/perdas reconhecidas directamente no capital próprio							55.588			55.588
Total das variações do capital próprio	-	828.238	(11.578)	(184.232)	37.734	-	55.588	339.603	(377.337)	688.016
Resultado líquido do período									364.001	364.001
Distribuição antecipada de lucros										
Balanço a 31 de Dezembro 2019	8.500.000	4.935.490	337.452	(1.491.335)	2.502.938	2.500.000	5.713.782	4.411.601	364.001	27.773.929
Correcções de erros (IAS 8)										-
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)										-
Balanço de abertura alterado	8.500.000	4.935.490	337.452	(1.491.335)	2.502.938	2.500.000	5.713.782	4.411.601	364.001	27.773.929
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		189.879								189.879
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			(79.158)							(79.158)
Participação nos resultados a atribuir ("shadow")		124.484	21.341							145.825
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				127.030						127.030
Aumento de reservas por aplicação de resultados										-
Distribuição de reservas					36.400					36.400
Distribuição de lucros/prejuízos								327.601	(364.001)	(36.400)
Outros ganhos/perdas reconhecidas directamente no capital próprio							(43.529)			(43.529)
Total das variações do capital próprio	-	314.363	(57.817)	127.030	36.400	-	(43.529)	327.601	(364.001)	340.047
Resultado líquido do período									191.301	191.301
Distribuição antecipada de lucros										
Balanço a 31 de Dezembro 2020	8.500.000	5.249.853	279.635	(1.364.305)	2.539.338	2.500.000	5.670.253	4.739.202	191.301	28.305.277

ÍNDICE

- I) Introdução**
- II) Informação por Segmentos**
- III) Políticas Contabilísticas**
- IV) Gestão de Riscos**
- V) Notas ao Balanço**
 - NOTA 1 - Caixa e equivalentes e depósitos à ordem
 - NOTA 2 - Terrenos e Edifícios
 - NOTA 3 – Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos
 - NOTA 4 – Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas
 - NOTA 5 – Ativos disponíveis para venda
 - NOTA 6 – Empréstimos e contas a receber
 - NOTA 7 – Investimentos a deter até à maturidade
 - NOTA 8 – Afetação dos Investimentos
 - NOTA 9 – Outros ativos tangíveis e Inventários
 - NOTA 10 – Ativos sob Direito de Uso
 - NOTA 11 – Outros ativos intangíveis
 - NOTA 12 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações
 - NOTA 13 – Ativos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo
 - NOTA 14 – Ativos e Passivos por impostos
 - NOTA 15 – Provisões Técnicas
 - NOTA 16 – Passivos Financeiros de contratos de investimento
 - NOTA 17 – Outros Passivos Financeiros
 - NOTA 18 – Outros credores por operações de seguros e outras operações
 - NOTA 19 – Passivos de Locação
 - NOTA 20 – Acréscimos e Diferimentos
 - NOTA 21 – Capital Próprio e Reservas
 - NOTA 22 – Transações entre partes relacionadas
 - NOTA 23 – Elementos extrapatrimoniais
- VI) Notas à Conta de Ganhos e Perdas**
 - NOTA 24 – Prémios de contratos de seguro
 - NOTA 25 – Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

efeitos contabilísticos como contratos de investimento

- NOTA 26 – Custos com sinistros
- NOTA 27 – Variação das Provisões técnicas
- NOTA 28 – Custos e gastos de exploração
- NOTA 29 – Rendimentos / réditos de investimentos
- NOTA 30 – Gastos Financeiros
- NOTA 31 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por Reservas
- NOTA 32 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por resultados
- NOTA 33 – Outros rendimentos/gastos técnicos
- NOTA 34 – Outras Provisões
- NOTA 35 – Outros rendimentos/gastos
- NOTA 36 – Gastos diversos por função
- NOTA 37 – Gastos com o pessoal

VII) Eventos subsequentes à data de encerramento

VIII) Justo valor de ativos e passivos financeiros

IX) Alterações das Políticas Contabilísticas

X) Inventário de Títulos e Participações Financeiras

I - INTRODUÇÃO

O Ramo Vida é explorado pela VICTORIA desde 1930, altura em que foi criada em Portugal a agência geral da VICTORIA - Sociedade Anónima de Seguros de Vida. Em 1992, e resultante da transformação da agência geral em sociedade de direito português, surge a atual VICTORIA – Seguros de Vida, S.A.

Com sede social no Edifício VICTORIA, Av. da Liberdade, 200, em Lisboa, está representada no país através de 5 delegações e de 7 escritórios.

No seguimento do processo iniciado no último trimestre de 2013 de adaptação da estrutura ao modelo de distribuição, enquadrado na política de contenção e racionalização de custos, concluiu-se em 2014 o

redimensionamento da estrutura adequando assim a estrutura à atual carteira de negócios.

Atualmente apresenta um capital social de Euros 8.500.000, detido na sua totalidade pela VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. e tem como objeto social o desenvolvimento da atividade de seguro e resseguro do Ramo Vida, não sendo, no entanto, o resseguro ativo explorado pela VICTORIA - Seguros de Vida, S.A.

No final de 2011, a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. passou a ser uma empresa do Grupo Segurador SMA com sede social em Paris, França. Em Portugal, o Grupo é representado pelo acionista único VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A.

II – INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS**RELATO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS**

O relato por segmentos operacionais, foi definido tendo em consideração a desagregação existente, por aplicação da IFRS 4 e da IAS 39, para os produtos comercializados

pela Companhia. Assim, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, temos:

RELATÓRIO POR SEGMENTOS	2020			2019		
	Contratos Seguro	Contratos Investimento	Gestão de Fundos de Pensões	Contrato Seguros	Contrato Investimentos	Gestão de Fundos de Pensões
Prémios brutos emitidos	29.967.506			30.940.838		
Prémios de resseguro cedido	(3.548.128)			(3.094.701)		
Prémios brutos adquiridos	29.894.798			30.742.211		
Comissões cobradas de contratos		331.290	137.765	-	352.239	187.839
Resultados dos investimentos	3.993.274	(1.432.763)		12.153.717	(778.291)	
Custos com sinistros brutos	(23.825.936)			(27.271.430)	-	
Custos de exploração brutos	(8.676.790)	(212.036)	(252.671)	(8.484.279)	(244.354)	(263.615)
Resultado técnico	1.499.934	(1.313.509)	(114.906)	1.529.134	(670.407)	(94.089)
Activos afectos à representação das provisões técnicas	203.232.029	28.878.516		200.291.162	28.361.098	
Provisões técnicas	169.449.563	28.878.516		172.558.269	28.361.098	

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Relativamente aos contratos de investimento, a receita processada, que corresponde às entregas (prémios) efetuadas pelos tomadores de seguro, foi de EUR 9.658.897 (2019: EUR 9.350.441), o que corresponde a um aumento de 3,3 % (2019: aumento de 18,3%).

Deste modo, o volume total de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento foi de EUR 39.626.403 (2019: EUR 40.291.279) registando-se assim um decréscimo de 1,65% (2019: 9,2%).

III – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

BASES DE APRESENTAÇÃO

A Norma Regulamentar nº 10/2016-R de 15 de setembro, procedeu à revogação da anterior Norma Regulamentar n.º 4/2007-R de 27 de abril, e visa sistematizar e consolidar conteúdos anteriormente dispersos em normas regulamentares e circulares, relacionados com o regime contabilístico aplicável às empresas de seguros sujeitas à supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões – ASF, nomeadamente com a publicação do PCES e disposições relativas a provisões e a ativos afetos à representação das provisões técnicas.

As demonstrações financeiras apresentadas são preparadas de acordo com o Plano de Contas para Empresas de Seguros (PCES), onde são de aplicação obrigatória as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) adotadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de

julho de 2002, com exceção do IFRS 4 em que apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros e de divulgação.

A Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS) 4 tendo um carácter provisório não apresenta um regime estável para questões tão importantes como a avaliação dos passivos associados a esses contratos, pelo que para efeitos de reconhecimento e mensuração são aplicáveis as regras e princípios estabelecidos no PCES.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *Internacional Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores, tal como adotadas pela União Europeia.

Em 2020 a Companhia adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2020. Essas normas apresentam-se discriminadas no ponto VIII.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda e das propriedades de investimento, que se encontram ao justo valor e dos imóveis de uso próprio que se encontram ao custo revalorizado. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras é efetuada tendo por base o princípio da continuidade das operações, o que requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas, e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizadas estimativas e pressupostos significativos na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas ao longo deste documento.

As Demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 30 de março de 2021.

ALTERAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação

financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES JÁ EMITIDAS, MAS QUE AINDA NÃO SÃO OBRIGATÓRIAS

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na atividade

da Companhia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

janeiro de 2020 e que a Companhia não adotou antecipadamente são apresentadas na secção

IX. Estas Normas serão adotadas a partir da data do endosso pela União Europeia (UE).

PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS E CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Classificação dos Contratos de Seguros

Relativamente à IFRS 4, apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se ao reconhecimento e mensuração dos passivos resultantes desses contratos as regras e princípios anteriormente já estabelecidos na legislação e nas normas da ASF. Como estabelecido nas referidas normas, a classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros é aplicável apenas ao plano contabilístico, não resultando nenhuma alteração ao nível contratual, parafiscal, prudencial ou quaisquer outros.

De acordo com o estipulado pela IFRS 4, apenas deverão ser considerados contabilisticamente como contratos de seguros, os contratos em que se verifique a existência, em simultâneo, da incerteza quanto ao acontecimento seguro e a transferência significativa do risco seguro. Os contratos de seguros que revestem a natureza de produtos financeiros são considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento. Desta forma, todos os movimentos de entradas e saídas, são registados na rubrica Passivos Financeiros e aplicam-se as regras da IAS 32, IAS 39 e IFRS 7.

Para os contratos de seguros enquadrados pela IFRS 4, e uma vez que os prémios de seguro direto são reconhecidos como proveitos na data da emissão ou renovação da respetiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, a Empresa realiza no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como segue:

(i) Provisão matemática

As provisões matemáticas referentes ao Ramo Vida têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Empresa, após dedução do valor atual dos prémios futuros relativamente às apólices emitidas, e são calculadas com base em métodos atuariais enquadrados no normativo da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. As provisões matemáticas são zillmerizadas.

Adicionalmente, são efetuados a cada data de reporte, testes à adequação das responsabilidades, descontando a projeção dos *cash-flows* futuros associados aos

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

contratos. Qualquer deficiência determinada é registada por contrapartida de resultados.

(ii) Provisão para compromissos de taxa

A provisão para compromissos de taxa é constituída para todos os seguros e operações em que existe uma garantia de taxa de juro, e quando se verifica que a taxa de rendibilidade efetiva das aplicações, que se encontram a representar as provisões matemáticas dessa carteira, é inferior à taxa técnica de juro utilizada no cálculo dessas mesmas provisões.

(iii) Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

De acordo com o disposto no Decreto-lei nº94-B/98, de 17 de abril, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei nº8-A/2002, de 11 de janeiro, são constituídas provisões para prémios não adquiridos para os seguros temporários anuais renováveis. A provisão para prémios não adquiridos corresponde à parte dos prémios brutos emitidos relativamente a cada um dos contratos de seguro temporário anual renovável em vigor, a imputar a um ou a vários exercícios seguintes. O montante desta provisão é calculado mediante a aplicação do método *pro-rata temporis* por cada contrato em vigor.

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguro não vida, incluindo

comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem, sendo reconhecidas como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e refletidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos.

(iv) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados, mas ainda não liquidados no final do exercício. Esta provisão foi determinada como se segue:

- a partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data; e
- pela provisão genérica de 6% do valor dos custos com sinistros do exercício, excetuando vencimentos, resgates e as importâncias provenientes de contratos de rendas vitalícias, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros declarados após o fecho do exercício (*IBNR*).

(iv) Provisão para Participação nos Resultados

A provisão para participação nos resultados é relativa aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros ou aos beneficiários dos contratos sob a forma de participação nos

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

resultados desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos pela inclusão nas Provisões Matemáticas.

Para a generalidade dos produtos, esta provisão é calculada com base nos rendimentos dos ativos afetos, incluindo as mais e menos-valias realizadas e as perdas por imparidade registadas no período, e deduzidos dos saldos negativos dos exercícios anteriores, nos casos em que esta dedução se encontre contratualmente prevista.

(v) Provisão para participação nos resultados a atribuir (Shadow accounting)

De acordo com o estabelecido no Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07"), os ganhos e perdas não realizados dos

ativos financeiros afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

(vi) Comissões de mediação

As comissões de mediação são a remuneração contratualmente atribuída aos mediadores pela angariação de contratos de seguro e são registadas como custos no momento da emissão dos respetivos recibos de prémios.

Terrenos e edifícios

No que respeita aos investimentos em terrenos e edifícios, são considerados terrenos e edifícios de uso próprio todas as propriedades que se encontram afetadas ao serviço da empresa em parte superior a 5%.

Por aplicação da IAS 16, os imóveis encontram-se valorizados através do modelo de revalorização, existindo avaliações periódicas efetuadas por um avaliador independente, e por períodos entre os três e os cinco anos, de acordo com os métodos reconhecidos pelo

Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Reservas de reavaliação se positivas, e em Resultados se negativas ou se esgotada a Reserva de Reavaliação. As taxas de amortização são determinadas pelo número de anos de vida útil atribuída a cada imóvel.

Sempre que a taxa de ocupação de um imóvel, por serviços da empresa, seja inferior aos 5%,

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

os imóveis são considerados propriedades de investimento, com aplicação da IAS 40. Pelo facto dos imóveis se encontrarem a representar provisões técnicas, a mensuração adotada é o modelo do justo valor de mercado. As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Resultados. Os fatores que influenciam o reconhecimento de imparidades nos terrenos e edifícios, de acordo com a IAS 36, devem-se principalmente

ao declínio significativo nos valores de mercado imobiliário, bem como a danos provocados de forma anormal no imóvel. Tais fatores, a acontecerem, e pelo facto dos imóveis se encontrarem valorizados pelo modelo de revalorização, serão objeto de avaliação independente, não existindo por esse facto, lugar ao reconhecimento de imparidades.

Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

São classificadas como filiais todas as Sociedades sobre as quais a Companhia detém a capacidade de controlar a política operacional e financeira da entidade. O controlo é normalmente presumido quando a Sociedade detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto.

São classificadas como associadas todas as Sociedades sobre as quais a Companhia detém a faculdade de exercer influência significativa sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade, embora não detenha o seu controlo. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação da Companhia numa participada se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto. A Sociedade pode ainda exercer influência significativa numa participada através da participação na gestão

da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

São classificados como empreendimentos conjuntos (entidades conjuntamente controladas), todas as empresas sobre as quais a Companhia detém a capacidade para controlar conjuntamente com outros empreendedores (acionistas) a política operacional e financeira do empreendimento.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Estes investimentos são registados ao custo de aquisição, sujeito a testes de imparidade. Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição. O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos é avaliado anualmente, independentemente da existência de

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos e o seu valor contábilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior valor, entre o valor em uso dos ativos e o justo valor

deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. Sempre que o valor dos passivos de uma subsidiária, associada ou empreendimento conjunto ultrapassar os seus ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Companhia constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa entidade.

Ativos financeiros

A VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. classifica os seus ativos financeiros no reconhecimento inicial considerando a intenção que lhes está subjacente de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros disponíveis para venda. Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) ativos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial, e (iii) ativos que não se enquadrem nas categorias restantes.

Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados. Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles

adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo ou que são instrumentos derivados, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Esta categoria inclui os investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro uma vez que os passivos associados se encontram também ao justo valor através de resultados.

Empréstimos concedidos e contas a receber. São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo, que não sejam ativos adquiridos com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou não classificados como

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

ativos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial. Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

Ativos financeiros detidos até à maturidade. São ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade fixada, que a VICTORIA tem intenção positiva e a capacidade de deter até à maturidade.

Ativos financeiros detidos até à maturidade.

São ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade fixada, que a VICTORIA tem intenção positiva e a capacidade de deter até à maturidade.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos

financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

A venda ou reclassificação de algum título incluído na categoria de ativos financeiros detidos até à maturidade, antes da maturidade fixada, obriga a reclassificar na íntegra toda esta classe para ativos disponíveis para venda, não sendo permitida no prazo de dois anos, classificar qualquer ativo nesta categoria.

Mensuração subsequente

Os investimentos disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Os investimentos a deter até à maturidade, após o reconhecimento inicial ao justo valor, são mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado à taxa de juro efetiva.

Transferências entre categorias

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial*

Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeam às características de cada categoria. As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Empréstimos e contas a receber e Ativos a deter até à maturidade são também permitidas.

A VICTORIA não procedeu à reclassificação de quaisquer ativos.

Imparidade

A avaliação e o cálculo da imparidade nos ativos disponíveis para venda, segue os seguintes procedimentos:

Títulos de rendimento variável

A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento em que uma imparidade é contabilizada no ativo, não deve ser revertida.

I - Ações e Fundos de Investimento cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;

II - Ações e Fundos de Investimento, cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

Títulos de rendimento fixo

I - Determinação dos ativos potencialmente sujeitos a Imparidade:

- a) Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;
- b) Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;

II - Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objetiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objetiva pode ser descrita como:

- a) Significativa dificuldade financeira do Emitente
- b) Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital
- c) Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente
- d) Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira
- e) Desaparecimento de um mercado ativo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras
- f) Outros fatores

Ajustamento de recibos por cobrar

O ajustamento de recibos por cobrar tem por objetivo adequar o montante dos prémios em cobrança para o seu valor estimado de realização. As alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº122/2005 e pelo Decreto-lei nº199/2005, na sua generalidade, vêm estipular que o contrato de seguro só produz efeitos com o pagamento do prémio ou fração por parte do tomador de seguro. Significa isto que, prémio que não tenha sido cobrado deverá ser anulado. Nesse sentido, e no cumprimento da referida legislação, a Norma

nº16/2006-R e a Circular 9/2008, vem clarificar o método de cálculo do referido ajustamento.

Assim, e pelo facto de existirem diversas formas de pagamentos de prémios em que alguns podem ainda se encontrar por cobrar, torna-se necessário proceder a um ajustamento que traduza de alguma forma, a incobrabilidade dos mesmos. Deste modo, cada empresa deverá apurar um coeficiente de acordo com a sua própria experiência.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são valorizados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes,

com base na vida útil estimada dos bens e que se situa entre os 3 e os 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridos.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição. As suas amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais que refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

- Equipamento administrativo 12,5%
- Máquinas e ferramentas 12,5%
a 25%
- Equipamento informático 25% e
33%
- Instalações interiores 10% a
16,66%

As amortizações são registadas em gastos do exercício. A Companhia avalia, periodicamente, a adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis.

A avaliação efetuada para determinação da existência de imparidade nos ativos tangíveis e intangíveis é efetuada tendo por base indicadores internos que avaliam os níveis de obsolescência ou danos físicos e/ou a expectativa de declínio na performance do ativo. Dependendo dos casos, o procedimento adotado reveste-se de duas formas, ou a vida útil do bem é ajustada ou o bem é abatido, pelo que não haverá lugar a registo de imparidade.

Caixa seus equivalentes e depósitos à ordem

Esta rubrica engloba os valores registados no balanço cuja maturidade é inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a

caixa e as disponibilidades em instituições de crédito, exceto os valores que não estejam associados a uma natureza de investimento.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os

montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de

seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda

estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio na data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

Benefícios aos empregados

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos. De salientar as seguintes alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho: (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixam de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal pago em 2012 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (*settlement*).

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma foram calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, individualmente para cada plano através da

estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados.

Plano de contribuição definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objeto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos.

Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no ativo admitidos na atividade seguradora após 22 de junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua conta individual foi afeto ao respetivo plano individual de reforma.
- Para os colaboradores dos Associados na situação de ativos, admitidos na atividade seguradora até 22 de junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de acordo com o método e pressupostos utilizados na avaliação atuarial de 28 de fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de junho de 2012.

De acordo com a legislação em vigor, o Plano Individual de Reforma constituído tem garantia de capital.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Plano de benefício definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

- pagamento de pensões a todos os beneficiários que, à data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;
- atualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de

pressupostos atuariais, são reconhecidos diretamente numa rubrica de capital próprio.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego. Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros resultam do imposto corrente e do imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que serão também registados por contrapartida em capitais próprios.

Os impostos correntes são apurados de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no

futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para

refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis. As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas. O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de

investimento. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que

sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

Dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Inventários

Os inventários são valorizados ao menor dos valores entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual, sendo o custo médio, o método de custeio aplicado.

O valor realizável líquido, é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade empresarial deduzindo os custos estimados de

conclusão e os custos estimados para efetuar a venda.

Sempre que o valor realizável líquido for inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução do valor dos inventários, mediante reconhecimento de uma perda por imparidade, sendo estas registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, na demonstração de resultados. Estas poderão ser revertidas sempre que deixarem de existir os motivos que as originaram.

Locações

A Companhia classifica como ativos sob direito de uso, os contratos de locação sobre o qual é transmitido o direito de usar e controlar um ativo, por um período superior a um ano.

Estes contratos de locação são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo

custo de aquisição da propriedade locada, que corresponde ao valor atual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii)

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo.

As componentes de locação variável, são registradas nos resultados da Companhia, nos períodos a que dizem respeito.

As amortizações do ativo são registradas em gastos do exercício, de forma linear e constante ao longo do período do contrato.

As locações que não cumpram com o critério definido para Ativo sob direito de uso, são registradas nos resultados da Companhia, nos períodos a que dizem respeito.

Estimativas e Julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contábilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contábilístico mais adequado. As principais estimativas contábilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contábilísticos pela VICTORIA são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contábilístico adotado pelo Conselho de

Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda

A VICTORIA utiliza os seguintes critérios para a realização do teste de imparidade:

Títulos de rendimento variável

A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento que uma imparidade é contabilizada no ativo, não deve ser revertida.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

I - Ações e Fundos de Investimento cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;

II - Ações e Fundos de Investimento, cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

Títulos de rendimento fixo

I - Determinação dos ativos potencialmente sujeitos a Imparidade:

- a. Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;
- b. Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;

II - Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objetiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objetiva pode ser descrita como:

- a. Significativa dificuldade financeira do Emitente
- b. Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital
- c. Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente
- d. Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira
- e. Desaparecimento de um mercado ativo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras
- f. Outros fatores

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

Impostos sobre os lucros

A Companhia encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar

é incerto durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia, durante um período de cinco ou doze anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da VICTORIA, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto

os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionada devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso das variações de justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores

que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Provisões técnicas

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem a provisão para participação nos resultados, a provisão para prêmios não adquiridos, a provisão para riscos em curso, o teste de adequação das responsabilidades e a provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a

Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

As provisões não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

IV - GESTÃO DE RISCOS

Em 2020, manteve-se o alinhamento do modelo de gestão de risco e sistema de governação da VICTORIA à realidade do grupo SMA. A estrutura organizacional que suporta o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno manteve-se também assente no modelo das três linhas de defesa, suportada pela existência de Comitês específicos.

No que diz respeito à área de Gestão de Riscos, enquadrando-se na segunda linha de defesa, integrou no ano em análise a Direção Financeira e de Gestão de Riscos, tendo como principal missão garantir a existência de um Sistema de Gestão de Riscos adequado e eficaz, que permita identificar, mensurar, monitorizar e comunicar os riscos nas suas diversas vertentes e dimensões, possibilitando à gestão

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

e tomada de decisão incorporar este conhecimento.

Os Comitês que suportam diretamente e garantem o desenvolvimento contínuo da gestão baseada no risco são: Comité de Risco, Comité Gestão Ativo Passivo, Comité de Subscrição e Comité de Risco Operacional. Todos eles mantiveram o âmbito e a estrutura face ao ano transato. Nestes comités participam as funções chave, nomeadamente no Comité de Risco que tem uma periodicidade mínima trimestral e conta com a participação do Responsável da função chave gestão de risco.

Dando continuidade à implementação do novo regime de Solvência II, destaca-se um aumento do nível de maturidade deste sistema e respetiva integração na gestão e tomada de decisão, assinalando-se as seguintes atividades:

- Reporte extraordinário de SII determinado pela ASF no âmbito do contexto de pandemia;
- Reporte quantitativo e narrativo anual integral;
- Reporte quantitativo trimestral;
- Certificação por parte do Revisor Oficial de Contas e dos Atuários Responsáveis dos resultados de Solvabilidade, bem

como da informação a disponibilizar ao público;

- Revisão anual da matriz de grandes riscos, mantendo o alinhamento da mesma com a metodologia do grupo e métricas de solvência II de forma a monitorizar de perto e mitigar a exposição aos riscos de maior impacto;
- Revisão anual das políticas existentes garantindo o contínuo alinhamento com o grupo;
- Elaboração do reporte Avaliação Interna do Risco e da Solvência, a nível solo e de grupo, permitindo analisar e dando suporte à tomada de decisão para a estratégia definida para os próximos 5 anos;
- Manteve-se a nível do grupo um Comité específico de Qualidade de Dados, reunindo todas as filiais do grupo e garantindo o cumprimento de um adequado desenvolvimento e implementação de uma Política de Qualidade de Dados, tendo por base a fiabilidade dos valores apurados em termos de solvência e gestão do negócio, nomeadamente com a identificação dos dados sensíveis e respetivos controlos;
- Formalização da identificação das funções-chave junto do supervisor.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

1. Risco Estratégico

O risco estratégico corresponde ao risco de perdas por decisões e objetivos estratégicos inadequados.

Neste âmbito a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. realiza um conjunto de ações de forma a mitigar este risco, tal como a manutenção de um planeamento estratégico a médio prazo com a construção de um orçamento a cinco anos. A curto prazo, a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A define a elaboração anual do plano de ações estratégicas a desenvolver e implementar. A estratégia é definida tendo em conta a realidade da Companhia, nomeadamente a sua capacidade de aceitar os

riscos delineados, bem como o contexto do mercado segurador e financeiro envolvente.

O acompanhamento da evolução das ações definidas e do orçamento anual é realizado com uma periodicidade mensal, permitindo assim analisar possíveis desvios e impactos face ao previsto e, em caso de necessidade, implementar medidas de mitigação.

Dada a importância que a estratégia delineada assume na organização, esta é apresentada na reunião anual, por forma a garantir que a mesma é do conhecimento e é seguida por todos os colaboradores.

2. Risco Reputacional

O risco reputacional corresponde ao risco de perdas originadas por eventos adversos, que possam afetar negativamente a imagem da Companhia perante os seus Stakeholders (clientes, fornecedores e restantes partes interessadas). As perdas resultantes deste risco podem refletir-se através da diminuição da receita, do aumento de custos operacionais, da perda de capital e/ou da destruição do valor do acionista.

Dado este risco assumir particular relevância na atividade seguradora - sector em que a “confiança” é um dos valores chave – a Companhia tem monitorizado periodicamente a sua evolução através da análise dos indicadores de mercado, bem como através da análise do relatório trimestral da evolução das reclamações (por tipologia, rácio de razão dos clientes, bem como rapidez de resposta).

3. Risco específico de Seguros

O risco específico de Seguros pode resultar em perdas inesperadas, que se tornarão evidentes através da insuficiência dos prémios e/ou das

provisões constituídas para fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos e/ou a assumir.

3.1 Políticas de subscrição

Relativamente às políticas de subscrição, formalizadas na Política de Subscrição e Provisionamento publicada, mantêm-se os critérios de análise de risco prudentes, tendo em conta a experiência da VICTORIA, o conhecimento do mercado e as indicações dos resseguradores.

A aceitação de riscos no Ramo Vida é efetuada pelo Departamento Técnico Pessoais com base no manual de Subscrição. As normas de aceitação são revistas sempre que necessário, de acordo com a evolução do mercado e segundo os critérios de prudência definidos, e dependem sobretudo das variáveis: idade das pessoas a segurar e respetivos capitais seguros. A VICTORIA Vida dispõe para a avaliação de riscos médicos de um Gabinete Médico, sendo a aceitação clínica e correspondente tarifação efetuada em conjunto por este e pela Direção Técnica.

3.2 Tarificação

A VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. tem como objetivo garantir a adequação dos prémios praticados, relativamente aos riscos assumidos.

A construção de tarifas é efetuada pela área do atuariado e departamento técnico. Dependendo do tipo de produto, são analisadas as variáveis relevantes para a avaliação do risco, visando garantir a elaboração de bases técnicas prudentes,

adequadas ao risco e à rentabilidade expectável.

3.3 Provisionamento

As provisões técnicas são calculadas de acordo com os pressupostos contratualmente definidos para cálculo dos prémios, exceto no caso de algumas carteiras de Rendas Vitalícias mais antigas que se atualizaram para pressupostos mais prudentes.

A adequação das provisões às responsabilidades assumidas é revista numa base anual através da realização de um teste de adequação das responsabilidades (*Loss Adequacy Test - LAT*). Em 2020, este teste foi efetuado com a projeção dos *cash-flows* futuros esperados, os quais foram descontados com as diferentes curvas de taxas de juro associadas às carteiras de ativos que cobrem as respetivas responsabilidades. Os resultados apurados foram imediatamente reconhecidos e registados contabilisticamente.

Nesse sentido, o valor apurado em 2020 para a provisão para compromisso de taxa foi de EUR 12.137.216 (2019: EUR 11.959.821), tendo se procedido ao reforço da mesma no montante de EUR 177.395.

3.4 Resseguro

A VICTORIA segue uma política de resseguro clara e rigorosa, transferindo parte dos riscos por si assumidos através de tratados de resseguro adequados ao perfil da carteira. Por

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

outro lado, efetua também uma escolha criteriosa da pool de resseguradoras realizando uma análise da respetiva capacidade financeira.

O resseguro existente na Companhia tem por base os tratados de resseguro, proporcionais e não proporcionais, resumidos no quadro seguinte:

Ramo	Tipo de Resseguro
Vida Individual	Proporcional
Vida Grupo	Proporcional
Vida Individual/Grupo (catástrofe)	Não Proporcional

Como membro do *International Group Program* (IGP), a VICTORIA mantém ainda um acordo de resseguro com a seguradora *John Hancock* (gestor do IGP).

No quadro abaixo, encontram-se os prémios de seguro direto e de resseguro:

Ramo	Prémios 2020				Prémios 2019			
	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Total liq. Resseguro	Tx de Cedência	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Total liq. Resseguro	Tx de Cedência
Vida Individual	13.187.824	1.104.744	12.083.081	8,38%	15.186.331	824.553	14.361.777	5,43%
Vida Grupo	16.779.682	2.443.384	14.336.298	14,56%	15.754.508	2.270.148	13.484.360	14,41%
TOTAL	29.967.506	3.548.128	26.419.378	11,84%	30.940.838	3.094.701	27.846.137	10,00%

Obs.: Estes valores não incluem contratos de Investimento classificados de acordo com o Novo Planos de Contas das Empresas de Seguros.

Resseguro cedido VIDA	2020	2019	Var 20/19
Resultado	(554.774)	(804.248)	-31,02%
Prémios adquiridos cedidos	(3.548.128)	(3.094.701)	14,65%
Comissões + Participação nos Resultados	2.773.378	1.932.186	43,54%
Custos com Sinistros	219.976	358.267	-38,60%

3.5 Riscos de Prémios

Os riscos biométricos abrangem os eventos que possam originar possíveis perdas, relacionados com pressupostos de mortalidade, longevidade e invalidez. A exposição de cada a contrato a cada um destes riscos depende da natureza do produto.

A carteira de Vida, com exposição a este risco, mantém-se essencialmente composta por seguros mistos e de risco com uma componente significativa de seguros complementares de invalidez. Por esta razão, apresenta uma maior exposição nestes

produtos aos riscos de mortalidade e de invalidez.

A análise deste risco é efetuada anualmente através da utilização de pressupostos de mortalidade e invalidez baseados nas melhores estimativas decorrentes da análise histórica da carteira da Companhia e de dados de mercado, aferindo-se assim a existência da necessidade ou não de uma revisão das respetivas bases técnicas.

3.6 Risco de Descontinuidade

O risco de descontinuidade é o risco inerente à resolução dos contratos antes do termo acordado ou à cessação do pagamento de prémios, através por exemplo de resgate, anulação ou redução de apólices.

A taxa de descontinuidade é monitorizada regularmente de forma a acompanhar o impacto no valor das carteiras, quer pela Direção Técnica Pessoais, como pela área de Gestão de Riscos, Atuariado e Resseguro. Em particular, é efetuado um acompanhamento mensal da taxa de anulação para os produtos de risco.

Medidas para mitigação do Risco específico de Seguros

A mitigação dos riscos biométricos é efetuada através de uma adequada tarifação e da aplicação de uma cuidadosa e rigorosa política de subscrição. O acompanhamento anual dos desvios ocorridos entre os montantes efetivamente pagos em caso de morte ou em

3.7 Risco de Despesas

O risco de despesas encontra-se relacionado com o possível impacto da variação das despesas nos custos da Companhia.

Relativamente a este risco, mantém-se o acompanhamento mensal da evolução das despesas, bem como a análise do indicador do respetivo peso relativamente aos prémios brutos emitidos.

3.8 Risco Catastrófico

O risco catastrófico está associado a eventos extremos, ou seja, eventos de baixa frequência e grande severidade. Tendo em conta a natureza dos contratos de seguro do ramo vida, a principal fonte de exposição a este risco advém de aumentos significativos na mortalidade. A VICTORIA mitiga a sua exposição a este risco através da celebração de tratados de resseguro específicos, tendo como principal objetivo mitigar o risco de grandes sinistros/eventos catastróficos, reduzindo assim a necessidade de capital, bem como proteger os interesses de todas as partes envolvidas.

caso de vida para seguros de rendas e os valores esperados, permite efetuar uma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas no cálculo dos prémios e das provisões. A mitigação dos riscos de taxa de juro é efetuada através realização, para todos os

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

produtos, de um Teste de Adequação do Passivo (*Loss Adequacy Test* - LAT), com pressupostos revistos anualmente em função da evolução das carteiras (nomeadamente taxa de resgates, taxa de anulações, imputação despesas gerais por carteira) e das condições do mercado financeiro. A curva de taxas de juro

usada é ajustada à composição dos títulos da carteira global.

A VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. utiliza também o resseguro como forma de mitigação do risco de mortalidade através da celebração de tratados de proteção de retenção.

4. Risco de Mercado

A gestão de investimentos da VICTORIA é efetuada através de mandatos celebrados com a empresa SMA Vie, pertencente também ao grupo SGAM. No ano corrente manteve-se a linha orientadora da estratégia de investimentos, continuando a dar prioridade à seleção de ativos com valor, em alternativa a uma simples seleção de classes de ativos, e implementada consistentemente através de uma agregação de oportunidades de valor, restringida pelas características técnicas e legais das carteiras de investimento, e alicerçada numa elevada solidez financeira. A

gestão foi acompanhada de forma regular pelo Comité de Gestão Ativo Passivo, constituído por representantes das áreas financeira, atuarial, técnica e de risco. Foram também definidos processos locais de monitorização do risco de crédito e do risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos, a 31 de dezembro 2020 e comparativamente com o período homólogo, por tipo de ativos (valores de balanço):

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Títulos	2020	2019	Var %
Nacionais	9 735 215	11 039 371	-11,8%
Títulos de Rendimento Fixo	9 734 624	11 038 780	-11,8%
De Dívida Pública	9 734 624	9 995 994	-2,6%
De Outros Emissores	-	1 042 786	-100,0%
Títulos de Rendimento Variável	591	591	0,0%
Partes de Capital em Associadas	591	591	0,0%
Estrangeiros	172 727 979	162 994 103	6,0%
Títulos de Rendimento Fixo	142 233 605	150 878 418	-5,7%
De Dívida Pública	27 868 466	34 813 645	-19,9%
De Outros Emissores Públicos	16 131 634	17 170 985	-6,1%
De Outros Emissores	98 233 505	98 893 788	-0,7%
Títulos de Rendimento Variável	30 494 374	12 115 685	151,7%
Ações cotadas	111 715	57 685	93,7%
Unidades de Participação em fundos de investimento	30 382 659	12 058 000	152,0%
Total	182 463 193	174 033 475	4,8%

O Risco de Mercado é composto pelos pontos que se apresentam de seguida.

4.1.1 Risco de variação de preços no mercado de capitais, Risco de taxa de juro e Risco imobiliário

Estes riscos resultam da instabilidade dos mercados financeiros, provocada por variações adversas nas taxas de juro, taxas de câmbio, no valor do imobiliário ou nos preços das ações.

Tendo em conta a natureza do negócio Vida, onde grande parte dos contratos é de médio e

longo prazo, o risco de *mismatching* assume especial relevo, efetuando neste ponto a VICTORIA um acompanhamento periódico dos ativos afetos às responsabilidades.

Em dezembro de 2020 a taxa de cobertura ativo versus passivo era de 116,6% (2019: 113,4%).

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Carteira	Ativos	Provisão Matemática Não Zillmerizada	Cobertura
Groupe A	73.043	61.133	119%
Groupe B	67.037	50.146	134%
Groupe C	2.252	1.856	121%
Groupe D	2.284	1.734	132%
VVI	49.726	47.718	104%
Confiança PPR	4.990	4.848	103%
Novo Valor PPR	2.541	2.539	100%
Sub-Total VIDA	201.873	169.974	118,8%
VRV	4.441	4.441	100%
Maximização	307	307	100%
Invest	806	806	100%
VZ	3.878	3.878	100%
V+	6.353	6.353	100%
Bluecrow	285	285	100%
Lifepan	7.170	7.170	100%
VGR	402	402	100%
VGv	2.948	2.948	100%
CI SPR	2.273	2.288	99%
Sub-Total ULs	28.863	28.879	99,9%
Total Vida Afectos	230.736	198.852	116,0%
Livres	1.123	n.a.	0,0%
TOTAL VIDA	231.859	198.852	116,6%

(un: milhares e euros)

4.1.2 Risco de spread e Risco de liquidez

A incerteza face ao momento de ocorrência e ao montante dos fluxos de saída de caixa relacionados com a atividade seguradora pode afetar a capacidade da empresa de seguros para fazer face às suas responsabilidades,

podendo implicar custos adicionais na alienação de investimentos ou outros ativos.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) tendo em consideração as diferentes maturidades dos ativos financeiros:

Maturidades	2020	%	2019	%
<1 ano	26.074.924	13,7%	26.171.933	13,3%
1 a 2 anos	24.835.080	13,1%	22.916.970	10,5%
3 a 5 anos	73.012.235	38,4%	77.598.733	34,1%
6 a 10 anos	34.301.931	18,0%	41.843.940	20,2%
> 10 anos	1.543.134	0,8%	1.586.604	1,0%
Instrumentos Representativos de Capital	30.494.964	16,0%	12.116.276	20,9%
Total Geral	190.262.268	100,0%	182.234.456	100,0%

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

A gestão deste risco assenta em duas vertentes: análise ALM (Asset Liability Management) e definição da política de investimentos.

De acordo com os cash-flows operacionais estimados para 2021, a Companhia deverá fazer face a saídas líquidas superiores a 22

milhões de euros. Os ativos financeiros existentes no final de 2020 quer através de amortizações de títulos, quer através do pagamento de juros, deverão gerar um fluxo de caixa de 27,4 milhões de euros. Desta forma, existe um desvio positivo de cerca de 5 milhões de euros.

Análise ALM para Cash-Flows em 2021	
Cash-flows do Activo	27.391.069
Amortizações	24.700.000
Juros	2.691.069
Cash-flows do Passivo	(22.363.404)
Prémios (negócio existente)	16.156.994
Reembolsos	(30.713.541)
Outros CF negativos	(7.806.857)
Mismatch Cash-flows activo / passivo	5.027.665

A gestão de tesouraria é efetuada com a preocupação de minimizar os saldos em instituições bancárias e garantir simultaneamente que a Companhia assegura o cumprimento atempado de todos os seus compromissos. Uma vez que o saldo inicial do ano estava influenciado pelo vencimento de alguns ativos expressivo, em 2020 o montante aplicado em Depósitos à Ordem e a Prazo registou uma redução de 7,5 para 3,8 milhões de euros (2,1% dos ativos totais).

Em 2020 a pandemia de Covid-19 levou os bancos centrais a intervirem nos mercados financeiros, assegurando liquidez e financiamento às famílias. Assim, apesar da crescente fragilidade das finanças públicas de alguns Estados Europeus, as taxas de juro voltaram a descer e registaram mais uma vez

mínimos históricos. Neste contexto, a exposição a Dívida Pública manteve-se como um ativo importante, embora a exposição global tenha sido reduzida. No final do exercício a exposição era de 37,6 milhões de euros (2019: 44,8) que correspondem a 20,6% da carteira de ativos (2019: 25,7%). Refira-se que esta exposição se concentra essencialmente em países de menor risco, nomeadamente Alemanha, Holanda, Áustria, Finlândia e França (71% do total).

É ainda de referir que a VICTORIA como instrumento privilegiado de gestão de liquidez, detém aplicações em fundos de mercado monetário no montante de 20,9 milhões de euros (11,5% da carteira), o que representou um crescimento de 12,9 milhões face a 2019.

Medidas para mitigação do Risco de Investimento

A mitigação do risco de investimento é efetuada através de uma política de investimentos prudente conservadora. A utilização e análise de indicadores de alerta pré-definidos, permite à VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. antecipar possíveis situações de risco e como tal agir de forma rápida e eficiente no desenvolvimento e implementação de medidas de mitigação do risco detetado.

Os indicadores referidos são monitorizados diariamente ao nível da Companhia, pela área de Investimentos.

Estão implementados os seguintes indicadores:

- *Net loss limit*: este indicador monitoriza o resultado de investimentos através de níveis de tolerância calculados com base

nos objetivos de rendimento previamente estabelecidos. Por definição, este indicador não tem leitura na data de fecho do exercício. Trata-se de um indicador dinâmico que tem por função avaliar ao longo do tempo o desempenho da carteira de investimentos durante o período correspondente ao exercício.

- *Risk-based capital*: este indicador permite identificar se a estratégia de alocação dos ativos implementada está de acordo com a solidez financeira da empresa. Desta forma, torna-se possível adequar atempadamente a estratégia de investimentos, em função do comportamento dos mercados financeiros, bem como, dos resultados técnicos do exercício em curso.

4.2 Risco de Crédito

O risco de crédito está associado a uma possível alteração da situação creditícia dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta. A exposição ao risco de crédito advém, assim, das transações financeiras da Companhia com emitentes de valores mobiliários, devedores, mediadores, tomadores de seguros, cosseguradoras e resseguradoras.

4.2.1 Valores Mobiliários

O risco de crédito na VICTORIA é essencialmente relevante no que concerne às suas transações financeiras com emitentes de valores mobiliários, ou seja, à exposição dos ativos financeiros a obrigações e por outro lado às suas transações financeiras com resseguradoras. Em ambos os casos, a exposição aos riscos referidos é gerida tendo em conta a situação creditícia dos emitentes. A política seguida pela VICTORIA neste contexto

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

baseia-se em critérios de *ratings* de elevada qualidade.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo

empréstimos e contas a receber) de acordo com os ratings:

Rating Médio	2020	%	2019	%
AAA	17.718.479	9,3%	15.668.083	8,6%
AA	26.783.415	14,1%	44.791.678	24,6%
A	47.610.167	25,0%	43.682.701	24,0%
BBB	44.474.060	23,4%	42.132.850	23,1%
BB	1.784.803	0,9%	1.187.267	0,7%
B	-	0,0%	283.940	0,2%
CCC	-	0,0%	-	0,0%
NR	21.396.380	11,2%	22.371.661	12,3%
Instrumentos Representativos de Capital	30.494.964	16,0%	12.116.276	6,6%
Total	190.262.268	100,0%	182.234.456	100,0%

Como referido anteriormente o ambiente económico foi propício a uma descida acentuada nas taxas de juro, que se refletiu positivamente nos rendimentos gerados pela Dívida Soberana, mas também na Dívida de Empresas. Desta forma o perfil de risco da carteira manteve-se bastante conservador o que se reflete numa elevada qualidade de crédito: Cerca de 71,8% da carteira possui qualidade de *investment grade*, face a 80,3% em 2019. A exposição total à Dívida Pública dos países europeus periféricos reduziu-se para 9,9 milhões de euros (2019: 12,1) o que corresponde a 6,9% da carteira de investimentos, com a seguinte distribuição geográfica: Portugal: 5,3% e Itália: 0,1%.

4.2.2 Mediadores

No âmbito do risco de crédito proveniente de mediadores, o mesmo mantém um acompanhamento continuo por parte da VICTORIA, apostando no rigor na seleção destes e na atribuição de poderes de cobrança. Com uma periodicidade mensal, são também elaborados indicadores de risco em função da evolução dos saldos das contas correntes e rácios de endividamento.

O acompanhamento dos saldos consolidados, devedores e planos de pagamento como tentativa de recuperar a dívida são acompanhados pela Direção Financeira, a qual de forma a mitigar o impacto a nível de resultados constitui uma provisão, com os seguintes critérios:

- 100% do valor planos em incumprimento;
- 100% dos saldos devedores que entraram na área de Contencioso, para

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

acionar a respetiva ação legal para recuperar o valor da dívida;

- 100% para o montante dos restantes saldos em dívida;
- Para os planos de pagamento em vigor a percentagem de provisionamento é determinada com base no risco de incumprimento e varia entre 45% e 90%.

Por outro lado, de forma a mitigar o risco, quando se regista um incumprimento na

prestação de contas por parte dos mediadores é-lhes inibido o poder de cobrança.

4.2.3. Tomadores de Seguro

Relativamente ao risco de crédito inerente aos Tomadores de Seguro, este é acompanhado através da análise de indicadores de prémios pendentes e prémios brutos emitidos, apurados trimestralmente e calculados pela Direção Financeira:

Indicadores de Cobrança			
	2020	2019	Var.
Total de Prémios Brutos Emitidos	29 967 506	30 940 838	-973 332
Pendentes / PBEs	1,8%	4,2%	78,0%
Total de Prémios Pendentes com mais de 3 meses	107 129	494 964	-387 835
Pendentes + 3 meses / Total de Pendentes	19,7%	38,0%	51,1%
Provisão para recibos por cobrar	88 554	172 159	-83 605
Provisão recibos por cobrar / Total Pendentes	16,2%	13,2%	11,0%

Comparando com o ano transato o total de prémios emitidos desceu ligeiramente para 29,9 milhões de euros (2019: 30,9), tendo o indicador de cobrança “Pendentes / PBEs” registado um rácio de 1,8% face ao ano transato que registou 4,2%. A antiguidade dos prémios por cobrar reflete igualmente a evolução do indicado de cobranças, em que o total de prémios pendentes com antiguidade superior a 3 meses fechado o ano com um volume de 107.129 EUR (2019: 494.964 EUR). O valor provisionado para prémios por cobrar é de 88.554 EUR (2019: 172.159 EUR).

4.2.4 Resseguradoras

O acompanhamento do risco de crédito das resseguradoras é efetuado trimestralmente, tendo em conta a variação dos ratings, prémios cedidos e respetivos saldos.

Em 2020, manteve-se a preocupação de privilegiar relações com resseguradores financeiramente sólidos e a proceder a uma adequada dispersão dos riscos.

4.3 Risco de Concentração

O risco de concentração corresponde à exposição da Companhia a possíveis perdas originadas por uma elevada exposição a determinadas fontes de risco, nomeadamente categorias de ativos.

A Direção Financeira, em particular a área de Investimentos em conjunto com entidade gestora do grupo analisa periódica e detalhadamente a estrutura a nível de carteira de ativos identificando e mitigando atempadamente este risco. Por outro lado,

existe também um acompanhamento mensal da política de investimentos seguida vs. estrutura da carteira por parte do Comité de Investimentos e ALM.

Além deste acompanhamento, é também validado pela área de investimentos que as várias carteiras respeitam os limites legalmente estipulados pela ASF e no caso de desvios existe uma comunicação à entidade SMA Vie, a qual responde de imediato à resolução do mesmo.

5. Margem de Solvência

A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o novo regime de solvência (Solvência II), aprovado pela Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro. Nesse contexto, foi publicada a Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que transpõe para o Direito interno aquela Diretiva introduzindo alterações muito significativas ao regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora (RJASR), procedendo, igualmente, a algumas alterações, quer ao regime do contrato de seguro, quer ao regime dos fundos de pensões, entre outros.

No regime de Solvência II salienta-se a avaliação dos ativos e passivos de uma forma consistente e baseada em princípios económicos, o maior alinhamento das exigências regulamentares de capital com os riscos efetivamente assumidos pelas empresas

de seguros e a promoção de uma cultura de gestão baseada nos riscos.

O regime de Solvência II tem uma estrutura de três pilares, em que cada um governa um aspeto diferente. A saber:

Pilar I

Compreende os requisitos quantitativos, nomeadamente no que se refere às provisões técnicas, aos investimentos e ao apuramento de dois níveis de requisitos de capital – o requisito de capital de solvência (SCR) e o requisito de capital mínimo (MCR).

O SCR é calculado tendo em conta os riscos aos quais a empresa de seguros se encontra exposta, designadamente os riscos de mercado, os riscos de contraparte, os riscos específicos e os riscos operacionais.

O MCR corresponde ao montante de fundos próprios que deve ser sempre preservado, sob

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

pena de colocar em risco o cumprimento das responsabilidades da seguradora.

Pilar II

O segundo Pilar compreende os requisitos qualitativos, com enfoque na implementação de um sistema de governação robusto, o qual deve incluir mecanismos de gestão dos riscos, de controlo interno, as funções-chave (gestão de riscos, compliance, atuarial e auditoria interna) e o exercício de autoavaliação do risco e da solvência (ORSA).

No exercício ORSA, realizado com uma periodicidade mínima anual, a Companhia efetua uma análise prospetiva da suficiência do capital, tendo em conta o seu perfil de risco, o qual é apurado com base nos objetivos de negócio definidos a curto e médio prazo. Neste exercício são igualmente analisados os resultados obtidos em cenários de stress, o que permite avaliar a resiliência da Companhia face a cenários adversos.

Este Pilar é também composto pelas disposições relativas ao processo de supervisão baseado nos riscos.

Pilar III

O terceiro e último Pilar compreende a transparência e a disciplina de mercado, através dos requisitos de prestação pública de informação e de reporte às entidades de supervisão e ao público. De forma sumária, este Pilar visa assegurar que a informação a respeito da solvência e situação financeira das empresas de seguros é clara, objetiva e útil para assegurar a tomada de decisões informadas por parte dos consumidores.

Neste âmbito, a Companhia reportou à ASF, de forma extraordinária, a informação de abertura de Solvência II referente a 1/1/2016. Desde então, a Companhia tem efetuado o reporte trimestral e anual dos modelos quantitativos, bem como o reporte dos relatórios narrativos, de entre os quais o Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira - relatório anual, disponibilizado no segundo trimestre e certificado pelo Revisor Oficial de Contas e pelo Atuário Responsável.

Em linha com o exposto acima, considera-se pertinente apresentar o rácio de cobertura do SCR e o rácio de cobertura do MCR dos dois últimos exercícios:

	31/12/2020	31/12/2019
SCR	22.314.341	22.105.332
Rácio de Cobertura SCR	140,1%	120,0%
MCR	8.904.649	7.979.332
Rácio de Cobertura MCR	307,3%	324,0%
Fundos Próprios Elegíveis SCR	31.252.241	26.516.998
Fundos Próprios Elegíveis MCR	27.360.081	25.851.369

6. Risco Operacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos processos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos.

Relativamente ao Sistema de Controlo Interno, em particular no âmbito do Risco Operacional, destacam-se em 2020 as seguintes atividades na gestão e mitigação deste risco:

- Manutenção do desenvolvimento da gestão do risco operacional e respetivos controlos alinhados com a metodologia do Grupo;

- Atualização dos processos e da matriz de risco operacional;
- Gestão do registo de incidentes/perdas, na ferramenta eFront, incluindo a avaliação dos riscos e controlos associados;
- Análise das anomalias reportadas relativas aos sistemas centrais;
- Acompanhamento e gestão de implementação de melhorias;
- Realização de ações de formação sobre Risco Operacional e sistema suporte (eFront), aos GeCIPs (Gestores de Controlo Interno Permanente).

7. Risco de Conformidade

No âmbito da conformidade pretende-se assegurar as condições necessárias à observância e cumprimento de todos os imperativos de natureza jurídico-legal com impacto no desenvolvimento da atividade. Esta função mantém-se integrada na área do Jurídico e visa mitigar o risco de perdas financeiras ou reputacionais em consequência do incumprimento da legislação em vigor.

Neste domínio, as principais atividades desenvolvidas em 2020 consubstanciam-se nos seguintes procedimentos:

- Verificação diária dos sítios institucionais;
- Divulgação aos Departamentos das informações e matérias específicas nos quais possam ter impacto e a toda a

empresa, em matérias transversais, através de e-mail, sempre com o conhecimento da área de Gestão de Riscos;

- Divulgação das medidas restritivas, tendo em vista a sua publicação no Portal de Agentes, cumprindo assim as orientações da ASF;
- Acompanhamento das iniciativas legislativas e colaboração para a implementação na VICTORIA dos diplomas publicados;
- Monitorização e controlo periódico do “Reporte Externo”.
- Controlo mensal do cumprimento e implementação de normas, leis ou regulamentos com impacto na atividade,

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

- bem como da jurisprudência mais relevante;
- Controlo mensal das atividades da Autoridade de Supervisão ou outras entidades públicas relativamente a inspeções, informações, autos de contraordenação, questionários e quaisquer ações implementadas, bem como o respetivo acompanhamento e resposta por parte da VICTORIA;
- Registo e controlo de incidentes de conformidade na aplicação de gestão de risco operacional (e-Front);
- Cumprimento do dever de atualização da informação constante no Registo Central do Beneficiário Efetivo;
- Reporte mensal à UIF/DCIAP das situações previstas na Portaria n.º 310/2018, de 4 de dezembro;
- Atualização periódica da Matriz de Avaliação de Risco de Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo, nomeadamente devido à alteração de jurisdições não cooperantes e outros fatores de risco quando se justificou.
- Articulação e reporte de informação para a organização de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo constituída no Grupo SMA.

V – NOTAS AO BALANÇO**NOTA 1 – Caixa e equivalentes e depósitos à ordem**

O saldo apresentado nesta rubrica, tem a seguinte decomposição:

	2020	2019
Caixa e equivalentes	4.552	4.415
Depósitos à Ordem	3.801.247	7.413.537
	3.805.799	7.417.952

O valor existente em Caixa destina-se a fazer face a pequenas despesas administrativas efetuadas diretamente pelas Delegações. O vencimento de alguns ativos expressivos no final do ano 2019, originou um incremento anormal do saldo de Depósitos à Ordem,

tendo-se verificado em 2020 um regresso ao normal. Os saldos credores existentes em Depósitos à Ordem encontram-se refletidos em Outros Credores por Outras Operações, no montante de Euros 8.849. A existência destes saldos deve-se na sua generalidade, ao

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

desfasamento no reconhecimento de algumas operações.

NOTA 2 – Terrenos e Edifícios

De acordo com as políticas contabilísticas mencionadas no Ponto III, os terrenos e edifícios classificados como de uso próprio encontram-se valorizados através do modelo de revalorização. As taxas de depreciação são determinadas pelo nº de anos de vida útil

atribuída a cada imóvel, em função das avaliações efetuadas.

Os terrenos e edifícios classificados como de rendimento encontram-se valorizados através do modelo de justo valor.

Edifício	Última avaliação	Valor aquisição	Valor de avaliação	Variação Justo Valor	Vida útil
R. Dr. Carlos França 30, Loja -Torres Vedras	2020	269.410	159.000	(86.619)	80
R. Gonçalo Cristóvão 13,1º Dto - Porto	2020	152.931	188.000	(29.863)	61
Av. Dr. Lourenço Peixinho 246 - Aveiro	2020	288.999	329.000	56.064	70
Av. Alberto Sampaio 60 – Viseu	2020	389.122	230.000	(48.299)	80
Av. da Liberdade 200 – Lisboa	2020	25.769.867	36.903.813	11.901.431	98
Av. D João II 46 A e B - Setúbal	2020	331.976	197.900	(86.607)	79
Av. Bernardo Santareno, 37B - Santarém	2020	362.297	207.800	(154.823)	90
Total		27.564.602	38.215.513	11.551.284	

O movimento verificado nesta rubrica é analisado como segue:

(Un: Euros)

Terrenos e Edifícios Uso Próprio	Saldo Inicial		Aquisições / Transfª	Reavaliações	Alienações / Transfª	Amortizações	Saldo final
	Valor Bruto	Amortizações					Valor Líquido
Terrenos e Edifícios de Uso Próprio							
Terrenos	423.694			(160.362)			263.332
Edifícios	1.031.591	-		(158.157)		13.066	860.368
Total	1.455.285	-	-	(318.519)	-	13.066	1.123.700
Terrenos e Edifícios de Rendimento							
Terrenos	13.861.087			15.443			13.876.530
Edifícios	23.190.436			24.847			23.215.283
Total	37.051.523	-	-	40.290	-	-	37.091.813
Terrenos e Edifícios	38.506.808	-	-	(278.229)	-	13.066	38.215.513

Para determinação do justo valor dos imóveis, foram consideradas as avaliações efetuadas

por entidades independentes e devidamente credenciadas para o efeito.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Relativamente ao imóvel sito na Av. da Liberdade, as avaliações realizadas nos últimos três anos têm registado sucessivas valorizações (Euros 38.800.000 em 2019; Euros 31.800.000 em 2018; Euros 30.000.000 em 2017). Por critério de prudência, a Companhia determinou que a variação da yield implícita na avaliação do imóvel não poderia exceder a variação nas yields do mercado de dívida soberana, de onde resultou o justo valor registado em 2019 de Euros 36.903.814.

Em 2020, contrariamente à tendência dos últimos anos e fruto da incerteza que se vive nos mercados em consequência da Pandemia,

o menor valor apresentado pelas avaliações efetuadas é de Euros 37.430.000, ainda assim, superior em EUR 526.186, ao registado em balanço no exercício anterior. Tendo por base o facto de ainda nos encontrarmos num cenário de elevada incerteza, que no caso do mercado imobiliário, em particular no mercado de escritórios se traduz num abrandamento significativo da atividade, foi decidido, sustentado no critério de prudência anterior, não efetuar qualquer alteração do justo valor atribuído e registado em Euros 36.903.814.

Anualmente são efetuados testes de imparidade.

NOTA 3 – Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

No início de dezembro de 2014, a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A adquiriu uma quota representativa de 59% do capital social de 1.000 Euros da sociedade SELICOMI Portugal, Lda, entidade constituída igualmente em dezembro, cuja atividade tem por objeto a compra e venda de bens imóveis, bem como a exploração e gestão, nomeadamente o arrendamento, dos mesmos.

Esta sociedade encontra-se valorizada, de acordo com as políticas contabilísticas

descritas no ponto III, ao custo de aquisição líquido de imparidades.

O património imobiliário da sociedade, é constituído pelo imóvel sito no número 46 da Rua Camilo Castelo Branco, adquirido pelo montante de Euros 14.904.239. De acordo com avaliação efetuada no fim do exercício, o valor do imóvel ascende a Euros 19.309.000 (2019: Euros 22.462.978).

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

NOTA 4 – Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas

Os investimentos classificados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

	2020			2019		
	Custo aquisição amortizado	Valias não realizadas	Valor Balanço	Custo aquisição amortizado	Valias não realizadas	Valor Balanço
Instrumentos de capital e Unid Participação	10.246.715	308.535	10.555.250	5.875.841	(241.364)	5.634.477
Títulos de Dívida	17.558.477	(12.981)	17.545.496	18.571.273	(321.940)	18.893.213
Dívida Pública	4.358.761	(21.216)	4.337.545	4.894.427	69.071	4.963.498
De Outros Emissores Públicos	1.339.085	(12.128)	1.326.957	2.349.414	(7.934)	2.341.480
De Outros Emissores	11.735.807	20.363	11.756.170	11.201.941	260.803	11.462.744
Juros a receber	124.824		124.824	125.491		125.491
Total	27.805.192	295.554	28.100.746	24.447.114	(563.304)	24.527.690

Em 31 de dezembro de 2020 os ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas encontram-se valorizados ao justo valor de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’.

De acordo com o IFRS 7, os ativos financeiros detidos para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – Cotações (não ajustadas) em mercado ativo para ativos ou passivos idênticos

Nível 2 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de importância significativa para a mensuração do justo valor são direta ou indiretamente observáveis

Nível 3 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de importância significativa para a mensuração do justo valor não são observáveis

Sectores	2020					2019				
	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Bens Consumo, Cíclicas	5,0%	1.391.518	1.391.518			2,8%	684.093	684.093		
Bens Consumo, Não Cíclicas	6,5%	1.819.208	1.819.208			8,2%	2.007.958	2.007.958		
Industrial e Matérias Primas	2,5%	705.910	705.910			2,0%	500.860	500.860		
Comunicações e Tecnologia	9,2%	2.593.223	2.593.223			11,4%	2.793.473	2.793.473		
Utilities	3,8%	1.057.907	1.057.907			4,0%	981.519	981.519		
Energia	4,4%	1.227.138	1.227.138			7,5%	1.842.778	1.842.778		
Serviços	0,0%	-				0,0%	-			
Financeiro	14,2%	3.991.280	3.991.280			16,9%	4.134.876	4.134.876		
Dívida Soberana	17,3%	4.871.027	4.871.027			24,5%	6.005.341	6.005.341		
Fundo Ações	5,8%	1.631.720		1.631.720		4,3%	1.064.584		1.064.584	
Fundo Imobiliário	0,0%	-				0,0%	-			
Fundo Commodities	1,3%	362.931	362.931			0,9%	222.106		222.106	
Fundo Obrigações	30,1%	8.448.884	8.448.884			17,5%	4.290.102		4.290.102	
Total Geral	100%	28.100.746	26.469.026	1.631.720	-	100%	24.527.690	18.950.898	5.576.792	-

No decurso do ano, não se verificaram transferências entre os vários níveis.

NOTA 5 - Ativos financeiros disponíveis para venda

A carteira de ativos disponíveis para venda apresenta a seguinte composição:

	2020				2019			
	Custo aquisição amortizado	Imparidade	Reservas de Justo Valor	Valor Balanço	Custo aquisição amortizado	Imparidade	Reservas de Justo Valor	Valor Balanço
Instrumentos de capital e Unid Participação	19.573.653	(15.285)	380.755	19.939.123	6.495.209	(8.481)	(5.520)	6.481.208
Títulos de Dívida	123.641.324	-	5.089.425	128.730.749	132.057.293	-	5.285.821	137.343.114
Dívida Pública	25.634.321	-	1.350.511	26.984.832	31.481.141	-	2.016.724	33.497.865
De Outros Emissores Públicos	14.385.813	-	319.267	14.705.080	19.510.591	-	516.115	20.026.706
De Outros Emissores	82.427.181	-	3.419.647	85.846.828	79.700.980	-	2.752.982	82.453.962
Juros a receber	1.194.009	-	-	1.194.009	1.364.581	-	-	1.364.581
Total	143.214.977	(15.285)	5.470.180	148.669.872	138.552.502	(8.481)	5.280.301	143.824.322

Dos quais:

Sectores	2020						2019				
	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3		%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Bens Consumo, Cíclicas	10,1%	15.066.631	15.066.631				6,8%	9.809.240	9.809.240		
Bens Consumo, Não Cíclicas	9,5%	14.144.453	14.144.453				10,5%	15.156.307	15.156.307		
Industrial e Matérias Primas	6,8%	10.068.721	10.068.721				7,2%	10.350.120	10.350.120		
Comunicações e Tecnologia	9,1%	13.459.753	13.459.753				9,1%	13.137.620	13.137.620		
Utilities	4,1%	6.105.247	6.105.247				2,5%	3.583.063	3.583.063		
Energia	1,5%	2.288.644	2.288.644				2,6%	3.796.883	3.796.883		
Financeiro	22,2%	33.053.994	33.053.994				24,8%	35.669.437	35.669.437		
Serviços	0,0%	-					0,0%	-			
Dívida Soberana	23,2%	34.543.306	34.543.306				31,9%	45.840.444	45.840.444		
Fundo Imobiliário	0,0%	12.098		12.098			0,0%	18.799		18.799	
Fundo Ações	1,3%	1.947.983		1.947.983							
Fundo Obrigações	12,1%	17.979.042		17.979.042			4,5%	6.462.409		6.462.409	
Total Geral	100%	148.669.872	128.730.749	19.939.123			100%	143.824.322	137.343.114	6.481.208	

No decurso do ano, não se verificaram transferências entre os vários níveis.

NOTA 6 – Empréstimos e contas a receber

A rubrica é analisada do seguinte modo:

	2020	2019
Outros Depósitos – Dep Prazo	-	282.574
Juros a receber	-	-
Empréstimos concedidos	7.753.637	7.772.081
Emp. Hipotecários	-	-
Emp. S/ apólices	144.021	161.961
Outros Empréstimos	7.592.042	7.592.042
Juros a receber	17.574	18.078
Contas a receber	45.438	146.327
Total	7.799.075	8.200.982

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

A rubrica de Empréstimos e contas a receber, pela natureza de curto prazo para os Depósitos a prazo e pelo carácter dos empréstimos sobre apólice, considera-se valorizada ao justo valor.

O montante reconhecido em Outros Empréstimos, respeita a suprimentos efetuados à sociedade SELICOMI Portugal, Lda., entidade referida na Nota 3.

NOTA 7 – Investimentos a deter até à maturidade

A categoria de investimentos a deter até à maturidade, é composta do seguinte modo:

	2020		2019	
	Justo Valor	Valor de Balanço	Justo Valor	Valor de Balanço
Títulos de Dívida	6.732.226	5.691.984	6.712.304	5.680.871
Dívida Pública	6.676.994	5.636.752	6.657.223	5.625.790
De Outros Emissores Públicos				
De Outros Emissores				
Acréscimos de Juros	55.232	55.232	55.081	55.081
Total	6.732.226	5.691.984	6.712.304	5.680.871

No decurso de 2020 não houve alterações nos ativos classificados nesta categoria. A variação positiva no justo valor deveu-se à evolução positiva registada pelas obrigações de Dívida Pública Nacionais que representam a totalidade deste investimento. Por forma a assegurar os requisitos que possibilitam a classificação dos títulos nesta categoria de

investimentos, a VICTORIA efetuou testes de liquidez à restante carteira de ativos, tendo-se verificado que a Companhia detém meios mais que suficientes para financiar os passivos estimados até ao final de 2024, pelo que não se estima qualquer necessidade de realização destes ativos.

NOTA 8 – Afetação dos Investimentos

A 31 de dezembro de 2020 os investimentos, encontram-se afetos da seguinte forma:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	2020				
	Seguros de Vida com Participação Resultados	Seguros de Vida sem Participação Resultados	Seguros de Vida classificados com contrato de investimento	Não Afectos	TOTAL
Caixa e equivalentes	693.105	1.838.266	740.775	533.653	3.805.799
Terrenos e Edifícios	20.085.744	17.015.969		1.113.800	38.215.513
Investimentos em filiais, associadas e emp conjuntos				591	591
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	-	-	28.100.746	-	28.100.746
Instrumentos de Capital e Unid Participação			10.555.250		10.555.250
Títulos de Dívida			17.545.496		17.545.496
Activos disponíveis para venda	99.910.453	48.759.419	-	-	148.669.872
Instrumentos de Capital e Unid Participação	10.311.711	9.627.413			19.939.123
Títulos de Dívida	89.598.742	39.132.006			128.730.749
Investimentos a deter até à maturidade	3.744.417	1.947.567			5.691.984
Títulos de Dívida	3.744.417	1.947.567			5.691.984
Empréstimos concedidos e contas a receber	7.753.637	-	36.995	8.443	7.799.075
Depósitos a Prazo				-	-
Empréstimos concedidos	7.753.637		-		7.753.637
Conta a receber			36.995	8.443	45.438
TOTAL	132.187.356	69.561.221	28.878.516	1.656.487	232.283.580

Para o ano transato, a afetação era a seguinte:

	2019				
	Seguros de Vida com Participação Resultados	Seguros de Vida sem Participação Resultados	Seguros de Vida classif. como contrato de investimento	Não Afectos	TOTAL
Caixa e equivalentes	1.992.143	1.723.209	3.693.559	9.041	7.417.952
Terrenos e Edifícios	20.257.129	17.015.969		1.233.710	38.506.808
Investimentos em filiais, associadas e emp conjuntos				591	591
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	-	-	24.527.690	-	24.527.690
Instrumentos de Capital e Unid Participação			5.634.477		5.634.477
Títulos de Dívida			18.893.213		18.893.213
Activos disponíveis para venda	100.576.368	43.247.954	-	-	143.824.322
Instrumentos de Capital e Unid Participação	3.001.899	3.479.309			6.481.208
Títulos de Dívida	97.574.469	39.768.645			137.343.114
Investimentos a deter até à maturidade	3.736.331	1.944.540			5.680.871
Títulos de Dívida	3.736.331	1.944.540			5.680.871
Empréstimos concedidos e contas a receber	7.772.081	-	139.849	289.052	8.200.982
Depósitos a Prazo				282.574	282.574
Empréstimos concedidos	7.772.081		-		7.772.081
Conta a receber			139.849	6.478	146.327
TOTAL	134.334.052	63.931.672	28.361.098	1.532.394	228.159.216

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

NOTA 9 – Outros ativos tangíveis e inventários

Os Outros ativos tangíveis são analisados como segue:

	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
EQUIPAMENTO									
Equipamento administrativo	1 642 424	(1 605 400)	2 401				(7 044)		32 381
Máquinas e ferramentas	216 200	(212 413)	508				(1 119)		3 176
Equipamento informático	1 220 374	(960 906)	100 311				(77 981)		281 798
Instalações interiores	633 750	(609 508)	277 664		(11 262)		(13 379)	11 262	288 527
Outro Equipamento	839 409	(839 409)							-
Sub-Total	4 552 157	(4 227 636)	380 884		(11 262)		(99 523)	11 262	605 882
PATRIMÔNIO ARTÍSTICO	46 487								46 487
TOTAL	4 598 644	(4 227 636)	380 884	-	(11 262)	-	(99 523)	11 262	652 369

Os bens de Inventário correspondem a material de consumo administrativo e material de divulgação dos produtos comercializados.

NOTA 10 – Outros ativos intangíveis

A análise é efetuada através do seguinte quadro:

	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
Despesas Aplicações Informáticas	9.314.030	(7.136.211)	17.521		681.920		(877.875)		1.999.385
Activos intangíveis em curso	1.175.693	-	595.602		(681.920)				1.089.375
Outros									-
TOTAL	10.489.723	(7.136.211)	613.123	-	-	-	(877.875)	-	3.088.760

NOTA 11 – Ativos sob Direito de Uso

Da análise efetuada aos contratos existentes na Companhia, os ativos sob direito de uso estão classificados da seguinte forma:

ATIVOS SOB DIREITO USO	Saldo Inicial	Entradas	Saídas/ Ajustes	Amortizações	Saldo Final	Juros Suportados
Terrenos e Edifícios de uso próprio						
Contratos de arrendamento	1.308.443		(162.437)	(387.577)	758.429	(100.876)
Ativos tangíveis						
Viaturas	136.147	95.402		(58.309)	173.240	(12.623)
Total	1.444.590	95.402	(162.437)	(445.886)	931.669	(113.499)

A componente variável destes contratos totalizou 28.256 Euros (2019: 12.936 Euros), os

quais se encontram registados em resultados do ano.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

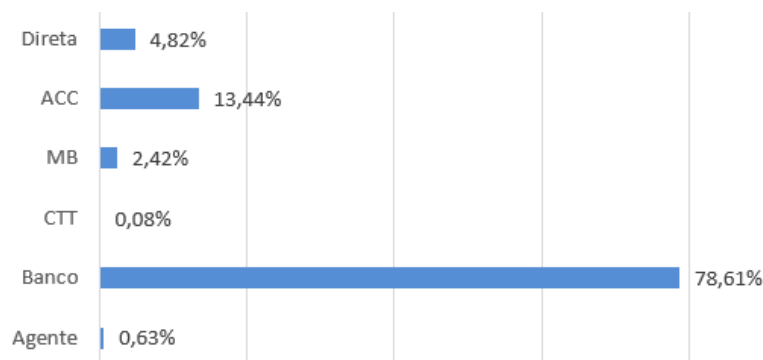
NOTA 12 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta conta é analisado como se segue:

	2020	2019
Tomadores de Seguros	911.822	1.462.814
Mediadores de Seguros	169.057	120.818
Imparidade	(117.087)	(176.321)
Sub-Total	963.792	1.407.311
Resseguradores	687.729	696.328
Imparidade	(74.227)	(81.664)
Sub-Total	613.502	614.664
Outros Devedores	2.567.026	2.081.162
Imparidade	(68.120)	(28.752)
Sub-Total	2.498.906	2.052.410
TOTAL	4.076.200	4.074.385

A Companhia tem vindo a efetuar um esforço no desenvolvimento ferramentas, nomeadamente através da sua página na internet, que possibilitam uma maior proximidade com o cliente e com o mediador, bem como ao nível dos processos por forma a

alcançar uma maior eficácia na cobrança de prémios, incentivando a utilização do canal bancário através dos protocolos de DD e SEPA. A distribuição da cobrança pelos diferentes canais, foi a seguinte:



A imparidade registada na rubrica Devedores por operações de seguro direto, respeita essencialmente a contratos de seguros com prémios em atraso com mais de 3 meses no montante de Euros 106.504 (2019: Euros 228.472).

Em Outros devedores encontra-se incluído o saldo com a VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A. no montante de Euros 2.059.739 (2019: Euros 1.754.313).

NOTA 13 – Ativos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo

Esta rubrica destina-se a reconhecer as responsabilidades da Companhia em matéria de obrigações com benefícios dos empregados. Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, deixando estes colaboradores de estarem abrangidos por um plano de benefício definido para passarem a ter um plano de contribuição definida – Plano Individual de Reforma. Relativamente à alteração do plano e atendendo a que o valor das responsabilidades pelos serviços passados, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo, se encontrava integralmente financiado, foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma. No decurso de 2012, e após comunicação da alteração do plano ao ASF, foi liquidada a responsabilidade, tendo sido apurado os valores devidos e efetuada a comunicação aos colaboradores. No decurso da alteração do plano, foi decidido que o excesso de financiamento deveria permanecer no benefício definido.

Em 2015, por acórdão do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) foi considerado não caducado o anterior CCT para a Atividade Seguradora, denominado como CCT 95. Desta decisão resulta, a aplicação do anterior CCT para os colaboradores sindicalizados no SINAPSA. Deste modo, a VICTORIA suspendeu a partir de agosto de 2015 inclusive, e para este universo de colaboradores, as contribuições para o plano de contribuição definida, não tendo ainda procedido a qualquer eventual recálculo das responsabilidades para o plano de benefício definido. Nesta situação encontra-se apenas 1 colaborador.

A VICTORIA encontra-se a aguardar parecer da ASF relativamente ao procedimento a adotar.

Adicionalmente, e entre os outros benefícios de longo prazo, a Companhia atribui prémios de antiguidade aos 15, 25 e 40 anos – Jubileus. Os ativos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2020 e 2019 são como segue:

	2020	2019
Benefícios de pós emprego	968.324	958.065
Outros Benefícios de longo prazo	(119.734)	(124.784)
	848.590	833.281

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

O impacto no resultado do exercício do reconhecimento destas responsabilidades é analisado na Nota 31.

As **Obrigações com benefícios dos empregados** estão constituídas através dos Planos abaixo descritos.

Plano de Contribuição Definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objeto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos.

Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no ativo admitidos na atividade seguradora após 22 de junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua

conta individual foi afeto ao respetivo plano individual de reforma.

- Para os colaboradores dos Associados na situação de ativos, admitidos na atividade seguradora até 22 de junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de acordo com o método e pressupostos utilizados na avaliação atuarial de 28 de fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de junho de 2012.

O plano de contribuição definida abrange 103 pessoas, entre participantes e ex-participantes.

Os ativos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2020 e 2019, são como segue:

	2020	2019
	Pensões	Pensões
Responsabilidade por benefícios	599.449	551.524
Justo valor dos activos do fundo	599.449	551.524
Activos/(Responsabilidades) líquidas em balanço	-	-

A variação dos ativos do plano contribuição definida em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é analisada como se segue

	2020	2019
Ativos do Plano a 01 de janeiro	551.524	511.234
Contribuições do empregador	50.777	51.651
Rendimentos e Ganhos financeiros Líquidos	18.707	33.758
Benefícios pagos	(12.893)	(41.142)
Perdas financeiras	(5.074)	(882)
Outras receitas/encargos	(3.592)	(3.095)
Ativos do Plano a 31 de dezembro	599.449	551.524

A taxa de rendimento líquida de encargo de gestão obtida em 2020 foi de 1,3% (5,85% em 2019).

Plano de Benefício Definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

-pagamento de pensões a todos os beneficiários que, á data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;

As contribuições do empregador seguem o estipulado no CCT e são efetuadas mensalmente.

-atualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

A população abrangida pelo plano de benefício definido, tem as seguintes características:

	Número	Pensão anual	Pensão média anual	Idade média
Beneficiários	3	2.880 €	933 €	74

Entre os outros benefícios de longo prazo, a Companhia reconhece para a generalidade dos colaboradores, a responsabilidade com os prémios de permanência em conformidade com o estabelecido pelo CCT, bem como os

benefícios de índole particular como são a atribuição de prémios de antiguidade.

Os ativos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2020 e 2019, são como segue:

	2020			2019		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Responsabilidade por benefícios	49.968	1.127.025	1.176.993	50.759	1.121.393	1.172.152
Justo valor dos activos do fundo	1.015.912	1.009.671	2.025.583	1.000.478	1.004.956	2.005.434
Activos/(Responsabilidades) líquidas em balanço	965.944	(117.354)	848.590	949.719	(116.437)	833.282

O valor presente da obrigação de benefícios definidos é o seguinte:

	2020			2019		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Valor actual da responsabilidade em 01 de Janeiro	50.759	1.121.393	1.172.152	51.784	1.111.360	1.163.144
Custo do serviço corrente	-	-	-	-	-	-
Custo de juros	502	9.627	10.129	960	22.994	23.954
(Ganhos) e perdas actuariais	1.506	58.232	59.738	828	47.281	48.109
Benefícios passados não reconhecidos	-	-	-	-	-	-
Redução de benefícios por via de saídas antecipadas	-	(5.050)	(5.050)	-	(3.066)	(3.066)
Benefícios pagos	(2.799)	(57.177)	(59.976)	(2.813)	(57.177)	(59.990)
Redução por alteração do Plano-CCT	-	-	-	-	-	-
Valor actual da responsabilidade em 31 de Dezembro	49.968	1.127.025	1.176.993	50.759	1.121.393	1.172.152

A variação dos ativos do plano de benefício definido em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é analisada como se segue:

	2020			2019		
	Fundo	Outros	Total	Fundo	Outros	Total
Activos do plano em 01 de Janeiro	1.000.478	1.004.956	2.005.434	948.301	978.033	1.926.334
Retorno esperado dos activos	9.204	(704)	8.500	948	(7.433)	(6.485)
Ganhos e (perdas) actuariais	9.029	7.180	16.209	54.042	49.654	103.696
Contribuições do empregador		55.416	55.416		41.879	41.879
Benefícios pagos	(2.799)	(57.177)	(59.976)	(2.813)	(57.177)	(59.990)
Redução por alteração do Plano-CCT			-			-
Activos do plano em 31 de Dezembro	1.015.912	1.009.671	2.025.583	1.000.478	1.004.956	2.005.434

Os outros ativos são relativos a adesões ao Fundo de Pensões Aberto Multireforma.

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, são como segue:

	2020			2019		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Custo do serviço corrente			-		-	-
Custo de juros	501	9.627	10.128	960	22.995	23.955
Retorno esperado dos activos	(9.204)	704	(8.500)	(948)	7.433	6.485
Benefícios passados não reconhecidos			-			-
Redução de benefícios por via de saídas antecipadas		(5.050)	(5.050)		(3.066)	(3.066)
Ganhos e perdas actuariais			-			-
Total do custo do ano	(8.703)	5.281	(3.422)	12	27.362	27.374

O justo valor dos ativos que constituem o plano em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é como segue:

	2020		2019	
Fundos de Investimento Imobiliários	0,00%	-	0,00%	-
Fundos de Investimento em Acções	8,55%	86.867	13,68%	136.866
Fundos de Investimento em	66,66%	677.176	62,16%	621.943
Obrigações de Taxa Variável	4,50%	45.739	0,00%	-
Obrigações de Taxa Fixa	15,44%	156.904	20,03%	200.352
Mercado Monetário	4,85%	49.226	4,13%	41.317
Total	100,00%	1.015.912	100,00%	1.000.478

O retorno real dos ativos do Fundo de Pensões da VICTORIA foi de Euros 24.757 e do Fundo de Multireforma foi de Euros 6.510.

Os ganhos e perdas atuariais em 2020 e 2019 são analisados como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	2020			2019		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Desvios actuariais reconhecidos em reservas em 01 de Janeiro	76.502	(256.554)	(180.052)	23.288	(258.928)	(235.640)
Ganhos e (perdas) actuariais das responsabilidades	(1.506)	(58.232)	(59.738)	(828)	(47.280)	(48.108)
Ganhos e (perdas) actuariais do fundo	9.029	7.180	16.209	54.042	49.654	103.696
Redução por alteração do Plano-CCT			-			-
Desvios actuariais reconhecidos em reservas em 31 de Dezembro	84.025	(307.606)	(223.581)	76.502	(256.554)	(180.052)

Adicionalmente conforme referido acima, os desvios associados a benefícios de longo prazo foram reconhecidos por contrapartida de resultados, de acordo com o IAS 19.

Para efeitos da determinação do valor atual das responsabilidades foram utilizados os seguintes pressupostos e hipóteses de cálculo:

	2020	2019
Tábuas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Número de pagamentos das pensões por ano	14	14
Taxa de desconto anual	0,396%	0,988%
Taxa anual de crescimento das pensões	1%	1%

A duração das responsabilidades com pensões em pagamento é de 11 anos. O regime de atualização das pensões rege-se pelo disposto na Cláusula 52ª do CCT.

A evolução das responsabilidades e dos ativos do plano nos últimos 5 anos é analisada como segue:

	2020	2019	2018	2017	2016
Responsabilidade por benefícios	1 176 993	1 172 152	1 163 144	1 229 305	1 276 309
Justo valor dos activos do fundo	2 025 583	2 005 434	1 926 334	1 982 210	1 959 493
Activos/(Responsabilidades) líquidas em balanço	848 590	833 282	763 190	752 905	683 184

NOTA 14 – Ativos e Passivos por impostos

A rubrica de Ativos e Passivos por impostos é composta por impostos e taxas correntes, que corresponde ao valor a pagar ou recuperar de impostos, e por imposto diferido, que corresponde ao valor do imposto sobre o

rendimento a pagar em períodos futuros proveniente de diferenças temporárias tributáveis.

O montante dos impostos diferidos é o seguinte:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	Activos		Passivos		Líquido	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Investimentos Financeiros	1.662	-	(373.158)	(302.379)	(371.496)	(302.379)
Benefícios a empregados	171.664	28.076	-	-	171.664	28.076
Provisões	115.844	104.935	-	-	115.844	104.935
Imóveis	165.634	131.265	(1.172.739)	(1.163.156)	(1.007.105)	(1.031.891)
Prejuízos Fiscais	1.168.140	1.501.973	-	-	1.168.140	1.501.973
Impostos Diferidos Activos / (passivos)	1.622.944	1.766.249	(1.545.897)	(1.465.535)	77.047	300.714

O movimento do imposto diferido foi reconhecido como segue:

	2020			2019		
	Reconhecido resultados	Reconhecido nas reservas	Total	Reconhecido resultados	Reconhecido nas reservas	Total
Investimentos Financeiros	0	(69.117)	(69.117)	(238)	(137.333)	(137.571)
Benefícios a empregados	143.587	-	143.587	(11.940)	-	(11.940)
Provisões	10.909	-	10.909	26.360	-	26.360
Imóveis	25.304	(518)	24.787	(823.155)	1.485	(821.670)
Prejuízos fiscais	(333.833)	-	(333.833)	543.408	-	543.408
Impostos Diferidos Activos / (passivos)	(154.032)	(69.635)	(223.667)	(265.565)	(135.848)	(401.413)

O montante de reporte fiscal existente à data, relativamente a prejuízos, é de Euros 5.562.573, acrescido do valor espectável para o presente exercício (2019: Euros 7.152.254). Para a avaliação e reconhecimento de IDA, tem em conta os resultados futuros expectáveis e evidenciados no plano elaborado a 5 anos e aprovados pelo CE.

Adicionalmente, a VICTORIA tem em consideração o facto de aplicar o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, uma vez que integra o perímetro fiscal da empresa mãe, VICTORIA Internacional de Portugal - SGPS, SA.

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2020 e 2019 é analisado como segue:

	2020	2019
Imposto Corrente	(60.601)	(83.891)
Imposto Diferido	(57.469)	(120.699)
Imposto Exercício	(118.070)	(204.590)

O imposto sobre o rendimento reportado nas reservas é analisado como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	2020	2019	Varição
Imposto Corrente	(980.195)	(1.176.859)	196.664
Investimentos Financeiro	(922.746)	(1.105.884)	183.138
Imóveis	(57.449)	(70.975)	13.527
Imposto Diferido	(384.111)	(314.476)	(69.635)
Investimentos Financeiro	(371.496)	(302.379)	(69.117)
Imóveis	(12.614)	(12.097)	(518)
Total imposto reconhecido reservas	(1.364.306)	(1.491.335)	127.030

A reconciliação da taxa de impostos é analisada como segue:

	2020	2019
RESULTADO ANTES IMPOSTO	309 371	568 591
Taxa Imposto	22,5%	22,5%
Imposto Calculado com base taxa imp	(69 608)	(127 933)
Imposto Diferido - utilização prejuízos fiscais	43 506	14 576
Outros proveitos e custos excluídos tributação	(7 230)	(7 342)
Benefícios fiscais e Rendimento Art.º46 e 51	(45 682)	-
Imposto Autonomo (Trib. Autonomia+Derrama)	(39 055)	(83 891)
Imposto do Exercício (Corrente+Diferido)	(118 070)	(204 590)

NOTA 15 – Provisões Técnicas

As provisões técnicas à data de 31 de dezembro de 2020 e 2019 são analisadas como segue:

Rubricas	Montante calculado	Custos de aquisição deferidos	Valor do balanço	2019
Provisões técnicas de seguro directo	170.534.565	1.085.002	169.449.563	172.558.269
Provisão matemática	143.932.445	920.442	143.012.003	146.980.489
Prov. prémios não adquiridos	1.540.366	164.560	1.375.806	1.320.427
Provisão para sinistros	8.371.552		8.371.552	8.416.249
Provisão participação resultados	4.552.986		4.552.986	3.881.283
Provisão para compromissos taxa	12.137.216		12.137.216	11.959.821
Provisões técnicas de resseguro cedido	194.838		194.838	262.305
Provisão matemática	-		-	-
Provisão para sinistros	194.838		194.838	262.305

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Provisão Matemática

A provisão matemática por modalidade é analisada do seguinte modo:

Provisão Matemática	2020	2019
Seguros de Vida		
Contratos c/ Part Resultados		
Carteira Antiga	3.292	6.727
Carteira Nova		
Individual Tradicionais	48.722.392	54.133.156
Produtos financeiros	15.782.672	15.645.782
Rendas Individual	154.027	177.636
Rendas Grupo	3.232.993	3.806.089
Grupo Tradicionais	2.638.138	2.808.504
Produtos financeiros Grupo	47.718.237	45.860.280
Contratos s/ Part Resultados		
Carteira Antiga	13	46
Carteira Nova		
Rendas Individual	3.393.684	3.716.654
Rendas Grupo	17.790.162	17.379.294
Individual Tradicionais	663.248	330.758
Seguro ligados a Fundos de	2.913.145	3.115.563
TOTAL	143.012.003	146.980.489

De acordo com a política contabilística da Companhia, anualmente é efetuado, para todos os produtos, o Teste de Adequação do Passivo (*Loss Adequacy Test - LAT*). O valor apurado para garantia de resgate encontra-se

reconhecido na Provisão Matemática no montante de Euros 2.913.145 (2019: Euros 3.115.563) e em Provisão para Compromisso de Taxa como abaixo se descreve:

	2020	2019
Seguros de Vida	7.074.661	7.623.665
Seguro ligados a Fundos de	5.062.555	4.336.156
TOTAL	12.137.216	11.959.821

Este teste é efetuado com os *cash-flows* (prémios, custos com sinistros e despesas) utilizados na avaliação das provisões técnicas a valores económicos e descontados com a curva de taxas de juro ajustadas à composição dos títulos da carteira global de ativos. Em resultado dos testes efetuados a 2020 e 2019,

e por forma a manter o princípio de prudência, foi decisão da Companhia efetuar um reforço no montante de Euros 177.395. Os pressupostos atuariais para cálculo da Provisão Matemática do Ramo Vida previstos nas apólices, são os seguintes:

Seguro Individual

Modalidade	Tábua de Mortalidade	Taxa Garantida	Tipo Provisão (matemática, passivo financeiro, prêmios não adquiridos)
Seguros de Renda			
Rendas Certas-Amortizações	PM 60/64	4%	Provisão Matemática
Rendas Vitalícias Imediatas	110% DAV94 MR	3%	Provisão Matemática
	GRF 80	2,5%	Provisão Matemática
	DAV94 MR	2%	Provisão Matemática
		1%	Provisão Matemática
		0,25%	Provisão Matemática
	H20102012_PT – Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 (Homens)	2%	Provisão Matemática
	M20102012_PT - Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 (Mulheres)	2%	Provisão Matemática
	HM20102012_PT - Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 (Ambos os sexos)	2%	Provisão Matemática
Seguros de Capital			
Prazo Fixo	n.a.	4%	Provisão Matemática
Mistos	AF	3,5%	Provisão Matemática
	PM 60/64	4%	Provisão Matemática
	GKM 80	2,75%	Provisão Matemática
	GKM 80	2%	Provisão Matemática
Temporários	PM 46/49	3,5%	Provisão Matemática
	PM 60/64	4%	Provisão Matemática
	40% GKM 80	0%	Provisão Matemática
Temporário Anual Renovável			Provisão para Prêmios não adquiridos
Investimento Seguro		Min. 0%; Máx. 0,25%	Provisão Matemática
Investimento Programado		0,25%	Provisão Matemática
Confiança PPR		0,75%	Provisão Matemática
PPR Novo Valor		3,5%	Provisão Matemática
Valor Mais PPR		3,5%	Passivo Financeiro e Provisão Matemática
Garantia Valor PPR/E		0,00%	Passivo Financeiro e Provisão Matemática
Garantia Rendimento		0,00%	Passivo Financeiro e Provisão Matemática
Invest		4%	Passivo Financeiro
PPR Valorização		4%	Passivo Financeiro
PPR/E Ações Maximização	n.a.	n.a.	Passivo Financeiro
BlueCrow Capital	n.a.	n.a.	Passivo Financeiro
VX0		0,00%	Passivo Financeiro

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Seguro Grupo

Modalidade	Tábua de Mortalidade	Taxa Garantida	Tipo Provisão (matemática, passivo financeiro, prémios não adquiridos)
Seguros de Renda			
Rendas Vitalícias Imediatas	110% DAV94 MR	3%	Provisão Matemática
	GRF 80	2,5%	Provisão Matemática
	DAV94 MR	2%	Provisão Matemática
		1%	Provisão Matemática
		0,25%	Provisão Matemática
	H20102012_PT – Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 (Homens)	2%	Provisão Matemática
	M20102012_PT - Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 (Mulheres)	2%	Provisão Matemática
	HM20102012_PT - Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 (Ambos os sexos)	2%	Provisão Matemática
Seguros de Capital			
Capital Diferido sem contrasseg	PF 60/64	4%	Provisão Matemática
Misto	PM 60/64	4%	Provisão Matemática
Temporário Anual Renovável			Provisão para Prémios não adquiridos
Capital Diferido com contrasseg	TV 73/77	4%	Passivo Financeiro
	GKF 80	Min. 0%; Máx. 2%	Provisão Matemática
Lifepan Investment	n.a.	n.a.	Passivo Financeiro

Provisão para Sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos, à data de balanço, e inclui uma provisão estimada, no montante de Euros 194.546 (2019: Euros

359.782), relativa a sinistros ocorridos antes de 31 de dezembro de 2020 ainda não reportados (IBNR). O desenvolvimento da provisão para sinistros em 2020 é analisado como segue:

Provisão para sinistros em 31-12-2019	Montantes pagos no exercício ⁽¹⁾	Provisão para sinistros em 31-12-2020 ⁽¹⁾	Reajustamentos a provisões de exercícios anteriores
8.416.249	1.762.620	6.198.178	(455.451)

(1) referentes a sinistros de exercícios anteriores.

O valor dos reajustamentos efetuados no exercício de 2020, relativos a exercícios anteriores, apresentado na nota acima, é explicado pela análise de todos os processos de

sinistros em aberto através da conferência dos valores registados e do ano a que se reportam.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Provisão para Participação nos Resultados

A Provisão para Participação nos Resultados é proveniente de duas vias:

- Participação nos Resultados a Atribuir; que corresponde à parte estimada do tomador do seguro, no valor líquido positivo nos ajustamentos de justo valor dos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, e de acordo com as respetivas modalidades;

- Participação nos Resultados Atribuída; corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros na forma de participação nos resultados, de acordo com modalidades constantes do plano de participação nos resultados.

Para o exercício de 2020, a Participação nos Resultados a Atribuir para os produtos com participação nos resultados foi determinada da seguinte forma:

Participação nos Resultados a Atribuir	Reserva Reavaliação por ajustamento Justo Valor	Alteração do Justo valor por resultados	% a Atribuir	Saldo Final
Carteira Antiga	126		0%	-
Carteira Nova				
Individual	2 449 680	1 810 619	10%	540 487
Rendas Individual	2 169		0%	
Rendas Individual (novas bases técnicas)	612		0%	
PPR Confiança	83 685		0%	
Rendas Grupo	64 901		0%	
Rendas Grupo (novas bases técnicas)	23 841		0%	
Grupo Tradicionais	100 747	1 358 128	0%	3 449
VICTORIA Vantagem Investimento	1 341 736	1 142 116	0%	-
Total	4 067 497	4 310 863		543 936

A percentagem a atribuir por modalidade é determinada tendo por base os valores de participação financeira atribuída nos últimos 3 anos (de 2019 a 2020).

No que respeita à Participação nos Resultados Atribuída, a movimentação no exercício de 2020, é a seguinte:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Participação nos Resultados Atribuída	Saldo Inicial	Atribuída	Distribuída		Saldo Final
			Pagamentos	Aumento Benefícios	
Carteira Antiga	40 885	82	808	-	40 159
Carteira Nova					
Individual	269 707	122 342	101 343	13 126	277 580
Rendas Individual	51 367	-	-	-	51 367
Rendas Individual (novas bases técnicas)	-	-	-	-	-
Rendas Grupo	209 471	-	-	-	209 471
Rendas Grupo (novas bases técnicas)	-	-	-	-	-
Grupo Tradicionais	2 568 279	3 145 656	2 310 815	-	3 403 120
VICTORIA Vantagem Investimento	51 813	20 405	1 036	43 829	27 353
Total	3 191 522	3 288 485	2 414 002	56 955	4 009 050

NOTA 16 – Passivos Financeiros de contratos de investimento

Os contratos classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento correspondem a contratos de seguro e operações em que o risco de investimento é suportado pelo tomador se seguro. No entanto, e pelo facto de, em termos

contratuais, existir uma taxa mínima garantida, assumem para a Companhia risco de investimento.

Os movimentos ocorridos são os seguintes:

	Com Risco Investimento	Sem Risco Investimento	TOTAL
Valor Inicial	22.583.844	5.777.254	28.361.098
Entradas no período	5.795.365	3.856.097	9.651.462
Montantes Pagos	8.167.499	2.061.439	10.228.938
Rendimentos (Gastos)	1.171.269	258.277	1.429.546
Encargos de Gestão	256.793	67.662	324.455
Passivos Adquiridos de ou transferidos para outras empresas	(10.197)	-	(10.197)
Valor Final	21.115.989	7.762.527	28.878.516

Os passivos financeiros destes produtos correspondem ao valor total das unidades de participação, avaliada de acordo com os ativos

financeiros que os compõem, conforme Nota 8.

NOTA 17 – Outros passivos financeiros

Em passivos subordinados, o montante registado de Euros 5.000.000 respeita ao empréstimo subordinado concedido pela

VICTORIA – Seguros, S.A., com os requisitos técnicos para reforço dos fundos próprios elegíveis para efeitos de Solvência II.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

NOTA 18 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta conta é analisado como segue:

	2020	2019
Tomadores de Seguros	4.916.707	4.417.590
Mediadores de Seguros	182.551	327.765
Co-Seguros	280.272	420.049
Sub-total	5.379.530	5.165.404
Resseguradores	15.116	9.140
Outros Credores	2.163.499	1.759.052
TOTAL	7.558.145	6.933.596

Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica Tomadores de Seguros inclui o montante de Euros 3.947.964 (2019: Euros 3.940.146) relativo aos reembolsos de produtos financeiros maturados e ainda não reclamados

pelos clientes. A rubrica Outros Credores inclui o saldo com a VICTORIA – Seguros, S.A no montante de Euros 1.481.252 (2019: Euros 1.350.404) e ainda o montante relativo a Depósitos à ordem referidos na Nota 1.

NOTA 19 – Passivos de Locação

Os passivos resultantes dos ativos sob direito de uso, são os seguintes:

Passivos de Locação	2020	2019
Terrenos e Edifícios	820.450	1.322.274
Ativos tangíveis	176.218	138.520
	996.668	1.460.794

Os compromissos assumidos na componente variável destes contratos, não incluídos na mensuração do passivo de locação, totaliza

Euros 79.292 e tem a seguinte distribuição temporal:

2021	2022	2023	2024
28.478	24.927	20.542	5.345

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

NOTA 20 – Acréscimos e Diferimentos

A rubrica destina-se ao reconhecimento, no exercício a que respeitam, de gastos e

rendimentos, pelo que é analisada da seguinte forma:

Acréscimos e diferimentos no Ativo

	2020	2019
Rendas e Alugueres	39.790	39.789
Outros acréscimos e diferimentos	294.030	486.199
Total	333.820	525.988

Acréscimos e diferimentos no Passivo

	2020	2019
Férias e subsídio de férias	399.306	417.598
Outros encargos com pessoal	99.039	103.356
Incentivos comerciais e de desempenho	542.411	634.587
Rendas e alugueres	298.466	347.778
Outros acréscimos e diferimentos	656.685	371.176
Total	1.995.907	1.874.495

NOTA 21 – Capital Próprio**Capital**

O capital social da VICTORIA – Seguros de Vida, S.A., no montante de Euros 8.500.000, devido na sua totalidade pela VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A., é representado por 1.700.000 ações de valor nominal de Euros 5 cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário.

Em 2003, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 16 de

junho, a Empresa procedeu a um aumento do capital social de Euros 1.000.000 pela emissão de 200.000 novas ações de valor nominal de Euros 5, e prémio de emissão de Euros 2.500.000.

Reservas de Reavaliação

As Reservas de reavaliação sofreram no decurso do exercício de 2020, as seguintes alterações:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	Saldo inicial	Valorizações / Desvalorizações	Diminuições por Venda	Saldo final
De Justo Valor de Activos Financeiros	5.280.301	381.685	(191.806)	5.470.180
Instrumentos de capital e Unid Participação	(5.520)	381.115	5.160	380.755
Títulos de Dívida	5.285.821	570	(196.966)	5.089.425
Dívida Pública	2.016.724	(556.873)	(109.340)	1.350.511
De Outros Emissores Públicos	516.115	(102.944)	(93.904)	319.267
De Outros Emissores	2.752.982	660.387	6.278	3.419.647
Terrenos e Edifícios	383.634	(79.158)	-	304.476
Total	5.663.935	302.527	(191.806)	5.774.656
Provisão part. resultados atribuir ("Shadow")	(390.993)	145.825	-	(245.168)
Total	5.272.942	448.352	(191.806)	5.529.488

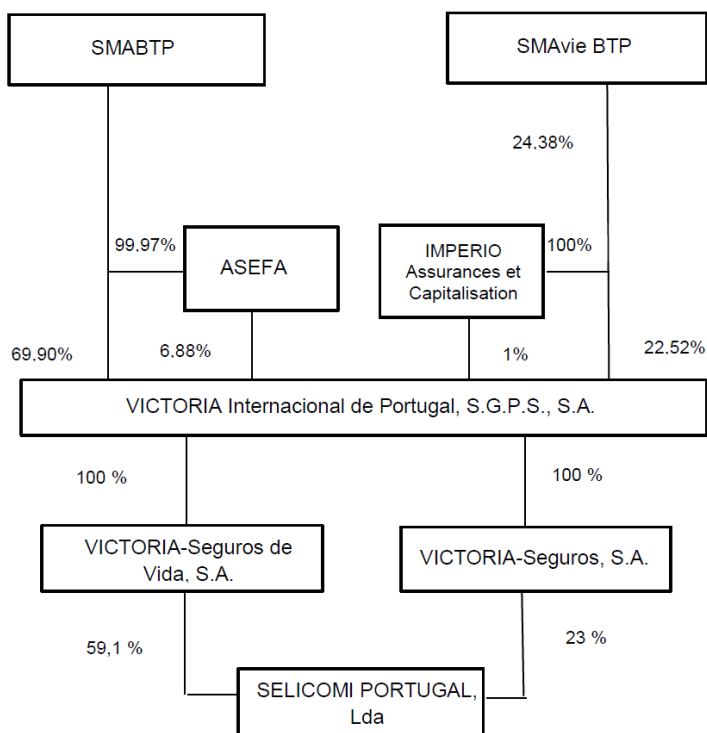
Reserva Legal

De acordo com a legislação portuguesa, a VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. tem de

constituir uma reserva legal de pelo menos 10% sobre o resultado líquido anual, até à concorrência do Capital social.

NOTA 22 – Transações entre partes relacionadas

No decurso de 2020, as entidades relacionadas da Companhia podem ser analisadas como se segue:



A análise das transações com entidades relacionadas, é analisada como segue:

GANHOS E PERDAS	VICTORIA Internacional de Portugal, SGPS, SA	Victoria- Seguros, S.A	Selicomi	ASEFA	SMA Vie	Investimo	Imperio Assurance
Prémios Adquiridos de Seguro Direto				41 443			
Prémios Adquiridos de Resseguro Cedido							(17 435)
Rendimentos de investimentos			457 010				
Total dos Proveitos	-	-	457 010	41 443	-	-	(17 435)
Custos e gastos de exploração - comissões Resseguro							(1 648)
Custos com sinistros - parte dos resseguradores							(9 750)
Variação Provisões Técnicas							
Outros Gastos Gerais e Administrativos	157 286	77 260		3 254	149 725	30 000	-
Total dos Custos	157 286	77 260	-	3 254	149 725	30 000	(11 398)
Líquido Proveitos/ (Custos) 2020	(157 286)	(77 260)	457 010	38 189	(149 725)	(30 000)	(6 037)
Líquido Proveitos/ (Custos) 2019	(158 196)	-	453 426	33 477	(93 558)	(45 000)	(9 079)

BALANÇO	VICTORIA Internacional de Portugal, SGPS, SA	Victoria- Seguros, S.A	Selicomi	ASEFA	SMA Vie	Investimo	Imperio Assurance
Ativo							
Empréstimos e contas a receber			7.592.042				
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido							
Outros Devedores por operações de seguro e outras	2.059.739						
Total do Ativo	2.059.739	-	7.592.042	-	-	-	-
Passivo							
Passivos Subordinados		5.000.000					
Depósitos recebidos de resseguradores							
Outros Credores por operações de seguro e outras		1.481.252					15.116
Total do Passivo	-	6.481.252	-	-	-	-	15.116
Líquido Ativo / (Passivo) 2020	2.059.739	(6.481.252)	7.592.042	-	-	-	(15.116)
Líquido Ativo / (Passivo) 2019	1.754.313	(1.350.404)	7.592.042	-	-	-	(9.079)

As transações efetuadas com as entidades VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A. e VICTORIA – Seguros, S.A. revestem a natureza meramente administrativa.

No que se refere às entidades SMA Vie e Investimo, desenvolvem a atividade de *front*

office da atividade de investimentos de ativos financeiros de acordo com mandatos de gestão específicos por carteira de investimentos.

NOTA 23 – Elementos extra patrimoniais

Compromissos por garantias prestadas

As garantias prestadas à data de 31 de dezembro de 2020 e 2019, são analisadas como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Natureza da Garantia	2020	2019
Avaes, fianças e outras garantias de crédito		
Direção Geral de Contribuições e Impostos	282.574	282.574
Águas de Portugal	6.089	
Total	288.663	282.574

Fundos de Pensões

O valor dos ativos dos Fundos de Pensões geridos pela Companhia era de Euros 16.302.397 (2019: Euros 16.584.459), dos

quais Euros 2.881.140 (2019: Euros 3.023.580) têm taxa garantida.

VI – NOTAS AO GANHOS E PERDAS**NOTA 24 – Prémios de contratos de seguro**

Relativamente ao Seguro de Vida, temos:

PRÉMIOS DE SEG VIDA	2020	2019
Prémios brutos emitidos de seguro directo		
Relativos a contratos individuais	13.187.824	15.186.331
Relativos a contratos de grupo	16.738.239	15.717.776
Relativos a contratos de grupo em LPS	41.443	36.731
	29.967.506	30.940.838
Periódicos	18.914.229	20.299.132
Periódicos em LPS	41.443	36.731
Não Periódicos	11.011.834	10.604.975
	29.967.506	30.940.838
De contratos sem participação nos resultados	8.367.617	5.993.203
De contratos com participação nos resultados	21.558.446	24.910.904
De contratos com participação nos resultados em LPS	41.443	36.731
	29.967.506	30.940.838
Saldo de resseguro	(554.773)	(804.248)

A VICTORIA iniciou em 2016, junto das autoridades competentes, o processo de

autorização para explorar em Espanha, em regime de livre prestação de serviços, todas as

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

modalidades de seguro de vida. O impacto desse negócio, na receita de prémios de 2020 foi de 41.443€ (em 2019: 36.731€).

NOTA 25 – Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento

As comissões recebidas relativamente aos contratos de investimento, é analisada da seguinte forma:

	2020	2019
Encargos Subscrição	7.435	8.171
Comissão de Gestão	323.855	344.068
	331.290	352.239

NOTA 26 – Custos com sinistros

Os custos com sinistros de contratos de seguros, são analisados da seguinte forma:

Custos com sinistros	2020	2019
Vida	23.825.936	27.271.430
Vencimentos	10.692.800	12.797.865
Capitais morte ou Invalidez	1.931.298	2.653.582
Rendas	2.949.492	2.797.768
Resgates	7.166.000	7.756.191
Outras	41.475	67.003
Custos gestão imputados	1.044.871	1.199.022

NOTA 27 – Variação das Provisões técnicas

Decorrente das alterações às provisões técnicas, conforme explanado na Nota 15, os impactos são analisados da seguinte forma:

-A provisão matemática do ramo Vida, registou em 2020 um decréscimo de Euros 4.113.512

situação idêntica à verificada em 2019, que registou um decréscimo de Euros 4.937.114.

-As outras provisões técnicas correspondem à provisão para compromissos de taxa, que

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

como explicado na Nota 15, evidenciou um reforço de Euros 177.395.

-A participação de resultados da Companhia registou uma dotação total de Euros 3.288.485 (2019: Euros 2.754.532), sendo em parte

compensado pela existência de contratos em resseguro no montante de Euros 647.392 (2019: Euros 569.994).

NOTA 28 – Custos e gastos de exploração

Como custos e gastos de exploração, a Companhia regista os custos incorridos quer com a angariação de novos contratos, bem como com a manutenção da carteira

existentes. A sua composição, e analisada como se segue:

	2020		2019	
	Contratos de Seguros	Contratos de Investimento	Contratos de Seguros	Contratos de Investimento
Custos de aquisição	5.085.583	86.857	4.729.082	108.597
Remunerações e outros custos	2.447.480	11.979	1.978.553	27.033
Custos imputados	2.638.103	74.878	2.750.529	81.564
Gastos administrativos	3.843.879	125.178	4.018.812	135.757
Outros custos	265.557		275.799	0
Custos imputados	3.578.322	125.178	3.743.013	135.757
Total	8.929.462	212.035	8.747.894	244.354

NOTA 29 – Rendimentos / réditos de investimentos

Os critérios de valorimetria utilizados na mensuração dos investimentos estão referidos

na nota III. Os rendimentos de investimentos são analisados como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	2020	2019
Terrenos e Edifícios	2.096.312	2.163.700
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos		
Associadas	203.033	191.612
Activos financeiros detidos para negociação		
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	540.118	254.900
Instrumentos de Capital e Unid Participação	259.419	4.869
Títulos de Dívida	280.699	250.031
Activos disponiveis para venda	1.906.341	2.131.033
Instrumentos de Capital e Unid Participação	103.950	-
Títulos de Dívida	1.802.391	2.131.033
Empréstimos concedidos e contas a receber	257.305	265.878
Depósitos	-	41
Empréstimos concedidos	257.305	265.837
Investimentos a deter até à maturidade	174.987	174.176
Instrumentos de Capital e Unid Participação		
Títulos de Dívida	174.987	174.176
TOTAL	5.178.096	5.181.299

Os rendimentos de investimentos em associadas, respeitam a lucros distribuídos no ano pela sociedade SELICOMI Portugal, Lda.

NOTA 30 – Gastos Financeiros

Os valores registados nesta conta resultam da afetação dos custos por natureza a imputar, conforme pode ser analisado na Nota 36.

NOTA 31 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por Reservas

Os ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por reservas é analisada como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	2020	2019
Activos disponiveis para venda		
Instrumentos de Capital e Unid Participação	(45.785)	102.054
Títulos de Dívida	69.981	20.684
Sub - Total	24.196	122.738
Terrenos e Edifícios	(199.071)	7.969.327
Total	(174.875)	8.092.065

NOTA 32 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por resultados

Os ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por resultados é analisada como segue:

	2020		2019	
	Valias realizadas	Ajustamento ao Justo valor	Valias realizadas	Ajustamento ao Justo valor
Activos financeiros detidos para negociação				
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	(78.984)	295.554	189.826	563.304
Instrumentos de Capital e Unid Participação	(74.292)	308.535	194.351	241.364
Títulos de Dívida	(4.692)	(12.981)	(4.525)	321.940
TOTAL	(78.984)	295.554	189.826	563.304

No que respeita aos passivos financeiros, a movimentação é a seguinte:

PASSIVOS FINANCEIROS	2020	2019
Gastos em passivos	(2.283.764)	(1.762.879)
Ganhos em passivos	854.218	144.265
TOTAL	(1.429.546)	(1.618.614)

Esta rubrica corresponde às variações verificadas nos ativos financeiros afetos a esta modalidade e que se encontram registadas em

rubricas de Ganhos e Perdas, de acordo com a sua natureza.

NOTA 33 – Outros rendimentos/gastos técnicos

O saldo é como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	2020	2019		2020	2019
Outros gastos técnicos			Outros rendimentos técnicos		
Por gestão Co-Seguro	-	-	Por gestão Co-Seguro		
Por gestão Fundos de Pensões	50.074	24.983	Por gestão Fundos de Pensões	187.839	194.509
Por outros	-	-	Por outros	21.731	14.588
Sub-total	50.074	24.983		209.570	209.097
Total	159.496	184.114			

NOTA 34 – Outras Provisões (Variações)

As outras provisões destinam-se a fazer face a outros riscos da atividade, nomeadamente pelo facto da Companhia proceder à anulação de cheques que não se encontram descontados há mais de 2 anos. Inclui ainda

uma provisão para fazer face a responsabilidades assumidas enquanto entidade gestora de Fundos de Pensões.

Da análise do ano, resultam os seguintes movimentos:

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Utilização/ Transferência	Saldo final
Outras Provisões	356.701	-	113.164	-	243.537

NOTA 35 – Outros rendimentos/gastos

O saldo é como segue:

	2020	2019		2020	2019
Gastos e perdas não correntes			Rendimentos e ganhos não correntes		
Multas e penalidades	702	-	Restituição impostos		
Quotizações diversas e donativos	1 000	2 250	Outros rendimentos e ganhos	84 254	9 800
Outros gastos e perdas	49 121	71 694			
Gastos e perdas financeiras			Rendimentos e ganhos financeiros		
Juros suportados	774	24	Juros obtidos	6 257	772
Outros gastos e perdas	19 535	13 164	Outros rendimentos e ganhos		
Ajustamentos			Ajustamentos		
De recibos por cobrar	-	138 079	De recibos por cobrar	83 605	
De créditos de cobrança duvidosa	56 302	69 574	De créditos de cobrança duvidosa		
Perdas em Activos Tangíveis			Ganhos em Activos Tangíveis	-	213
			Outros	-	12 590
Sub-total	127 434	294 785		174 116	23 375
Total	46 682	(271 410)			

NOTA 36 – Gastos diversos por função

Os gastos diversos por natureza são analisados como se segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	2020	2019
Despesas com Pessoal	4.243.941	4.485.956
Fornecimento e Serviços Externos	2.720.017	3.090.925
Impostos e Taxas	62.438	65.581
Amortizações do Exercício	1.436.350	1.234.786
Juros Suportados	190.759	21.944
Comissões	229.476	160.667
Total	8.882.981	9.059.859

A rubrica Fornecimento e Serviços Externos inclui os honorários dos Revisores Oficiais de contas que têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):

-Serviços de Revisão Legal de Contas no montante de 44.300 Euros, incluindo serviços de garantia de fiabilidade;

-Serviços de certificação dos elementos de informação para efeitos de Solvência II, no montante de 29.500 Euros;

-Serviços de Revisão Legal de Contas no montante de 14.200 Euros, relativos aos Fundos de Pensões geridos pela VICTORIA – Seguros de Vida, SA

A análise por função, dos contratos de seguros e de investimentos, é analisada da seguinte forma:

	2020		2019	
	Contratos de Seguro	Contratos de Investimento	Contratos de Seguro	Contratos de Investimento
Custos com sinistros	1.071.482		1.180.774	
Custos de exploração	6.216.425	200.056	6.493.542	217.321
Custos de aquisição	2.638.103	74.878	2.750.529	81.564
Custos administrativos	3.578.322	125.178	3.743.013	135.757
Custos com investimentos	922.559	219.788	736.893	167.714
Custos Gestão Fundos de Pensões	252.671		263.615	
Total	8.463.137	419.844	8.674.824	385.035

NOTA 37 – Gastos com o pessoal

Número médio de trabalhadores

A distribuição das categorias foi efetuada de acordo com a repartição existente no Balanço Social (Dec. Lei 9/92 de 22/01) e Anexo I do C.C.T. da Atividade Seguradora. Durante o

exercício a empresa teve, além de 1 membro do Conselho de Administração, ao seu serviço em média 85 empregados, com a seguinte estrutura por qualificação de funções:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Qualificação de Funções	Nº Médio de Empregados	
	2020	2019
Quadros superiores	15	14
Quadros médios	7	7
Profissionais altamente	19	21
Profissionais qualificados	43	47
Profissionais semi – qualificados	1	1
Estagiários e aprendizes		
Total	85	90

Montante das despesas com o pessoal

Os gastos com o pessoal referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são analisados como segue:

Rubricas	2020	2019
Remunerações		
dos órgãos sociais	49.766	49.766
do pessoal	3.201.784	3.414.763
Encargos sobre remunerações	758.672	770.814
Benefícios pós-emprego		
Planos de contribuição definida	50.777	51.651
Planos de benefício definido	1.628	30.440
Outros benefícios a longo prazo dos empregados		
Benefícios de cessação de emprego	-	-
Seguros obrigatórios	84.206	75.125
Gastos de acção social	18.309	26.114
Outros gastos com pessoal	78.799	67.283
Total de custos com pessoal	4.243.941	4.485.956

Os órgãos da Companhia responsáveis pelo planeamento, direção e controlo, são constituídos tendo por base a estrutura da Companhia no Grupo, o que significa que a gestão e/ou direção efetiva é independente do vínculo contratual. A distribuição das responsabilidades está representada de acordo com o organograma institucional, e é composta pelas seguintes Direções:

- Comercial
- Gestão Risco e Controlo Interno
- Financeiro
- Técnico
- Operações
- Informática

e sendo uma organização transversal ao grupo, a composição é a seguinte:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Orgãos	Nº elementos	Valor Total Remuneração	
		VIDA	SEGUROS
Conselho Executivo	3	237.121	283.067
Diretores	10	416.226	656.773
Responsáveis	22	487.129	853.249
	35	1.140.476	1.793.089

No que respeita a benefícios de pós-emprego dos órgãos acima referidos, seguem o estipulado no CCT da Atividade Seguradora.

Governo da Sociedade

Os órgãos sociais da VICTORIA, nomeadamente os membros não executivos do Conselho de Administração, os quais integram outros órgãos de gestão de sociedades do Grupo SMA, e a Mesa da Assembleia Geral, não auferem qualquer tipo de remuneração fixa ou variável. Os membros do Conselho Fiscal auferem um valor anual fixo que é definido pelo Conselho de Administração em função da complexidade das funções desempenhadas e da situação económica da empresa.

O Administrador-Delegado, enquanto membro do Conselho de Administração com funções

executivas, sustenta a sua política de remuneração nas duas componentes básicas: remuneração fixa e remuneração variável. Tendo em conta a organização das sociedades do Grupo VICTORIA, o Administrador-Delegado é remunerado nas duas sociedades operacionais.

A definição e aprovação dos valores que devem ser aplicados relativamente à política de remuneração desta função é da responsabilidade do Conselho de Administração da VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A., sendo ratificados nas Assembleias Gerais das duas sociedades operacionais. Os benefícios atribuídos aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, apresentados de forma agregada e individual, são os seguintes:

			2020	2019
Conselho de Administração			43.766	43.766
Administrador Delegado	Cyrille Mascarelle	Outras remunerações	27.475	27.475
		Bónus Anual	16.291	16.291
Conselho Fiscal			6.000	6.000
Presidente	João de Lara Everard	Outras remunerações	-	-
Vogal	Santiago Gil de Biedma	Outras remunerações	3.000	3.000
Vogal	António Vilar Ribeiro	Outras remunerações	3.000	3.000

VII) EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DE ENCERRAMENTO

Ao longo do primeiro trimestre de 2021, assistiu-se à continuação da propagação do vírus Covid-19. Tendo a pandemia alastrando de uma forma generalizada por todo o mundo ao longo de 2020, teve como consequência o registo de inúmeras perdas de vidas humanas e milhares de pessoas infetadas. Entretanto e após a descoberta de várias vacinas, começou o processo de vacinação em massa, embora de forma não homogeneia por todo o globo. A nova ameaça reside no aparecimento de novas variantes do vírus, colocando em causa, quer a rapidez da disseminação da pandemia, quer a própria competência das vacinas no combate ao mesmo. Perspetiva-se assim, uma retoma lenta da normalidade, com avanços e recuos e por isso, ainda envolta num clima de otimismo moderado.

Tal como no resto do mundo, a pandemia afetou profundamente a atividade económica em Portugal. As medidas de contenção da crise de saúde pública e a atitude de precaução dos agentes económicos determinaram uma queda sem precedentes do PIB na primeira metade do ano. No ano completo o PIB caiu 7,6% (2019: aumento de 2,5%). O peso da atividade económica dos setores ligados ao turismo foi um dos fatores que explica o pior desempenho comparativo da economia portuguesa face às suas congéneres europeias. A taxa de desemprego, inverteu a tendência de queda

dos últimos anos e encerrou o ano nos 7,2% (2019: 6,5%). Ainda assim a subida foi atenuada pelo regime de *layoff* simplificado e outras medidas de apoio aos trabalhadores independentes. No que se refere às contas públicas, 2020 terá um impacto expressivo nas contas públicas, que se traduz num o défice estimado de 7,0%.

Limitações severas à liberdade de circulação de pessoas, o encerramento ao público de inúmeros estabelecimentos comerciais, de ensino e de entretenimento publico, são exemplos de medidas adotadas que visam reduzir os riscos de contágio entre pessoas, embora, estejam a impactar de forma negativa a atividade económica em Portugal. Apesar de todos os esforços, infelizmente, atendendo à propagação global do vírus, para além dos impactos diretos e circunscritos às fronteiras do nosso país, adicionais impactos negativos estão a ser sentidos e, por isso, incorporados indiretamente na economia portuguesa.

As perspetivas para 2021 são, porém mais otimistas. A perspetiva da obtenção da tão desejada imunidade de grupo fruto da continuação do processo de vacinação em massa, aponta-nos para um futuro mais risonho, porém, esta perspetiva encontra-se obviamente condicionada pelo surgimento de novas estirpes do vírus e em simultâneo, da

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

capacidade de resposta da indústria farmacêutica perante esses novos desafios. Do ponto de vista estritamente económico, as principais consequências em Portugal apontam certamente, para uma lenta recuperação da economia. Apesar de lento, o crescimento económico do país, bem como, da atividade comercial, tenderão lentamente a repor o poder de compra dos consumidores. Ambos com efeitos diretos em todos os setores económicos, incluindo o setor de seguros.

Neste enquadramento, no caso da VICTORIA, os riscos associados a esse evento extraordinário não deverão implicar uma redução nos rendimentos associada a uma eventual desvalorização dos ativos financeiros detidos em carteira. A receita gerada via prémios emitidos, tenderá a acompanhar o ritmo de reposição da normalidade, porém, em algumas linhas de negócio, um aumento da sinistralidade e correspondentes provisões técnicas deverão promover um agravamento dos custos com sinistros. Contudo, e à semelhança de anos anteriores, a Companhia possui proteção adequada perante a adversidade desses riscos. Estudos internos, elaborados em conformidade com as recomendações da EIOPA, demonstram uma capacidade dos seus fundos próprios fazerem face a esses mesmos eventos adversos.

A prudência na atribuição do justo valor aos ativos imobiliários detidos, permite-nos

continuar a beneficiar de alguma tranquilidade no que concerne a um eventual comportamento menos favorável que se venha a verificar no mercado imobiliário.

Atendendo, à curta duração das responsabilidades das carteiras, associado ao reforço em 2020 do valor da provisão para compromisso de taxa (Loss Adequacy Test), bem como, a expectativa de paragem (ou até mesmo inversão) do movimento sistemático de descida de taxas de juro que temos vindo a assistir, leva-nos a acreditar que ganhos, fiscalmente aceites, atualmente não previstos no plano, irão verificar-se. Permanecemos, porém, atentos a este aspeto particular.

Neste momento e tendo em conta todas as análises e estudos efetuados, entende a companhia, que, relativamente aos ativos intangíveis registados, nomeadamente projetos informáticos em curso, a atual situação não coloca em causa a sua pertinência e consequentemente a continuidade dos mesmos, antes pelo contrário.

Para além de exercícios adicionais solicitados pela Autoridade de Supervisão, virem a acontecer no futuro, outros estudos permanentes e complementares estão a ser equacionados e/ou efetuados, de forma a avaliar corretamente os referidos impactos, permitindo simultaneamente proceder à necessária mitigação dos referidos riscos.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Adicionalmente, parte significativa desses riscos deverá continuar a ser mitigada pelas medidas económicas e sociais adotadas pelo Governo, nomeadamente no apoio às famílias e à manutenção dos postos de trabalho, bem como no apoio às PME, as quais se traduzem em medidas urgentes e extraordinárias para

continuar a enfrentar o impacto económico do Covid-19.

Por parte do Conselho de Administração, não se perspetivam alterações de políticas que possam alterar de forma significativa o desenrolar da atividade normal da empresa.

VIII) JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cash flows* descontados.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

*Ativos financeiros disponíveis para venda;
Ativos financeiros reclassificados no
reconhecimento inicial ao justo valor através de*

ganhos e perdas e ativos financeiros detidos para negociação

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor é estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cash flows* descontados.

Devedores e credores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações, Empréstimos e outros passivos financeiros

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

IX) ALTERAÇÕES ÀS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**IX.1 ALTERAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

Durante o exercício não ocorreram alterações financeiras relativas ao exercício anterior voluntárias de políticas contabilísticas, face às apresentadas nos comparativos. consideradas na preparação da informação

IX.2 NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES QUE ENTRARAM EM VIGOR NO EXERCÍCIO

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2019.

Norma / Interpretação	Descrição
Alterações à IFRS 16 - Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19	Esta alteração introduz um expediente prático para os locatários (mas não para os locadores), que os isenta de avaliar se as bonificações atribuídas pelos locadores no âmbito da COVID-19, qualificam como “modificações” quando estejam cumpridos cumulativamente três critérios: i) a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração; ii) qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de junho de 2021; e iii) não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação. Os locatários que optem pela aplicação desta isenção, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas resultantes de uma concessão relacionada com a COVID-19 da mesma forma que contabilizam uma alteração que não seja uma alteração da locação de acordo com a IFRS 16.
Alterações à IFRS 3 – Definição de negócio	Esta alteração constitui uma revisão da definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais sendo a intenção da alteração da norma de ultrapassar as dificuldades que surgem quando uma entidade determina se adquiriu um negócio ou um conjunto de ativos. A nova definição exige que uma aquisição inclua um input e um processo substancial que conjuntamente gerem outputs. Os outputs passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas. Passam a ser ainda permitidos ‘testes de concentração’ os quais, quando positivos, isentam a entidade de avaliação adicional, sobre se se trata da

Norma / Interpretação	Descrição
	aquisição de um ativo ou de um negócio. No âmbito do teste de concentração, se parte significativa do justo valor dos ativos adquiridos corresponder a um único ativo, os ativos adquiridos não constituem um negócio.
Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 – Reforma das taxas de juro de referência	As alterações fazem parte da primeira fase do projeto “IBOR reform” do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do <i>benchmark</i> para as taxas de juro de referência. As principais isenções referem-se à contabilidade de cobertura em termos de: i) componentes de risco; ii) requisito “altamente provável”; iii) avaliação prospetiva; iv) teste de eficácia retrospectivo (para adotantes da IAS 39); v) reciclagem da reserva de variação de justo valor no capital próprio, e têm como objetivo que a reforma das taxas de juro de referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura. As ineficácias de cobertura devem continuar a ser reconhecidas na demonstração dos resultados.
Alterações à IAS 1 e à IAS 8 - Definição de material	A intenção da alteração da norma é clarificar a definição de material e alinhar a definição usada nas normas internacionais de relato financeiro. A nova definição prevê que “uma informação é material se da sua omissão, de um erro ou da sua ocultação se possa razoavelmente esperar que influencie as decisões que os utilizadores primários das demonstrações financeiras tomam com base nessas demonstrações financeiras, as quais fornecem informação financeira sobre uma determinada entidade que reporta”. As alterações clarificam que a materialidade depende da natureza e magnitude da informação, ou de ambas. Uma entidade tem de avaliar se determinada informação, quer individualmente quer em combinação com outra informação, é material no contexto das demonstrações financeiras.
Estrutura conceptual para o reporte financeiro	A estrutura conceptual para o reporte financeiro revista não é uma norma e nenhum dos seus conceitos prevalece sobre os conceitos presentes em normas ou outros requisitos de alguma das normas. O objetivo da estrutura concetual é apoiar o IAASB no desenvolvimento de normas, auxiliar os preparadores a desenvolver políticas contabilísticas consistentes quando não existe nenhuma norma aplicável e auxiliar todas as partes a compreender e interpretar as normas. As alterações afetam as entidades que desenvolveram as suas políticas contabilísticas com base na estrutura concetual. A estrutura concetual revista inclui alguns conceitos novos, definições e critérios de reconhecimento de ativos e passivos atualizados e clarifica alguns conceitos importantes.

Não foram produzidos efeitos nas demonstrações financeiras da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. no período de doze meses

findo em 31 de dezembro de 2020, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões referidas na tabela acima.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

IX.3 NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES QUE ENTRAM EM VIGOR EM EXERCÍCIOS FUTUROS

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à

data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Descrição
IFRS 4 – Contratos de seguro – diferimento da aplicação da IFRS 9	1-jan-2021	Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e da futura IFRS 17 – Contratos de Seguro. Em especial, a alteração efetuada à IFRS 4 adia até 1 de janeiro de 2023 a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 a fim de alinhar a data efetiva desta última com a da nova IFRS 17.
Alterações à IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Reforma das taxas de juro de referência - fase 2	1-jan-2021	Estas alterações tratam de questões que surgem durante a reforma de uma taxa de juro de referência, incluindo a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa, permitindo a adoção de isenções como: i) alterações na designação e documentação de cobertura; ii) valores acumulados na reserva de cobertura de fluxo de caixa; iii) avaliação retrospectiva da eficácia de uma relação de cobertura no âmbito da IAS 39; iv) alterações nas relações de cobertura para grupos de itens; v) presunção de que uma taxa de referência alternativa, designada como uma componente de risco não especificada contratualmente, é identificável separadamente e qualifica como um risco coberto; e vi) atualizar a taxa de juro efetiva, sem reconhecer ganho ou perda, para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado com variações nos fluxos de caixa contratuais em consequência da reforma da IBOR, incluindo locações que são indexadas a uma IBOR.

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras no período de doze meses findo em 31 de

dezembro de 2020. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

IX.4 NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES AINDA NÃO ADOTADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Descrição
Alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos	Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato. A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um “covenant” Esta alteração inclui ainda uma nova definição de “liquidação” de um passivo e é de aplicação retrospectiva
IFRS 17 – Contratos de seguro	A IFRS 17 aplica-se a todos os contratos de seguro (i.e., vida, não vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emite, bem como a algumas garantias e a alguns instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Algumas exceções serão aplicadas. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contabilístico para os contratos de seguro que seja de maior utilidade e mais consistente para os emitentes. Contrastando com os requisitos da IFRS 4, que são baseadas em políticas contabilísticas locais adotadas anteriormente, a IFRS 17 providencia um modelo integral para contratos de seguro, cobrindo todos os aspetos contabilísticos relevantes.
Alterações à IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. A entidade reconhece os rendimentos obtidos da venda de tais produtos e os custos da sua produção nos resultados.
Alterações à IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato	Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Os custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos exceto se forem explicitamente debitados à contraparte de acordo com o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo.
Alterações à IFRS 3 – Referências à Estrutura concetual	Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC

Norma / Interpretação	Descrição
	21, incorridos separadamente versus incluídos numa concentração de atividades empresariais. A alteração é de aplicação prospectiva
Alterações à IFRS 1 – Subsidiária enquanto adotante das IFRS pela primeira vez (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)	Esta melhoria clarifica que, quando a subsidiária optar pela mensuração dos seus ativos e passivos pelos montantes incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe, a mensuração das diferenças de transposição acumuladas de todas as operações estrangeiras podem ser efetuadas pelos montantes que seriam registados nas demonstrações financeiras consolidadas, baseado na data de transição da empresa-mãe para as IFRS.
Alterações à IFRS 9 – Desreconhecimento de passivos – custos incorridos a incluir no teste dos 10% de variação (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)	Esta melhoria clarifica os honorários que uma entidade inclui aquando da avaliação sobre se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Esta melhoria clarifica que no âmbito dos testes de desreconhecimento efetuados aos passivos renegociados, o mutuário deve determinar o valor líquido entre honorários pagos e honorários recebidos considerando apenas os honorários pagos ou recebidos entre o mutuário e o financiador, incluindo honorários pagos ou recebidos, por qualquer uma das entidades em nome da outra.
Alterações à IAS 41 – Tributação e mensuração do justo valor (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)	Esta melhoria elimina o requisito de exclusão dos fluxos de caixa fiscais na mensuração de justo valor dos ativos biológicos, assegurando a consistência com os princípios a IFRS 13 – ‘Justo valor’.
Alterações à IFRS 17 – Contratos de seguro	Esta alteração compreende alterações específicas em oito áreas da IFRS 17, tais como: i) âmbito; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações. Esta alteração também inclui clarificações, que têm como objetivo simplificar alguns dos requisitos desta norma e agilizar a sua implementação

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. no período de doze meses findo em

31 de dezembro de 2020. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do	% do valor	Preço médio	Valor total	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		valor nominal	nominal	de aquisição	de aquisição	unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
	1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS									
	1.1 - Nacionais									
	1.1.1 - Partes de capital em empresas do grupo									
	sub-total									
	1.1.2 - Obrigações de empresas do grupo									
	sub-total									
	1.1.3 - Outros títulos de empresas do grupo									
	sub-total									
	1.1.4 - Partes de capital em empresas associadas		591			591		591		
	sub-total		591			591		591		
	1.1.5 - Obrigações de empresas associadas									
	sub-total									
	1.1.6 - Outros títulos de empresas associadas									
	sub-total									
	sub-total		591			591		591		
	1.2 - Estrangeiras									
	1.2.1 - Partes de capital em empresas do grupo									
	sub-total									
	1.2.2 - Obrigações de empresas do grupo									
	sub-total									
	1.2.3 - Outros títulos de empresas do grupo									
	sub-total									
	1.2.4 - Partes de capital em empresas associadas									
	sub-total									
	1.2.5 - Obrigações de empresas associadas									
	sub-total									
	1.2.6 - Outros títulos de empresas associadas									
	sub-total									
	sub-total									
	total		591			591		591		
	2 - OUTROS TÍTULOS									
	2.1 - Nacionais									
	2.1.1 - Títulos de rendimento fixo									
	2.1.1.1 - De dívida pública									
PTOTEYOE0007	O.T. ABR TF 05/21		200.000	99,95		199.908	101,27	202.536	5.485	3,850%
PTOTEKOE0011	O.T. JAN TF 15/25 - AFS		110.000	99,29		109.217	116,01	127.609	667	2,875%
PTOTETOE0012	O.T. JUL TF 16/26 - AFS		180.000	98,71		177.687	118,12	212.623	2.311	2,875%
PTOTEAOE0021	O.T. JUN TF 08/23 - AFS		750.000	104,86		786.472	115,73	867.998	6.815	4,950%
PTOTEKOE0011	O.T. JAN TF 15/25 - HTM		2.650.000	99,29		2.631.147	99,29	2.631.147	16.073	2,875%
PTOTETOE0012	O.T. JUL TF 16/26 - HTM		3.050.000	98,54		3.005.605	98,54	3.005.605	39.159	2,875%
PTOTEKOE0011	O.T. JAN TF 15/25 - AFS		1.030.000	98,59		1.015.477	116,01	1.194.882	6.247	2,875%
PTOTETOE0012	O.T. JUL TF 16/26 - AFS		570.000	96,25		548.625	118,12	673.307	7.318	2,875%
PTOTEAOE0021	O.T. JUN TF 08/23 - AFS		630.000	110,73		697.599	115,73	729.118	5.724	4,950%
	sub-total		9.170.000			9.171.737		9.644.825	89.799	

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			Taxa de Juro
							unitário	Total	Juros Acruados	
	2.1.1.2 - De outros emissores públicos									
	sub-total		-			-		-		
	2.1.1.3 - De outros emissores									
913910001401	C.N.B./CAMAC S.1 90/95		175	-		-	-	-	-	
913910001402	C.N.B./CAMAC S.2 90/97		125	-		-	-	-	-	
913910003401	CONST.CAMPO ALEGRE 91/96		75	-		-	-	-	-	
913012876001	COPINAQUE 90/95		249	-		-	-	-	-	
913910003301	FABRIFER 91/96		100	-		-	-	-	-	
913012886001	SOMECE 92/97		150	-		-	-	-	-	
913012886002	SOMECE 94/99		349	-		-	-	-	-	
	sub-total		1.222			-		-	-	
	sub-total		9.171.222			9.171.737		9.644.825	89.799	
	2.1.2 - Títulos de rendimento variável									
	2.1.2.1 - Ações									
	sub-total	-				-		-		
	2.1.2.2 - Títulos de participação									
	sub-total	-				-		-		
	2.1.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento									
	sub-total									
	2.1.2.4 - Outros									
	sub-total	-	-			-		-	-	
	sub-total	-	-			-		-	-	
	total	-	9.171.222			9.171.737		9.644.825	89.799	
	2.2 - Estrangeiros									
	2.2.1 - Títulos de rendimento fixo									
	2.2.1.1 - De dívida pública									
FR0126310301	FRENCH T -BILL 20/21 (CUP ZERO)		260.000	100,45		261.161	100,44	261.136	-	0,000%
FR0125848681	FRENCH T-BILL 20/21 (CUP ZERO)		1.240.000	100,08		1.241.023	100,11	1.241.364	-	0,000%
DE0001135424	BUNDESREPUB DEUTSCH TF 10/21		300.000	100,00		300.007	100,00	300.006	7.418	2,500%
DE0001134922	BUNDESREPUB DEUTSCH TF 94/24		800.000	110,21		881.716	121,36	970.912	49.454	6,250%
IT0004009673	BUONI POLIENALI TF 06/21		200.000	99,73		199.463	102,49	204.984	3.123	3,750%
FR0013200813	FRANCE O.A. TF 15/26		900.000	96,79		871.154	105,10	945.909	222	0,250%
FR0010192997	FRANCE O.A.T. TF 05/21		2.200.000	100,05		2.201.154	101,34	2.229.392	56.507	3,750%
FR0013286192	FRANCE O.A.T. TF 17/28		400.000	98,23		392.914	109,58	438.300	1.808	0,750%
FR0013451507	FRANCE O.A.T. TF 18/29		900.000	99,62		896.622	103,73	933.552	-	0,000%
FR0000571085	FRANCE O.A.T. TF 92/23		500.000	111,40		557.007	121,42	607.095	29.110	8,500%
FR0010466938	FRANCE OAT TF 06/23		2.100.000	106,19		2.229.995	114,16	2.397.276	16.383	4,250%
FR0011883966	FRANCE OAT TF 13/30		370.000	103,93		384.547	127,75	472.679	5.575	2,500%
GRR000000010	HELLENIC REP 12/42 cup 0		630.000	0,01		46	0,30	1.909	-	0,000%
DE000NRW1006	LAND NORDRHEIN TF 07/22		500.000	101,73		508.660	106,56	532.800	14.743	4,375%
NL0000102275	NETHERLANDS GOVT TF 06/23		5.100.000	102,10		5.206.869	109,13	5.565.375	183.411	3,750%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do	% do valor	Prego médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
			valor nominal	nominal			unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
NL0009712470	NETHERLANDS GOVT TF 11/21		300.000	100,24		300.725	102,02	306.045	4.514	3,250%
XS0282701514	POLAND GOVERNMENT BOND TF 07/22		1.000.000	99,90		998.993	105,15	1.051.490	42.787	4,500%
AT0000A001X2	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 05/21		2.300.000	99,93		2.298.333	102,81	2.364.722	23.599	3,500%
AT0000A0N9A0	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 11/22		4.500.000	102,90		4.630.648	105,54	4.749.120	114.750	3,650%
FR0126001801	FRENCH T - BILL 20/21 (CUP ZERO)		250.000	100,48		251.204	100,29	250.715	-	0,000%
FR0126461690	FRENCH T - BILL20/21(CUP ZERO)		250.000	100,59		251.463	100,53	251.335	-	0,000%
FR0126310301	FRENCH T -BILL 20/21 (CUP ZERO)		620.000	100,53		623.299	100,44	622.709	-	0,000%
FR0125848681	FRENCH T-BILL 20/21 (CUP ZERO)		530.000	100,36		531.899	100,11	530.583	-	0,000%
FR0013200813	FRANCE O.A. TF 15/26		20.000	95,60		19.120	105,10	21.020	5	0,250%
FR0011883966	FRANCE OAT TF 13/30		50.000	106,18		53.090	127,75	63.876	753	2,500%
	sub-total		26.220.000			26.091.112		27.314.304	554.162	
	2.2.1.2 - De outros emissores públicos									
FR0010347989	CAISSE AMORT DET CADES TF 10/21		300.000	100,79		302.384	103,99	311.956	2.409	4,375%
FR0011521319	CAISSE AMORT DET CADES TF 13/24		1.110.000	99,69		1.106.518	109,01	1.209.955	24.562	2,375%
ES0224261034	CORES TF 14/24		400.000	99,80		399.196	110,25	440.980	2.082	2,500%
XS1107266782	DEUTSCHE BAHN FINANCE NV 14/22		600.000	99,89		599.353	100,53	603.156	-	0,000%
DE000A2TSTQ2	KFW 19/23		4.400.000	102,11		4.492.704	101,77	4.477.660	58	0,156%
DE000RLP1148	LAND RHEINLAND-PFALZ 19/21		2.900.000	100,76		2.922.054	100,65	2.918.792	552	0,457%
XS0255800285	RESEAU FERRE DE FRANCE TF 06/22		2.500.000	102,62		2.565.474	106,80	2.669.875	63.528	4,375%
FR0013246873	UNEDIC TF 17/27		600.000	99,73		598.352	110,24	661.464	5.712	1,250%
FR0011376805	VILLE DE PARIS 12/22		1.400.000	99,98		1.399.778	100,80	1.411.242	86	0,184%
ES0224261034	CORES TF 14/24		100.000	99,52		99.520	110,25	110.245	521	2,500%
DE000A2TSTQ2	KFW 19/23		800.000	103,35		826.832	101,77	814.120	11	0,156%
DE000RLP1148	LAND RHEINLAND-PFALZ 19/21		400.000	102,10		408.400	100,65	402.592	76	0,457%
	sub-total		15.510.000			15.720.565		16.032.037	99.597	
	2.2.1.3 - De outros emissores									
XS1917577931	ABN AMRO BANK TF 18/21		3.700.000	99,90		3.696.329	100,63	3.723.458	710	0,250%
FR0012766889	AIR LIQUIDE FINANCE TF 15/25		100.000	99,84		99.844	106,13	106.128	723	1,250%
FR0013182821	AIR LIQUIDE FINANCE TF 16/22		1.000.000	99,97		999.727	101,01	1.010.130	2.753	0,500%
FR0013505559	AIR LIQUIDE FINANCE TF 20/25		200.000	99,91		199.814	104,87	209.738	1.496	1,000%
XS2029574634	ALD SA TF 19/23		300.000	99,78		299.342	100,80	302.409	512	0,375%
XS1878191219	AMADEUS IT GROUP TF 18/26		800.000	99,83		798.606	106,72	853.768	3.419	1,500%
FR0011791391	AREVA S.A. TF 14/23		900.000	99,86		898.695	104,71	942.417	22.038	3,125%
FR0011947720	ASSURANCE CREDIT MUTUEL NORD VIE TF 14/24		300.000	99,97		299.918	106,00	318.003	7.983	4,625%
FR0013378445	ATOS SOFTWARE SE TF 18/22		700.000	99,90		699.329	101,23	708.589	3.423	0,750%
XS1144086110	ATT INC TF 14/22		200.000	101,82		203.641	101,93	203.862	1.692	1,450%
FR0013399060	AUCHAN HS TF 19/24		1.100.000	99,80		1.097.830	106,69	1.173.557	26.508	2,625%
FR0011694033	AUTOROUTES SUD DE FRANCE TF 14/24		300.000	99,75		299.258	108,75	326.235	8.439	2,950%
XS0304459026	BANK OF SCOTLAND PLC TF 07/22		200.000	99,91		199.817	107,50	215.000	5.362	4,750%
FR0013386539	BANQUE FED CRED MUTUEL TF 19/23		1.200.000	99,72		1.196.582	102,49	1.229.904	4.907	0,750%
FR0013408960	BANQUE FED CRED MUTUEL TF 19/29		700.000	99,42		695.924	112,30	786.114	9.766	1,750%
XS2102355588	BMW FINANCE TF 20/23		2.100.000	99,98		2.099.616	100,28	2.105.943	-	0,000%
XS1584041252	BNP PARIBAS 17/22		900.000	99,99		899.928	101,20	910.809	70	0,313%
FR0013465358	BNP PARIBAS 19/26		400.000	99,81		399.254	101,72	406.884	1.151	0,500%
FR0013398070	BNP PARIBAS 19/27		500.000	99,30		496.513	109,50	547.510	9.957	2,125%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do	% do valor	Preço médio	Valor total	Valor de balanço			Taxa de Juro
			valor nominal	nominal	de aquisição	de aquisição	unitário	Total	Juros Acruados	
XS1547407830	BNP PARIBAS TF 17/23		100.000	102,71		102.714	103,44	103.442	253	1,125%
FR0012872174	BOLLORE SA 15/21		700.000	99,97		699.775	100,73	705.138	8.546	2,875%
XS1527126772	BP CAPITAL MARKETS PLC TF 16/24		300.000	100,00		300.001	103,65	310.938	3.122	1,117%
FR0013231743	BPCE SA TF 17/23		100.000	100,71		100.707	102,58	102.580	1.070	1,125%
FR0013312493	BPCE SA TF 18/24		100.000	101,76		101.765	102,72	102.722	801	0,875%
FR0013476199	BPCE SA TF 20/26		1.700.000	99,71		1.695.088	101,38	1.723.477	4.076	0,250%
XS1441773550	BROWN-FORMAN CORP TF 16/26		100.000	99,87		99.866	106,07	106.070	582	1,200%
FR0013460607	BUREAU VERITAS SA TF 19/27		600.000	99,49		596.950	102,18	613.098	7.543	1,125%
FR0011703776	BUREAU VERITAS TF 14/21		200.000	100,00		199.992	100,09	200.170	5.891	3,125%
FR0013201084	BUREAU VERITAS TF 16/23		200.000	99,69		199.371	102,83	205.656	788	1,250%
FR0013446580	CARREFOUR BANQUE 19/23		400.000	100,00		399.988	100,44	401.756	22	0,104%
FR0013185444	CHRISTIAN DIOR SE TF 16/21		500.000	99,99		499.950	100,14	500.685	1.952	0,750%
FR0010758599	CIE FINANCEMENT TF 09/21		300.000	100,29		300.877	102,10	306.285	8.815	4,875%
FR0010975656	CREDIT AGRICOLE TF 10/22		1.070.000	108,27		1.158.458	108,32	1.159.013	369	4,200%
FR0011318120	CREDIT AGRICOLE TF 12/22		350.000	104,99		367.476	106,25	371.872	3.021	3,500%
XS2016807864	CREDIT AGRICOLE TF 19/24		100.000	100,96		100.960	101,86	101.863	260	0,500%
FR0013173028	CREDIT MUTUEL ARKEA TF 16/26		300.000	99,97		299.905	114,54	343.626	5.690	3,250%
XS2176687270	CREDIT SUISSE AG LONDON 20/22		200.000	99,98		199.954	101,18	202.364	102	0,428%
DE000A2R9ZT1	DAIMLER INTL FINANCE BV TF 19/23		3.370.000	99,80		3.363.242	100,62	3.390.827	1.270	0,250%
FR0013216918	DANONE SA TF 16/24		1.100.000	100,00		1.099.995	103,53	1.138.797	1.239	0,709%
FR0013444502	DASSAULT SYSTEMES TF 19/22		100.000	100,09		100.094	100,38	100.384	-	0,000%
XS1828032786	DEUT TEL TF 18/25		800.000	99,88		799.057	107,40	859.168	904	1,375%
XS1752475720	DEUTSCHE BAHN FINANCE GMBH TF 18/27		1.900.000	99,63		1.892.911	108,27	2.057.187	729	1,000%
XS2103015009	E ON SE TF 20/23		500.000	99,59		497.931	100,46	502.315	-	0,000%
FR0011637586	ELECTRICITE DE FRANCE TF 13/21		400.000	99,97		399.895	100,78	403.132	6.115	4,125%
BE0002596741	ELIA SYSTEM OP TF 18/28		800.000	97,34		778.732	109,62	876.968	3.847	1,500%
XS2066706909	ENEL FINANCE INTL NV TF 19/27		100.000	99,45		99.447	101,85	101.854	202	0,375%
FR0013504677	ENGIE SA TF 20/28		900.000	99,73		897.607	111,66	1.004.895	12.039	1,750%
XS1180451657	ENI SPA TF 15/26		100.000	99,65		99.646	107,41	107.408	1.365	1,500%
XS1551068676	ENI SPA TF 17/27		100.000	107,09		107.089	108,17	108.168	1.430	1,500%
XS1571293684	ERICSSON LM TF 17/24		100.000	99,67		99.666	105,07	105.066	1.567	0,875%
FR0013463668	ESSILORLUXOTTICA TF 19/27		500.000	99,18		495.905	101,84	509.200	175	0,375%
FR0013516051	ESSILORLUXOTTICA TF 20/24		200.000	99,98		199.970	101,15	202.292	286	0,250%
FR0013369493	EUTELSAT SA TF 18/25		400.000	103,99		415.941	107,09	428.368	1.973	2,000%
FR0013422623	EUTELSAT SA TF 19/27		1.700.000	99,85		1.697.509	107,97	1.835.524	17.920	2,250%
XS1435295925	FCA CAPITAL IRELAND TF 16/21		450.000	100,00		449.983	100,04	450.180	5.302	1,250%
BE0002218841	FLUXYS BELGIUM TF 14/29		300.000	99,56		298.690	110,94	332.832	768	2,750%
XS1554373677	FRESENIUS FIN IRELAND PL TF 17/27		225.000	99,59		224.083	111,36	250.569	4.363	2,125%
XS1113441080	GEMALTO NV TF 14/21		500.000	100,13		500.639	100,97	504.825	2.882	2,125%
XS1681519184	GLAXOSMITHKLINE CAPITAL TF 17/26		1.400.000	99,94		1.399.148	105,83	1.481.578	4.219	1,000%
BE0002280494	GRP BRUXELLES LAMBERT SA TF 17/24		700.000	99,83		698.786	104,62	732.333	5.854	1,375%
BE0002595735	GRP BRUXELLES LAMBERT SA TF 18/25		300.000	99,54		298.606	107,81	323.427	3.005	1,875%
XS2147977479	HEINEKEN TF 20/25		200.000	99,78		199.563	107,23	214.454	2.458	1,625%
XS2126093744	HONEYWELL INT TF 20/24		200.000	99,81		199.611	100,41	200.824	-	0,000%
XS1944456109	IBM CORP TF 19/25		1.800.000	99,59		1.792.546	104,23	1.876.050	14.416	0,875%
FR0013065372	ILIAD SA TF 15/22		1.000.000	99,71		997.051	102,94	1.029.430	1.514	2,125%
FR0013331188	ILIAD SA TF 18/21		500.000	99,15		495.729	100,28	501.385	308	0,625%
BE0002448232	INFRA CVBA TF 13/23		200.000	99,79		199.581	109,26	218.522	1.274	3,750%
BE0002478536	INFRA CVBA TF 14/29		200.000	99,93		199.870	115,33	230.658	906	2,625%
XS1914937021	ING BANK TF 18/21		1.600.000	99,98		1.599.728	100,75	1.612.032	575	0,375%
FR0013281946	INGENICO GROUP SA TF 17/24		100.000	103,20		103.202	104,24	104.239	485	1,625%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do	% do valor	Preço médio	Valor total	Valor de balanço			Taxa de Juro
			valor nominal	nominal	de aquisição	de aquisição	unitário	Total	Juros Acruados	
DE0002760980	KFW TF 07/21		300.000	100,17		300.507	102,05	306.150	5.178	3,500%
XS1679515038	KIMBERLY-CLARK CORP TF 17/24		900.000	99,91		899.149	102,92	926.298	1.772	0,625%
XS1485532896	KPN NV TF 16/25		300.000	99,51		298.541	101,55	304.635	1.366	0,625%
FR0013181898	LA BANQUE POSTALE TF 16/28		2.100.000	99,97		2.099.331	117,86	2.475.102	35.384	3,000%
FR0013506508	LVMH MOET HENNESSY VUITT TF 20/25		800.000	99,76		798.055	103,52	828.184	4.405	0,750%
XS1284570626	MERCK FIN SERVICES GMBH TF 15/22		300.000	99,91		299.730	102,23	306.675	1.367	1,375%
XS1233732194	MICHELIN LUXEMBOURG SCS 15/22		300.000	99,99		299.978	101,61	304.818	2.007	1,125%
FI4000148671	NESTE OIL OYJ TF 15/22		200.000	99,90		199.799	101,87	203.732	3.365	2,125%
XS1707074941	NESTLE FINANCE INTL TF 17/24		1.000.000	99,63		996.324	101,91	1.019.080	3.566	0,375%
XS2148372696	NESTLE TF 20/26		300.000	99,49		298.463	106,61	319.830	2.534	1,125%
FR0013241676	ORANGE SA TF 17/27		300.000	99,58		298.729	109,87	329.598	1.393	1,500%
FR0013396512	ORANGE SA TF 19/24		400.000	99,97		399.900	104,18	416.736	2.084	1,125%
FR0013396520	ORANGE SA TF 19/29		400.000	99,88		399.504	115,13	460.516	7.672	2,000%
FR0013323326	PEUGEOT TF 18/25		500.000	99,80		498.988	106,24	531.220	7.836	0,000%
XS1708192684	PROCTER & GAMBLE CO TF 17/24		1.100.000	99,66		1.096.232	102,82	1.131.031	1.010	0,500%
BE0002237064	PROXIMUS SA TF 15/25		200.000	99,42		198.839	109,06	218.120	935	1,875%
FR0013309606	RCI BANQUE SA 12/2023		450.000	99,42		447.372	99,33	446.989	-	0,000%
XS2126161681	RELX FINANCE BV TF 20/24		700.000	99,51		696.547	100,23	701.631	-	0,000%
XS1789751531	RICHEMONT INT TF 18/26		2.300.000	99,19		2.281.414	105,83	2.433.975	17.644	1,000%
FR0011565555	RTE EDF TRANSPORT S.A. TF 13/23		400.000	99,75		399.010	108,50	434.004	3.466	2,875%
FR0013214137	SAGESS TF 16/28		400.000	99,11		396.433	105,89	423.568	493	0,625%
FR0013053329	SANEF SA TF 15/26		300.000	99,54		298.625	107,00	321.009	4.469	1,875%
FR0013505104	SANOFI TF 20/25		700.000	99,76		698.337	105,02	735.119	5.293	1,000%
XS1956025651	SANTAN CONSUMER FINANCE TF 19/24		500.000	99,72		498.584	103,28	516.415	4.208	1,000%
XS2018637913	SANTANDER CONSUMER FINANCE TF 19/24		100.000	100,30		100.298	101,34	101.337	192	0,375%
DE000A2TSTE8	SAP SE TF 18/24		1.300.000	99,64		1.295.285	103,60	1.346.735	561	0,750%
DE000A2G8VT5	SAP SE TF 18/26		500.000	99,87		499.344	105,88	529.405	4.014	1,000%
DE000A2YB7A7	SCHAEFFLER AG TF 19/24		437.000	100,07		437.309	103,01	450.171	6.286	1,875%
FR0012939841	SCHNEIDER ELECTRIC SE TF 15/23		600.000	99,81		598.843	104,26	625.548	2.811	1,500%
FR0013059417	SEB SA TF 15/22		200.000	99,95		199.899	103,74	207.480	468	2,375%
FR0013259116	SEB SA TF 17/24		100.000	99,94		99.941	102,82	102.816	880	1,500%
XS1788951090	SEB TF 18/23		3.650.000	99,28		3.623.630	101,67	3.710.919	14.650	0,500%
XS2182049291	SIEMENS FIN TF 20/22		200.000	99,87		199.737	100,56	201.112	143	0,125%
XS1986416268	SIKA CAPITAL BV TF 19/27		450.000	99,77		448.983	105,35	474.079	2.654	0,875%
FR0010855155	SOC GENERALE SCF TF 02/22		800.000	103,39		827.096	105,23	841.840	28.853	4,125%
FR0013365491	SOCIETE GENERALE TF 18/22		1.900.000	99,89		1.897.819	100,65	1.912.312	4.516	0,250%
FR0013311503	SOCIETE GENERALE TF 18/25		1.200.000	100,14		1.201.735	104,02	1.248.252	12.652	1,125%
FR0013422003	SOCIETE GENERALE TF 19/22		1.100.000	99,89		1.098.796	100,41	1.104.543	-	0,000%
XS2203996132	SODEXO TF 20/28		1.000.000	99,64		996.374	105,75	1.057.510	4.575	1,000%
FR0013346822	TELEPERFORMANCE TF 18/25		100.000	105,85		105.851	107,29	107.288	935	1,875%
FR0013534500	TEREGA SA TF 20/30		400.000	99,04		396.160	102,74	410.968	1.007	0,875%
FR0013486834	TEREGA SASU TF 20/28		600.000	99,42		596.500	98,64	591.864	3.156	0,625%
FR0013330115	THALES SA TF 18/24		100.000	102,45		102.450	102,83	102.832	614	0,875%
FR0013537305	THALES SA TF 20/26		700.000	99,87		699.120	99,58	697.081	-	0,000%
FR0013479748	THALES SA TF 20/27		200.000	99,75		199.495	100,70	201.398	460	0,250%
XS0994991411	TOTAL CAPITAL INTL S.A TF 13/25		300.000	99,70		299.089	115,25	345.747	992	2,875%
XS1195202822	TOTAL S.A. TF 15/49		300.000	100,73		302.196	106,40	319.203	6.649	2,625%
XS1501166869	TOTAL S.A. TF 16		400.000	99,99		399.958	112,32	449.288	3.175	3,369%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			Taxa de Juro
							unitário	Total	Juros Acruados	
BE0002442177	UCB S.A. TF 13/21		700.000	100,00		699.993	100,03	700.189	28.560	4,125%
XS1654192191	UNILEVER NV TF 17/25		500.000	99,79		498.970	104,83	524.170	1.834	0,875%
XS2147133578	UNILEVER NV TF 20/30		400.000	99,63		398.536	115,25	460.984	5.389	1,750%
XS1145750037	URENCO FINANCE NV TF 14/24		300.000	99,78		299.331	108,48	325.449	566	2,375%
FR0013424868	VIVENDI SA TF 19/25		500.000	101,08		505.386	102,89	514.440	1.738	0,625%
XS1586555945	VOLKSWAGEN INTL FIN NV TF 17/27		500.000	99,29		496.471	109,29	546.425	7.089	1,875%
XS1642546078	VOLKSWAGEN LEASING GMBH 17/21		900.000	99,99		899.895	100,09	900.810	-	0,000%
XS2051365174	VOLVO TREASURY AB 19/21		400.000	100,32		401.261	100,18	400.736	21	0,104%
XS2115085230	VOLVO TREASURY AB TF 20/23		100.000	100,04		100.044	100,15	100.152	-	0,000%
XS2230884657	VOLVO TREASURY AB TF 20/24		700.000	99,68		697.777	100,46	703.206	252	0,125%
FR0011947720	ASSURANCE CREDIT MUTUEL NORD VIE TF 14/24		500.000	100,00		500.000	106,00	530.005	13.305	4,625%
XS1144086110	ATT INC TF 14/22		800.000	103,48		827.872	101,93	815.448	6.769	1,450%
FR0013399060	AUCHAN HS TF 19/24		500.000	99,69		498.430	106,69	533.435	12.049	2,625%
FR0011694033	AUTOROUTES SUD DE FRANCE TF 14/24		400.000	99,26		397.036	108,75	434.980	11.252	2,950%
FR0013408960	BANQUE FED CRED MUTUEL TF 19/29		300.000	99,30		297.906	112,30	336.906	4.186	1,750%
XS2102355588	BMW FINANCE TF 20/23		300.000	99,97		299.922	100,28	300.849	-	0,000%
FR0013465358	BNP PARIBAS 19/26		200.000	99,81		199.612	101,72	203.442	575	0,500%
FR0013398070	BNP PARIBAS 19/27		200.000	99,28		198.564	109,50	219.004	3.983	2,125%
FR0012872174	BOLLORE SA 15/21		100.000	99,77		99.772	100,73	100.734	1.221	2,875%
FR0013476199	BPCE SA TF 20/26		100.000	99,66		99.656	101,38	101.381	240	0,250%
XS1550135831	CREDIT AGRICOLE LONDON TF 17/24		100.000	104,06		104.058	104,46	104.461	290	1,000%
FR0010975656	CREDIT AGRICOLE TF 10/22		30.000	112,98		33.894	108,32	32.496	10	4,200%
FR0011318120	CREDIT AGRICOLE TF 12/22		150.000	110,48		165.725	106,25	159.373	1.295	3,500%
FR0013173028	CREDIT MUTUEL ARKEA TF 16/26		200.000	99,97		199.932	114,54	229.084	3.793	3,250%
XS2176687270	CREDIT SUISSE AG LONDON 20/22		300.000	100,00		300.000	101,18	303.546	153	0,428%
DE000A2R9ZT1	DAIMLER INTL FINANCE BV TF 19/23		100.000	99,75		99.751	100,62	100.618	38	0,250%
FR0013444502	DASSAULT SYSTEMES TF 19/22		400.000	100,16		400.656	100,38	401.536	-	0,000%
XS1828032786	DEUT TEL TF 18/25		100.000	104,77		104.765	107,40	107.396	113	1,375%
FR0011637586	ELECTRICITE DE FRANCE TF 13/21		400.000	99,56		398.244	100,78	403.132	6.115	3,250%
XS1571293171	ERICSSON LM TF 17/21		100.000	99,61		99.613	100,10	100.102	731	0,875%
FR0013463668	ESSILORLUXOTTICA TF 19/27		300.000	99,05		297.159	101,84	305.520	105	0,375%
FR0013516051	ESSILORLUXOTTICA TF 20/24		200.000	99,98		199.964	101,15	202.292	286	0,250%
FR0013369493	EUTELSAT SA TF 18/25		200.000	104,96		209.910	107,09	214.184	986	2,000%
FR0013422623	EUTELSAT SA TF 19/27		100.000	99,82		99.822	107,97	107.972	1.054	2,250%
XS1113441080	GEMALTO NV TF 14/21		100.000	101,97		101.970	100,97	100.965	576	2,125%
BE0002280494	GRP BRUXELLES LAMBERT SA TF 17/24		100.000	103,59		103.590	104,62	104.619	836	1,375%
XS1944456109	IBM CORP TF 19/25		500.000	99,40		496.985	104,23	521.125	4.004	0,875%
BE0002448232	INFRAX CVBA TF 13/23		500.000	99,36		496.810	109,26	546.305	3.185	3,750%
FR0013281946	INGENICO GROUP SA TF 17/24		100.000	103,90		103.900	104,24	104.239	485	1,625%
XS1253558388	KRAFT HEINZ FOODS TF 15/23		100.000	105,20		105.200	103,37	103.371	1.008	2,000%
XS1233732194	MICHELIN LUXEMBOURG SCS 15/22		200.000	99,97		199.934	101,61	203.212	1.338	1,125%
XS2148372696	NESTLE TF 20/26		200.000	99,42		198.838	106,61	213.220	1.689	1,125%
FR0013309606	RCI BANQUE SA 12/2023		125.000	99,11		123.893	99,33	124.164	-	0,000%
XS2126161681	RELX FINANCE BV TF 20/24		100.000	99,38		99.383	100,23	100.233	-	0,000%
XS1956025651	SANTAN CONSUMER FINANCE TF 19/24		300.000	99,56		298.665	103,28	309.849	2.525	1,000%
DE000A2YB7A7	SCHAEFFLER AG TF 19/24		48.000	105,50		50.640	103,01	49.447	690	1,875%
XS1788951090	SEB TF 18/23		200.000	99,57		199.146	101,67	203.338	803	0,500%
XS2182049291	SIEMENS FIN TF 20/22		400.000	99,82		399.268	100,56	402.224	286	0,125%
FR0013422003	SOCIETE GENERALE TF 19/22		200.000	99,77		199.532	100,41	200.826	-	0,000%
XS2203995910	SODEXO TF 20/24		400.000	99,90		399.612	101,78	407.124	915	0,500%
FR0013486834	TEREGA SASU TF 20/28		100.000	99,35		99.349	98,64	98.644	526	0,625%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do	% do valor	Preço médio	Valor total	Valor de balanço			Taxa de Juro
			valor nominal	nominal	de aquisição	de aquisição	unitário	Total	Juros Acruados	
FR0013479748	THALES SA TF 20/27		200.000	99,71		199.418	100,70	201.398	460	0,875%
XS0994991411	TOTAL CAPITAL INTL S.A TF 13/25		400.000	99,33		397.324	115,25	460.996	1.323	2,875%
XS1195202822	TOTAL S.A. TF 15/49		600.000	100,00		600.000	106,40	638.406	13.297	2,625%
XS1501166869	TOTAL S.A. TF 16		100.000	100,00		100.000	112,32	112.322	794	3,369%
XS2051365174	VOLVO TREASURY AB 19/21		100.000	100,81		100.813	100,18	100.184	5	0,104%
XS1865186321	VW LEASING GMBH TF 18/23		100.000	101,91		101.910	102,06	102.063	872	1,000%
	sub-total		93.705.000			93.735.623		97.602.998	630.507	
	sub-total		135.435.000			135.547.300		140.949.339	1.284.266	
	2.2.2 - Títulos de rendimento variável									
	2.2.2.1 - Ações									
LU0775917882	GRAND CITY PROPERTIES	993			21,26	21.111	20,96	20.813		
DE000LEG1110	LEG IMMOBILIEN	211			100,43	21.192	127,06	26.810		
DE000A2E4MK4	NORATIS AG (GE)	1.750			21,10	36.932	18,00	31.500		
CH0001319265	SCHWEIZERISCH NATIONAL BANK-REG	1			4.352,75	4.353	4.325,26	4.325		
US2546871060	WALT DISNEY COMPANY	33			103,32	3.409	148,17	4.890		
US92936U1097	WP CAREY INC (US)	405			76,96	31.168	57,72	23.377		
		3.393				118.165		111.715		
	2.2.2.2 - Títulos de participação									
	sub-total									
	2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento									
FR0010199075	BATI ACT INVEST PARTS 4 DEC	70.810			21,95	1.554.280	27,51	1.947.983		
FR0013067808	BFT MONETAIRE-I2	902			9.858,86	8.892.693	9.850,86	8.885.476		
FR0010529743	LBPAM TRESORERIE - I	310			10.812,90	3.351.999	10.805,34	3.349.655		
FR0000291239	CPR CASH - P	257			22.239,27	5.715.491	22.192,61	5.703.501		
FR0011060870	SLF SHORT TERM EURO	2			20.219,90	40.440	20.205,30	40.411		
IE00B06YB680	PREFX PAN-EUROPEAN REAL ESTATE FUND	182			67,01	12.172	66,60	12.098		
LU0171307068	BLACKROCK GLOBAL FUNDS - WORLD HEALTHSCIENCE F	131			48,07	6.300	47,96	6.286		
LU0171310443	BLACKROCK GLOBAL FUNDS - WORLD TECHNOLOGY FUN	125			50,58	6.300	63,53	7.913		
LU0274210672	DB X-TRACKERS MSCI USA TRN	587			36,49	21.418	87,36	51.283		
IE00BGS7817	MERCER LOW VOLATILITY EQUITY FUND (HEDGED) NOV	4.326			134,73	582.764	145,40	628.936		
IE00B7KXFD57	MGI GLOBAL EQUITY FUND NOVO	4.045			186,27	753.496	222,36	899.476		
IE00B6Z10102	Mercer Low Volatility Equity Fund NOT HEDGED	38			234,85	9.000	259,69	9.952		
LU0106235459	SCHRODER INTL EURO EQT-C ACC	600			27,97	16.784	46,46	27.876		
LU0646913847	ARCANO EUROPEAN INCOME I-IAA	72			137,98	10.000	149,43	10.830		
FR0013067808	BFT MONETAIRE-I2	196			9.872,24	1.934.960	9.850,86	1.930.769		
LU0329592371	BLACKROCK GLOBAL FUNDS - EUR SHORT DUR BONDS	2.791			16,48	46.000	16,62	46.387		
FR0010213355	GROUPAMA ENTERPRISES - IC	112			2.281,47	255.525	2.263,78	253.543		
IE00B66F4759	ISHARES EURO HY CORP BND	225			107,01	24.077	102,80	23.129		
IE00BBPLSL15	MERCER SHORT DURATION GB BD FUND 1	7.685			106,58	819.105	109,77	843.584		
IE00BBPLSM22	MERCER SHORT DURATION GB BD FUND 2	8.165			101,94	832.271	103,36	843.897		
IE00BYV6XK54	MGI - ABS RET FIX INCOME-M2	347			103,71	35.999	112,10	38.909		
IE00BYNFXR72	MGI - ABS RET FIX INCOME-M2 NOVO	20.672			103,81	2.145.991	107,52	2.222.677		
IE00B1KQVY57	MGI EURO BOND-M7E	8.325			142,66	1.187.720	148,80	1.238.807		
US74347B6074	PROSHARES IG HEDGED	283			64,45	18.241	61,79	17.487		
LU0414045319	SCHRODER INTL EURO CORP - XD	275			129,28	35.552	149,78	41.188		
FR0010599399	BFT AUREUS-C (MUTUAFON MIXT)	5.492			108,11	593.718	107,55	590.674		
FR0000293698	BTP TRESORERIE	21			10.824,39	227.312	10.750,89	225.769		
FR0011060870	SLF SHORT TERM EURO	6			20.359,04	122.154	20.205,30	121.232		
US25460E5217	DRX DLY FTSE CHINA BEAR 3X Shares (1)	26			42,98	1.117	13,17	342		
PTMNSKHE0012	LYNX DISCOVERY FUND	12.910			4,26	55.000	4,91	63.357		
IE00BYMFST52	MERCER UCITS ALTERNATIVE STRATEGIES	3.430			88,85	304.734	86,35	296.158		
US74347B2685	PROSHARES ULTRAPRO SHORT S&P 500 (1)	365			23,77	8.676	4,84	1.767		
US74347B2438	PROSHARES ULTRASHORT QQQ (1)	225			23,18	5.215	5,81	1.306		
	sub-total	153.938				29.626.504		30.382.658		
	2.2.2.4 - Outros									
	sub-total									
	total	153.938	135.435.000			165.291.969		171.443.712	1.284.266	
	3 - TOTAL GERAL	157.331	144.606.813			174.464.297		181.089.128	1.374.065	

Two thick, parallel blue curved lines that sweep from the bottom left towards the top right, framing the text.

3. Relatórios de Fiscalização

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Victoria – Seguros de Vida, S.A. (a Companhia), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 244.476.698 euros e um total de capital próprio de 28.305.277 euros, incluindo um resultado líquido de 191.301 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Victoria – Seguros de Vida, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Companhia nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Mensuração das provisões matemáticas (Vida)

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Conforme detalhado na Nota 15 às Demonstrações Financeiras, em 31 de dezembro de 2020 as Provisões matemáticas de seguros de capitalização com e sem participação nos resultados (Vida) ascendiam a 143.012 milhares de euros, representando 66% do Total do Passivo da Companhia. A provisão matemática do ramo vida corresponde ao valor atuarial estimado das responsabilidades futuras da Companhia relativamente às apólices em vigor.	A nossa abordagem ao risco de distorção material na determinação das Provisões matemáticas (Vida) incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes: ➤ Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Companhia e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na determinação das Provisões matemáticas (Vida);

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
O cálculo desta provisão é efetuado com base em métodos atuariais e de capitalização enquadrados no normativo da ASF, utilizando as tábuas de mortalidade e taxas de juro técnico detalhadas na Nota 15. Adicionalmente, a pandemia Covid-19 teve um impacto atípico nas taxas de mortalidade e no comportamento dos tomadores, aumentando a incerteza inerente à mensuração das responsabilidades e obrigando a mais pressupostos por parte da gestão. A consideração destas matérias como relevantes para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras e o risco de os rendimentos futuros das carteiras de ativos subjacentes a estas responsabilidades não serem suficientes para assegurar o cumprimento das taxas técnicas dos contratos.	➤ Testes de revisão analítica, recálculos e análise das metodologias de projeção de fluxos de caixa, incluindo os pressupostos financeiros e demográficos subjacentes, com especial atenção sobre as responsabilidades dos produtos com taxas garantidas; ➤ Com o envolvimento dos nossos especialistas em atuariado procedemos à análise das metodologias e pressupostos utilizados pelos atuários da Companhia para a determinação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguros do ramo vida, incluindo a análise da consistência com os utilizados no ano anterior e tendo por referência as especificidades dos produtos, os requisitos regulamentares e as práticas no setor segurador; ➤ Consideração das disposições da Carta-Circular n.º 12/2020-R – Orientações sobre o cálculo das Provisões Técnicas no âmbito da situação excecional relacionada com o surto pandémico coronavírus – Covid-19, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões a 23 de dezembro de 2020; ➤ Verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras sobre Provisões matemáticas (Vida) com os respetivos dados contabilísticos e técnicos, relatórios atuariais e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- elaboração do Relatório de Gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Companhia de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Companhia.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Companhia, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados auditores da Companhia pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de março de 2012 para um mandato compreendido entre 2011 e 2013. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de março de 2014 para um segundo mandato compreendido entre 2014 e 2016. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de março de 2017 para um terceiro mandato compreendido entre 2017 e 2019. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de junho de 2020 para um quarto mandato compreendido entre 2020 e 2022;
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Companhia nesta data;
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Companhia durante a realização da auditoria; e
- ▶ Informamos que, para além da auditoria, prestámos à Companhia os seguintes serviços permitidos pela lei e regulamentos em vigor:
 - revisão do relatório anual sobre a solvência e a situação financeira da Companhia;
 - revisão do relatório anual sobre a estrutura organizacional e os sistemas de gestão de risco e de controlo interno.

Lisboa, 7 de abril de 2021

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Ricardo Nuno Lopes Pinto – ROC n.º 1579
Registado na CMVM com o n.º 20161189

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos do artigo 420º, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal apresenta o seu Relatório de Atividade e Parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. (“Companhia”), relativos ao exercício de 2020, bem como sobre a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

1. RELATÓRIO DE ACTIVIDADE

No âmbito das competências que lhe estão atribuídas como órgão de fiscalização da Companhia, o Conselho Fiscal procedeu, ao longo de 2020, ao acompanhamento da gestão e dos resultados da Companhia, em especial no que respeita:

- Ao cumprimento e controlo das políticas e estratégias definidas pelo Conselho de Administração;
- À observância das disposições legais, regulamentares e estatutárias;
- À adequação das políticas, critérios e práticas contabilísticas adotados e ao processo de preparação da informação financeira;
- À eficácia dos sistemas de controlo interno, gestão de riscos e auditoria interna.

Por se tratar de uma Entidade de Interesse Público, nos termos do artigo 3º da Lei nº148/2015 de 9 de setembro, o Conselho Fiscal desenvolveu designadamente, no exercício em apreço, as seguintes ações:

- Analisou as normas internas vigentes e respetivas atualizações;
- Indagou sobre alterações na estrutura organizativa da Companhia, bem como o funcionamento das suas principais unidades orgânicas;
- Acompanhou o desenvolvimento das iniciativas e projetos relevantes para a atividade da Companhia, com especial incidência para o Comité de Gestão de Riscos, o Comité de Subscrição, o Comité de Gestão de Ativos e Passivos e o Comité de Risco Operacional;
- Analisou a informação obtida das principais áreas responsáveis pela preparação e divulgação da informação financeira e pela gestão e controlo de riscos,
- Promoveu reuniões, numa base trimestral, com o Conselho Executivo, nas quais foi apreciada a evolução dos principais indicadores financeiros e examinados temas relativos à situação económica e financeira e sistema de controlo interno da Companhia;
- Reuniu, quando necessário, com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, inteirando-se das principais conclusões e recomendações por estes formuladas, no âmbito do desempenho das respetivas atribuições;
- Analisou os pedidos de aprovação prévia de serviços distintos de auditoria feitos pelo revisor oficial de contas e garantiu o cumprimento das regras de independência que devem pautar a prestação destes serviços;
- Analisou a confirmação de independência e o relatório adicional preparados pelo revisor oficial de contas nos termos do artigo 24º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria aprovado pela Lei 148/2015 de 9 de setembro;

- Comunicou ao Conselho de Administração as matérias relevantes de que tomou conhecimento no exercício das funções.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal examinou, nos termos do artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, os quais mereceram o seu acordo:

- O Relatório de Gestão do Conselho de Administração respeitante ao exercício de 2020;
- As Demonstrações da Posição Financeira, dos Resultados, do Rendimento Integral, das Variações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa, assim como as Notas explicativas anexas relativas a 31 de dezembro de 2020;
- A Certificação Legal de Contas elaborada pelo Revisor Oficial de Contas.

2. PARECER SOBRE O RELATÓRIO, CONTAS E PROPOSTA APRESENTADOS PELA ADMINISTRAÇÃO

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que:

- O Relatório de Gestão expõe de forma rigorosa a evolução dos negócios e o da Companhia, encontrando-se em concordância com as contas do exercício;
- As Demonstrações Financeiras estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis e dão uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e resultados da Companhia.

pelo que recomenda consequentemente a sua aprovação, bem como da proposta de aplicação de resultados, na Assembleia Geral anual de Acionistas.

Finalmente, o Conselho Fiscal manifesta o seu agradecimento e apreço ao Conselho de Administração, aos Serviços da Companhia e ao Revisor Oficial de Contas, pela colaboração e disponibilidade sempre proporcionadas.

Lisboa, 09 de abril de 2021

O CONSELHO FISCAL

João de Lara Everard (Presidente)
António Vilar Ribeiro (Vogal)
Santiago Gil de Biedma (Vogal)

Two thick, parallel blue curved lines that sweep from the bottom left towards the top right, framing the section header.

4. Anexos

Participação nos Resultados - Ramo Vida

TIPO DE PARTICIPAÇÃO	Participação nos resultados atribuída em 2020	Participação nos resultados a atribuir em 2021	Base de Incidência	Distribuição
SEGURO INDIVIDUAL				
Carteira Antiga				
Dividendos				
F1 e F4	1%	1%	Provisão Matemática	No início da anuidade. <i>Desconto no prémio</i>
Capital adicional				
F1 e F4	1% × anos do contrato (min. 20%, max. 25%)	1% × anos do contrato (min. 20%, max. 25%)	Capital Seguro	Contratos que terminam por morte ou sobrevivência. <i>Aumento do capital seguro</i>
Carteira Nova				
Produtos Tradicionais				
Bónus				
Futuro Seguro (F11), Futuro Programado (F15-F17), Dotal (F14), Reforma Segura (ACC), Nova Geração	0%	0%	Provisão Matemática	
Experiência Segura, Vida Activa e Geração Segura (com taxa garantida de 2,75%)	0,15%	0%	Provisão Matemática	

TIPO DE PARTICIPAÇÃO	Participação nos resultados atribuída em 2020	Participação nos resultados a atribuir em 2021	Base de Incidência	Distribuição
Experiência Segura e Geração Segura (com taxa garantida de 2%)	015%	0%	Provisão Matemática	
Vida 30+, Vida 50+	0%	0%	Provisão Matemática	
Seguro de rendas	0%	0%	Provisão Matemática	
Capital adicional				
Futuro Seguro (F11), Futuro Programado (F15-F17), Dotal F(14), Reforma Segura (ACC)	0,04% × anos do contrato	0%	Capital Seguro	Contratos que terminam por morte ou sobrevivência.
Nova Geração – Sobrevivência	100%	100%		<i>Aumento do capital seguro</i>
Nova Geração – Morte				
Protecção Vida (FT), Renda Certa (FRT)	100%	100%	Capital ou Renda segura	Contratos que terminam por morte
				<i>Aumento do capital ou renda segura</i>
Desconto no Prémio				
Protecção Vida (FT)	50,5%	50,5%	Prémio	No início da anuidade. <i>desconto no prémio</i>

TIPO DE PARTICIPAÇÃO	Participação nos resultados atribuída em 2020	Participação nos resultados a atribuir em 2021	Base de Incidência	Distribuição
SEGURO DE GRUPO				
<i>Produtos Tradicionais</i>				
Bónus				
Misto (G11), Capital Diferido (G19)	0%	0%	Provisão Matemática	
Seguros de rendas	0%	0%	Provisão Matemática	
Vantagem Investimento	0%	Variável de acordo com a variante do produto	Provisão Matemática	
Desconto no prémio				
Seguro de risco	50.5%	50.5%	Prémio da Cobertura base	No início da anuidade. <i>Desconto no prémio</i>

Rentabilidade dos produtos Financeiros – Ramo Vida

Produto	Situação da carteira	Tipo de taxa garantida	Taxa Juro 2020
PPR Valor Mais	Fechada	Fixa	3,50%
PPR Valorização	Fechada	Fixa	4,00%
VICTORIA Garantia Rendimento	Fechada	Indexada à Euribor	0,00%
PPR Garantia Valor	Fechada	Indexada à Euribor	0,00%
VICTORIA Reforma Valor	Fechada	Fixa	4,00%
INVEST	Fechada	Fixa	4,00%
Vantagem Investimento	Aberta	Fixa + Indexada à Euribor	Entre 0,25% e 2% de acordo com a variante
PPR Novo Valor	Fechada	Fixa	3,50%
Investimento Seguro	Fechada	Fixada anualmente	0,10%
Investimento Programado	Fechada	Fixada anualmente	0,10%
Confiança PPR	Fechada	Fixada anualmente	0,30%
LifePlan Moderado	Aberta	Sem garantia de taxa	2,13%
LifePlan Dinâmico	Aberta	Sem garantia de taxa	4,85%
PPR Ações Maximização	Aberta	Sem garantia de taxa	-1,25%